



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI

**Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Doutorado em Museologia e Patrimônio**

DOIS MUSEUS E UMA COLEÇÃO:

***Deslocamentos, disputas e identidades na
trajetória de objetos arqueológicos da
cultura marajoara***

Lilian Bayma de Amorim

UNIRIO / MAST – Rio de Janeiro, 31 de julho de 2019

DOIS MUSEUS E UMA COLEÇÃO

DESLOCAMENTOS, DISPUTAS E IDENTIDADES NA TRAJETÓRIA DE OBJETOS ARQUEOLÓGICOS DA CULTURA MARAJOARA

por

Lilian Bayma de Amorim

*Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientadora: Professora Doutora Priscila Faulhaber

UNIRIO/MAST - RJ, 31 de julho de 2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dois Museus e uma Coleção: deslocamentos, disputas e identidades na trajetória de objetos da Cultura Marajoara

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Profa. Dra.


Lucia Maria Lippi Oliveira - Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr.


Nelson Rodrigues Senjão - Museu Paraense Emílio Goeldi

Profa. Dra.


Helena Cunha de Uzeda - PPG-PMUS

Prof. Dr.


Manoel de Souza Chagas - PPG-PMUS

Profa. Dra.


Priscila Faulhaber Barbosa (orientador)

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2019.

Aos meus pais, Maria e Flávio, vivos em meu Museu interior

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

A524 Amorim, Lilian Bayma de
Dois museus e uma coleção: deslocamentos,
disputas e identidades na trajetória de objetos
arqueológicos da cultura marajoara / Lilian Bayma de
Amorim. -- Rio de Janeiro, 2019.
185

Orientador: Priscila Faulhaber.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio, 2019.

1. Museus. 2. Identidades. 3. Coleção. 4. Cultura
material. 5. Museologia. I. Faulhaber, Priscila,
orient. II. Título.

Desejo exprimir os meus agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que esta tese se concretizasse.

Iniciarei pelas instituições, sempre essenciais para o andamento do trabalho acadêmico, a começar pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MPEG/MCTIC), minha segunda casa, a qual me despertou para o trabalho de pesquisa e concedeu-me liberação para que pudesse me dedicar ao Doutorado. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia (UNIRIO/MAST), em nome da Coordenadora Prof.^a Dr.^a Helena Uzeda e da secretária do Programa Alexandra Durão, sempre muito atenciosas viabilizando os procedimentos para o bom andamento da burocracia.

Aos professores do Programa, responsáveis pela trilha de conhecimentos que me fez chegar até aqui, especialmente aos professores Marcus Granato, Luis Carlos Borges, Diana Lima, Tereza Scheinner, Ivan Coelho e Nilson Moraes e à Profa. Alejandra Saladino pela acolhida em suas aulas na graduação de Museologia. Tenho que agradecer também à Profa. Priscila Faulhaber, minha orientadora, pelos ensinamentos, generosidade e paciência durante o processo de realização desta tese. Aos professores e professoras da banca de qualificação: Alejandra Saladino, Helena Uzeda, Bruno Brulon e Nelson Sanjad, pelas críticas que me fizeram ter um olhar mais atento na construção da pesquisa enriquecendo seu conteúdo.

Meu agradecimento para além de especial ao Museu Nacional (MN) que aprendi a gostar e admirar nesses anos de doutorado. O fogo não foi capaz de apagar da minha memória as imagens lindas e apaixonantes de seus acervos e documentos, recheados de conhecimento, perduram como chama viva em meu coração. Aos servidores do Serviço de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR), pelo acesso aos documentos que são o alicerce dessa tese, bem como à Reserva Técnica da Arqueologia do MN. Outras instituições também foram essenciais na busca de documentos: Arquivo Público do Estado do Pará (APEP); Biblioteca Pública do Estado do Pará; Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e Arquivo Guilherme de La Penha, do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Agradeço imensamente ao Bruno Araújo e Joana Lima, colegas de turma, amigos de fé, presentes que o doutorado me deu e que levarei por toda vida, dividíamos saudade de casa, alegrias, idas e vindas ao MN, “trabalho etnográfico” pela cidade e muitos cafés no Largo do Machado. Para eles, toda a minha gratidão.

Aos colegas de turma do mestrado de 2015: Fernanda Micosky, Manoela Lima, Humberto Ferreira, Rubens Ramos, Mariza Revert, Saulo Moreno Rocha, agradeço a alegria, juventude e camaradagem que tornavam as aulas mais leves.

Aos colegas da área de Arqueologia do MPEG, Leonardo Lopes e Camila Fernandes que facilitaram o acesso à Reserva Técnica e ao Banco de Dados para a coleta de informações e fotografias dos objetos arqueológicos marajoara.

Aos colegas da Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e do Arquivo Documental do MPEG, pela presteza e atenção. Agradecimento especial às colegas Fátima Teles, Berenice Bacelar e Andrea de Assis que com dedicação e apreço atendiam às minhas solicitações bibliográficas.

Agradeço ao casal amigo Ana Lucena e Aloysio Graça e seus filhos Eduardo, Ricardo e Fernanda pela sempre e generosa acolhida, durante o mestrado e doutorado, no Rio de Janeiro. A minha prima Nara para além do laço de sangue que nos une abriu as portas de sua casa para me receber de forma carinhosa fazendo me sentir em casa, nas minhas idas ao Rio durante a pesquisa de campo no MN.

Ao amigo de longas datas Renaldo Nicássio pela companhia em momentos de solidão na cidade maravilhosa. A amiga Jimena Beltrão pelo incentivo e indicações bibliográficas.

Aos de casa, os meus maiores agradecimentos.

À minha irmã Heloisa Helena, por todo incentivo, compreensão e paciência, fundamentais para a realização e conclusão do doutorado. A ela, minha eterna gratidão.

À minha pequena e querida sobrinha-neta Maria Gabriela por compartilhar sua alegria, companhia e afeto que em muitos momentos foram um bálsamo para o meu cansaço por muitas horas de estudo.

Guardar

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la
Em cofre não se guarda coisa alguma
Em cofre perde-se a coisa de vista
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la, por admirá-la
Isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado
Guardar uma coisa é vigiá-la
Isto é, é fazer velar por ela
Isto é, é fazer vigília por ela
Isto é, velar por ela
Isto é, estar por ela ou ser por ela
Por isso melhor se guarda o voo de um pássaro ou um pássaro sem voo [...]*

(Antonio Cícero)

RESUMO

AMORIM, Lilian Baymade. **Dois Museus e Uma Coleção: deslocamentos, disputas e identidades na trajetória de objetos arqueológicos da cultura marajoara**

Orientadora: Dr.^a Priscila Faulhaber. UNIRIO/MAST. 2019. Tese.

Tem como finalidade conhecer e apontar processos relacionados às identidades nacional e regional, a partir de práticas e negociações concernentes ao destino de vestígios da cultura material marajoara. Nessa perspectiva, objetiva-se a construção da historicidade dos deslocamentos dos objetos em cerâmica Marajoara de seus contextos sociais e culturais até as instituições museológicas, Museu Paraense (MP) e Museu Nacional (MN) e suas ressignificações no âmbito da Exposição Antropológica de 1882, realizada no MN do Rio de Janeiro. Na fundamentação teórico-metodológica do presente trabalho, o qual constrói seu objeto no âmbito da teoria museológica, dialoga-se, além da própria Museologia, com disciplinas como a Antropologia, Arqueologia e História. A base documental desta pesquisa é constituída de fontes do século XIX, consultadas no Setor de Memória e Arquivo (SEMEAR) do MN; Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna, Arquivo Guilherme de La Penha do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Arquivo Público do Estado do Pará (APEP); Biblioteca Pública Arthur Viana (PA) e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O caminho percorrido ao longo da pesquisa leva à conclusão de que os deslocamentos e desvios de objetos marajoara para ambientes museais contribuíram para o processo de formação das identidades regional e nacional.

Palavras-chave: Museologia. Museus. Identidade nacional. Deslocamentos. Cultura Marajoara. Coleção.

ABSTRACT

AMORIM, LilianBaymade. **Two Museums and One Collection: displacement, disputes and identity in the trajectory of archeological objects of Marajoara culture**

Orientador: Dr.^a Priscila Faulhaber. UNIRIO/MAST. 2019. Tese.

The aim of this work is to know and point out processes related to national and regional identities which take place in practices and negotiations concerning to the destination of Marajoara culture remnants. From this perspective, the objective is to construct the historicity of the displacement of Marajoara ceramic objects from their social and cultural contexts to the museological institutions, the Museu Paraense (MP) and the Museu Nacional (MN) and their resignifications within the 1882 Brazilian Anthropological Exhibition, held at the Rio de Janeiro MN. In the theoretical-methodological grounds for the present work, in the scope of museological theory, dialogues, apart from Museology itself, with subject areas such as Anthropology, Archeology and History. The documentary base of this research is made up of nineteenth century sources, consulted in the Memory and Archive Sector (Setor de Memória e Arquivo - SEMEAR) of MN; Domingos Soares Ferreira Penna Library, Guilherme de La Penha Archive of the Paraense Emilio Goeldi Museum (MPEG); Public Archive of the State of Pará (APEP); Arthur Viana Public Library (PA), and Digital Library_collection of newspapers, magazines, periodicals, at the National Library. It is concluded that displacements, disputes and deviations and the network of researchers formed from the interest of collecting objects as testimonies of a story to be narrated where museums become illuminated places which give voice to these objects contributed to the process of regional and national identities formation.

Keywords: Museology. Museums, National identity. Displacements. Marajoara culture. Collection.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

APEP - Arquivo Público do Estado do Pará

CCBB - Centro Cultural Banco do Brasil

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação

ICOM - Conselho Internacional de Museus

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia

MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCTIC - Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações

MN - Museu Nacional

MP - Museu Paraense

MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi

PPG-PMUS - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

RTMS - Reserva Técnica Mário Ferreira Simões

SEMEAR - Seção de Memória e Arquivo

USP - Universidade de São Paulo

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gabinete de Curiosidades	p. 13
Figura 2 -Decreto de Criação do Museu Real de 6 de junho de 1818	p. 18
Figura 3- Nota sobre a inauguração do Museu Paraense publicada no Jornal do Pará	p. 32
Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional	p. 35
Figura 5 – Domingos Soares Ferreira Penna, idealizador do Museu Paraense	p. 35
Figura 6 - Mapa do Pará com a localização da procedência dos artefatos marajoara	p. 53
Figura 7 - Vaso zoomorfo;coleção Marajoara do Governo do Estado do Pará sob guarda do MPEG	p. 54
Figura 8 – Documento sobre o recebimento de objetos do Vale do Amazonas, enviado por Ferreira Penna.	p. 59
Figura 9 - Documento testemunho dos deslocamentos de objetos no Brasil do século XIX	p. 61
Figura 10 - Acervo arqueológico e etnográfico do Museu Paraense cedido ao Museu Nacional por ocasião da Exposição Antropológica e não devolvido.	p. 68
Figura 11 - Documento sobre devolução de objetos cedidos ao Museu Nacional	p. 69
Figura 12 - Documento sobre devolução dos Objetos cedidos ao Museu Nacional (cont.)	p. 70
Figura 13 - Capa da Revista Archivos, do Museu Nacional	p. 71
Figura 14 - Estampa com vasos descritos por Ferreira Penna (1973)	p. 74
Figura 15- Tese de Alicia sobre a cerâmica marajoara	p. 78
Figura 16 - Documento de Registro da Reserva Técnica do Museu Nacional	p. 79
Figura 17 - Urna funerária identificada por Coirolo como coletada por Ferreira Penna e que esteve na Exposição Universal de Chicago	p. 80
Figura 18 - Estatueta Antropomorfa identificada por Alicia Coirolo como coletada por Ferreira Penna	p. 81
Figura 19 - Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena,1843-1923. Acervo digital da Biblioteca Nacional	p. 87
Figura 20 - Publicação com informações sobre os objetos em exposição	p. 95
Figura 21 - Vitrine com itens da cerâmica marajoara que se encontrava em exposição no Museu Nacional no século XXI	p. 107
Figura 22 - Texto sobre a importância da Exposição Antropológica	p. 110
Figura 23 - Urna funerária com apliques em relevo de boca, nariz e olhos; vaso zoomorfo	p. 112
Figura 24 - Ilustração em Ladislau Netto, "Investigações sobre a Archeologia Brasileira" Archivos do Museu Nacional (VI) 1885	p. 113
Figura 25 - Exposição Universal de Paris, Pavilhão Amazonas	p. 119
Figura 26 - Exposição Universal de Paris, 1889. Interior do Pavilhão Amazonas. Vitrine com objetos da cerâmica marajoara com destaque para as tangas marajoara.	p. 119
Figura 27 - Tanga marajoara	p. 120
Figura 28 - Certificado de participação em Sevilha	p. 123
Figura 29 - Ficha catalográfica informatizada usada na RTMS	p. 127
Figura 30 - Artefatos Marajoara acondicionados na RTMS em base deslizante para melhor manejar o acervo	p. 128
Figura 31 - Estantes onde são preservados fragmentos cerâmicos e objetos inteiros	p. 128
Figura 32 - Localizado na Ilha de Marajó, o Museu é um espaço de memória e identidade local	p. 130

Figura 33 – Objetos marajoara como mercadoria	p. 131
Figura 34– Objetos marajoara para a venda em site internacional	p. 132
Figura 35 - Objeto marajoara	p. 133
Figura 36 - Urna marajoara	p. 133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trajetória política, criação do Museu Paraense e Viajante naturalista do Museu Nacional	
Quadro 2 - Correspondências que comprovam os deslocamentos de objetos do Pará para o Museu Nacional	p. 38
Quadro 3 - Objetos exibidos na sala Lery – Apresentava 39 tópicos da Amazônia (Pará e Amazonas), sendo que nove foram exumados da Ilha de Marajó, todos pertencentes ao Museu Nacional conforme a descrição no Guia	p. 42
Quadro 4 - Sala Hartt–Vestígios arqueológicos marajoara em exibição	p. 96
	p. 102

ANEXOS

ANEXO 1- DECRETO DE CRIAÇÃO DO MUSEU NACIONAL. 1818. MN. SEMEAR	153
ANEXO 2 - RELAÇÃO DE OBJETOS DE HISTÓRIA NATURAL REMETIDOS POR FERREIRA PENNA AO MUSEU NACIONAL. 1866. MN.SEMEAR.	154
ANEXO 3 - OFÍCIO ENCAMINHADO A FERREIRA PENNA POR LADISLAU NETTO. LIVRO DE REGISTROS DE AVISOS E OFÍCIOS RECEBIDOS. 1873. MN.SEMEAR.	157
ANEXO 4 - OFÍCIO ENCAMINHADO POR FERREIRA PENNA PARA LADISLAU NETTO SOBRE OBJETOS COLETADOS NO VALE DO AMAZONAS E REMETIDOS AO MUSEU NACIONAL. LIVRO DE REGISTROS DE AVISOS E OFÍCIOS RECEBIDOS. 1869-1875. MN. SEMEAR	158
ANEXO 5 - LISTA DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO E ETNOGRÁFICO CEDIDO PELO MUSEU PARAENSE AO MUSEU NACIONAL PARA A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA DE 1882. MN. SEMEAR.	159
ANEXO 6 - DOCUMENTO ENVIADO PELA PROV. DO GRAN PARÁ SOLICITANDO A DEVOLUÇÃO DOS OBJETOS CEDIDOS AO MUSEU NACIONAL PARA A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA DE 1882. MN. SEMEAR.	161
ANEXO 7 – FICHAS DESCRITIVAS DE ALICIA	152

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Cap. 1 DOIS MUSEUS E UMA COLEÇÃO	10
1 – A IMPORTÂNCIA DO COLECIONISMO E DAS COLEÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOS MUSEUS	11
1.1 – Os objetos em museus	13
1.1.1 - Os primeiros museus no Brasil	16
1.1.2 – Um Museu na capital do império	17
1.1.3 – Ladislau Netto e o Museu Nacional	21
1.2 – A Amazônia e os viajantes estrangeiros	22
1.2.1 – A Associação Filomática – o movimento de criação do Museu Paraense	25
1.3 – Ferreira Penna e Ladislau Netto e os projetos de formação da identidade nacional	34
1.4 – O naturalista mineiro e sua trajetória no Pará	36
1.4.1 – Os coletores e a coleção Marajoara	43
1.5 – Museus como agentes de posições diferenciadas nas disputas identitárias	46
Cap. 2 DESLOCAMENTOS E TRAJETÓRIAS DA CULTURA MARAJOARA	52
2 - A AMAZÔNIA E SEU LEGADO ARQUEOLÓGICO	53
2.1 – Produção humana reveladora de conhecimento	55
2.2 – Os objetos em movimento	57
2.3 – A institucionalização da arqueologia brasileira	61
2.3.1 – A Ilha de Marajó	63
2.3.2 – Da Ilha de Marajó para o Museu Paraense	65
2.3.3 – Do Museu Paraense para o Museu Nacional	65
2.3.4 – Objetos “subtraídos”	68
2.4 – Ferreira Penna e sua produção científica	71
2.5 – Objetos como documentos	76
2.6 – Um achado especial – as fichas de Alícia	78
2.6.1 – Do subsolo para os museus	81
Cap. 3 A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA	83
3 – A MOSTRA CIENTÍFICA BRASILEIRA	84
3.1 – A ciência e a origem do homem	86
3.2 – A participação do Museu Paraense	89
3.2.1 – Do regional para o Nacional	93
3.2.2 - De volta ao passado	104
3.3 – Os suportes de divulgação	107
3.4 – A repercussão para a construção da identidade nacional	109
3.5 – Paris e Chicago na rota da cultura marajoara	115
3.5.1 – A cultura marajoara na Cidade Luz	117
3.5.2 – Exposição de Chicago	120
3.6 – Exposições universais no século XX	121
3.6.1- O Museu Paraense e a exposição de Paris	122
3.7 – Testemunhos em cinzas	123

Cap. 4	GRAFISMOS, FORMAS E CORES SOB GUARDA	125
	4 - A CULTURA MARAJOARA E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS MUSEUS	126
	4.1 – Vestígios de uma história	128
	4.2 - Museus regionais como territórios do tempo pretérito	130
	4.3 – As disputas e os deslocamentos no século XXI	131
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS	137
	ANEXOS	152

INTRODUÇÃO

Introdução

A introdução de um trabalho costuma revelar o lugar de onde o autor está falando e os caminhos percorridos para chegar a este ponto final. Meu trabalho como responsável pela divulgação do conhecimento científico gerado, ao longo de mais de 30 anos como servidora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), me faz transitar pelas diversas áreas da Instituição: pesquisa, educação, museologia e reservas técnicas com especial interesse pela área de arqueologia. Em meio à imensidão de suas coleções, optei pela Marajoara devido à presença constante da iconografia no cotidiano da cidade de Belém-Pará como fator que se reflete na imagem da região. A forte impressão desses objetos de cultura, sob meu entendimento, levou-me a pesquisar a construção da historicidade e deslocamentos dos objetos de cerâmica marajoara de seus contextos sociais e culturais até as instituições museológicas, Museu Paraense (MP) e Museu Nacional (MN) e suas ressignificações, no contexto da Exposição Antropológica de 1882, no Rio de Janeiro, foram parte das minhas inquietações no processo de construção dessa tese.

Objetiva-se aprofundar e dar continuidade aos estudos da nossa dissertação, defendida em 2005, sob o título “Cerâmica Marajoara: Caminho para compreender a Pré-história da Amazônia”, que originou o catálogo “Cerâmica Marajoara: a comunicação do silêncio”, apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. A ênfase esteve centrada na iconografia dos objetos e sua presença em diversos segmentos da cidade de Belém (PA), como forma de afirmação da identidade local e promover maior divulgação do acervo da cultura marajoara. Passados alguns anos da finalização do mestrado, retomei o tema, desta feita, o foco principal é a relação do MP com processos identitários regionais e nacionais, com a participação dos objetos da cultura marajoara na Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882, no Rio de Janeiro.

Para além da beleza estética dessa coleção, atribuída à ornamentação de seus objetos, pretende-se enfatizar o valor social da cultura do povo marajoara para incentivar seu entendimento e sua preservação como patrimônio em razão de sua importância como instrumento identitário, bem como desvelar o processo pelo qual os deslocamentos desses objetos foram realizados, em um período de formação de símbolos unificadores da nação, mesmo que provisórios, para a segurança política e econômica das províncias (LANGER, 2000).

Neste contexto, busca-se conhecer e identificar os processos de deslocamentos de vestígios da cultura marajoara, representada por objetos de cerâmica agenciados por uma

rede de pesquisadores e instituições, movida pelo interesse de colecionar objetos como testemunhos de uma história a ser narrada onde os Museus apresentam-se como lugares iluminados para dar voz a esses objetos.

A partir do aparecimento de Museus na Europa de caráter investigativo e com a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, em 1808, inicia-se o estabelecimento de Museus de História Natural no país. Estes foram encarregados de coletar, conservar, pesquisar e exibir espécies do mundo animal, vegetal, mineral e artefatos indígenas (LOPES, 2009). Nesse cenário, surge o MN, em 1818 no Rio de Janeiro e a Associação Filomática, embrião do MP na Província do Gran Pará, em 1866. Ambas instituições que fazem parte desta pesquisa. Tais Museus, por meio de doação de naturalistas, colecionadores, compra ou permuta, formaram coleções compostas de objetos materiais subtraídos de múltiplos lugares e culturas. Os objetos retirados de seu local de origem e levados para os Museus abandonam sua condição primária para ser classificados, ordenados e ressignificados (POMIAN *apud* ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1984) construindo narrativas sobre suas origens, pois conforme a historiadora Oliveira (2008):

Os museus realizam uma transformação simbólica. Os objetos retirados do seu contexto original se tornam obras de arte, relíquia, artefatos. Objetos concretos do mundo transitório, da vida cotidiana, passam a representar valores abstratos – a nação, a evolução das espécies, a indústria, a imigração, a cidade (OLIVEIRA, 2008, p. 148).

Para desvendar as imbricadas relações institucionais entre MN e o MP representados por Ladislau Netto, 1838-1894 e Domingos Soares Ferreira Penna, 1818-1888 respectivamente, delimitamos o recorte temporal entre 1857 a 1885, por abranger fatos históricos relevantes, como a chegada de Ferreira Penna a Belém (PA) no ano de 1858 e, em 1866, a criação da Associação Filomática, embrião do MP¹. O ano de 1871 é marcado por dois fatos importantes: a descoberta da riqueza arqueológica da Ilha de Marajó (PA) e a transformação da Associação Filomática em MP. De 1872 a 1884, Ferreira Penna assume a função de Naturalista Viajante do MN, consolidando a influência de Ladislau Netto para o deslocamento de objetos de uma região periférica para o centro do Império. O outro acontecimento histórico é a ida do diretor do Museu Carioca, Ladislau Netto, em fevereiro de 1882, ao Pará em busca de objetos arqueológicos e etnográficos, bem como exemplares da fauna e flora amazônica para compor parte da Exposição Antropológica Brasileira, realizada em junho daquele mesmo ano no MN do Rio de Janeiro. O período, assim definido, contempla a atuação dos personagens Ladislau Netto e Domingos Soares Ferreira Penna,

¹ Em 15 de abril de 1871, é criado o Museu Paraense, e um novo Regulamento é escrito por Domingos Soares Ferreira Penna. Esse regulamento amplia as atividades do Museu, estabelecendo três seções: Mineralogia e Geologia; Botânica e Zoologia; e Ciências Físicas (SANJAD, 2010).

enquanto protagonistas da construção de importantes Museus do Brasil e utilização destes (Paraense e Nacional) para a formação de identidades.

Na fundamentação teórico-metodológica do presente trabalho, o qual constrói seu objeto no âmbito da teoria museológica, dialoga-se, além da própria Museologia, com disciplinas afins, como Arqueologia, Antropologia e História da Ciência. Levando em consideração que o tema central é instituições museológicas do século XIX, é possível encontrar na Museologia amparo para compreender os sentidos dos objetos musealizados buscando conceitos formalizados por autores como Loureiro (2007), que analisa o processo de musealização dos objetos. A Museologia também é a base para se analisar a organicidade dos Museus, primordial para vislumbrar a relação estabelecida entre o MP e o MN sobre os deslocamentos dos objetos.

Na arqueologia encontram-se aportes conceituais para abordar sua institucionalização no Brasil e sua relação com a construção da identidade nacional. Os autores Langer (2000), com sua tese “Ruínas e Mito: A Arqueologia no Brasil Império”; Lima (2007) com seu artigo “A Arqueologia na Construção da Identidade Nacional: uma disciplina no fio da navalha”; Barreto (2000), em “A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil”; e Ferreira (2008), em sua tese “Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil” figuramos principais modelos conceituais adotados para a contextualização do tema aqui proposto. De maneira geral, os três autores abordam a importância da arqueologia na sociedade imperial e seu uso como instrumento político para a construção da história nacional dentro de Museus.

Nesse sentido, Lima (2007) ressalta que as arqueologias, quando a serviço do Estado, podem ser usadas para manipular e induzir o interesse da ideologia dominante. O vestígio material teve lugar de destaque para gerar uma sensibilidade moderna, o que pode ser constatado ao se executar a análise dos objetos marajoara no âmbito da Exposição Antropológica Brasileira e sua significação para encontros e desencontros envolvendo identidades nacionais. Em outra vertente do tema que aborda o simbolismo marajoara e identidade, destacamos a tese “Um Grego Nu: Índios marajoara e identidade nacional brasileira” de Linhares (2015), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A problematização da relação entre o MP e MN, na atuação de Ferreira Penna e Ladislau Netto, pela disputa de campo científico no sentido de posse da coleção marajoara os “discursos” encontrados em suas correspondências administrativas e artigos científicos remontam à leitura de trabalhos de Pierre Bourdieu: “A Economia das Trocas Linguísticas”, 1996 e “Por uma Sociologia da Ciência”, 2004. Tais obras permitem uma reflexão para

analisar as relações de Ferreira Penna e Ladislau Netto, demarcadas por lutas simbólicas na busca de fatores relacionados às disputas entre instituições envolvendo processos de reivindicação regional e nacional. Para tanto, foi necessário abordar o conceito de campo científico (BOURDIEU, 2004), espaço onde essas disputas são reveladas por meio de relações de poder. “O discurso regionalista é um discurso performativo, que visa impor como legítima uma nova definição de fronteiras, e fazer conhecer e reconhecer a região assim delimitada” (BOURDIEU, 1996, p. 34).

Considerando que a pesquisa se desenvolve no período do Império, é necessário conhecer a gênese da construção do Estado para o entendimento da dinâmica da sociedade e aparecimento dos Museus brasileiros de história natural no período. Para tanto, autores que transitam pela história da ciência e formação de Museus nesse período, como Lopes (2009), Schwarcz (2004), Pratt (1999) e, mais especificamente sobre a formação do MP, Cunha (1989) e Sanjad (2010) são referências para desenvolvimento da temática proposta.

As obras desses autores destacam os Museus como lugares de produção de conhecimento no processo de institucionalização das ciências naturais no país. Nesse sentido, Lopes (2009) destaca que:

Os Museus brasileiros tiveram suas origens associadas a dois momentos conjunturais apontados exaustivamente pela nossa historiografia como marcos referenciais da cultura brasileira: a transição para o século XIX, caracterizada pela crise do Antigo Sistema Colonial e a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, com o conjunto de implementos nos terrenos social, político, econômico e cultural [...] (LOPES, 2009, p. 11).

Na temática relacionada ao sMuseus e suas coleções, apontam-se os autores Pearce (*apud* GRANATO; SANTOS, 2005), Appadurai (2008), Kopytoff (*apud* APPADURAI, 2008) e Alberti (2005), os quais desenvolvem estudos dos objetos através da abordagem da cultura material. Segundo Pearce (*apud* GRANATO; SANTOS, 2005), o tratamento a ser dado aos objetos para que eles sejam desvelados é essencial, bem como evidencia a função básica de uma coleção para o conhecimento.

Os objetos incorporam informações sobre a natureza do homem na sociedade: nossa tarefa é a elucidação de abordagens através das quais isso possa ser recuperado, uma contribuição única que as coleções museológicas podem dar para a compreensão de nós mesmos (*apud* GRANATO; SANTOS, 2005, p. 13).

As identidades são construídas com objetivo de promover a coesão das imagens de cada país. Por serem construídas, tornam-se artificiais, passíveis de serem substituídas e condicionadas às decisões individuais de serem ou não aceitas (ANDERSON, 2015). Anderson (2015) em “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do

nacionalismo” e L’estoile (*apud* MAGALHÃES; BEZERRA, 2011): “O paradigma do Museu Nacional. O caso do “Museu Nacional dos outros””, proporcionam uma reflexão sobre as identidades forjadas a partir dos discursos das instituições museológicas. Nesse contexto, percorrem-se por caminhos teóricos apontam a identificação do projeto de formação de identidade nacional, no ambiente da Exposição Antropológica Brasileira, por meio dos objetos da coleção arqueológica Marajoara. As discontinuidades históricas proporcionadas pelos deslocamentos dos artefatos marajoaras de seu local de origem foram essenciais para a compreensão da formação da coleção aqui abordada e sua importância como vetor de reivindicação de identidade nacional.

Utilizaram-se ainda, os seguintes autores como suporte: Kirshenblatt-Gimblett (1998) e Gonçalves (2007), pois fazem a abordagem de constituição do objeto etnográfico no contexto de Museus e exposição. Para o primeiro, os objetos de etnografia são “feitos” e não “encontrados”. O que os define como etnográfica é a forma como são separados, segmentados pelos etnógrafos. Em complemento a essa compreensão de objeto etnográfico, Gonçalves nos diz que:

[...] havia uma forte relação entre esses antropólogos e os Museus e especialmente suas coleções etnográficas. Muitos eram curadores dessas coleções. O fato é que havia por parte deles uma intensa valorização dos objetos, os quais eram interpretados, como vimos, no contexto dos processos de evolução e de difusão da cultura (GONÇALVES *apud* CHUVA, 1995, p. 58).

Os acervos documentais da Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) do MN, Arquivo Guilherme de La Penha e Seção de Obras Raras do MPEG e Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) foram essenciais na busca de documentos para identificar a relação entre instituições, sujeitos e caminhos percorridos. A documentação revelou também os interesses políticos nesse processo de deslocamento de objetos. No entanto, a pesquisa de campo se concentrou no MN, do qual se tem aproximadamente 400 registros fotográficos de Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Decreto de Criação do MN em 1818; Cartas; Ofícios; Instruções; Regulamentos de Organização; Livros de Registro de Decretos; Portarias; Nomeações dos Empregados do MN; Livro de Registro das Portarias e Relatórios e Livro de Avisos e Ofícios Recebidos. É importante ressaltar que todos esses documentos foram consumidos pelo incêndio ocorrido no dia 2 de setembro de 2018 no MN. A versão digital do Guia da Exposição Antropológica Brasileira (ANEXO 6) apresenta em 72 páginas, uma breve descrição dos objetos, informações sobre a procedência e doadores de acordo com as salas em que os objetos estiveram expostos.

Identifica-se nesse documento a descrição de 144 objetos de cerâmica marajoara². Muitos desses objetos estiveram misturados na Exposição com objetos oriundos de outras províncias como a do Paraná e de Alagoas, apesar de algumas salas serem exclusivas de objetos da cultura marajoara, como a sala Hartt, em homenagem ao geólogo Charles Frederick Hartt, responsável pela Expedição Morgan para explorar a calha do rio Amazonas, como também explorar os sítios arqueológicos da Ilha de Marajó.

Outra referência fundamental a esta pesquisa é o Arquivo Documental Guilherme de La Penha do MPEG, criado em 1987, onde se constata a inexistência de documentos relativos à administração de Domingos Soares Ferreira Penna. Tal documentação está abrigada no APEP. Contudo, de modo geral, verifica-se a ausência de documentação necessária, tanto do ponto de vista da administração como do acervo, à construção de uma trajetória mais completa dos objetos coletados por Ferreira Penna.

Na Seção de Obras Raras do MPEG, tivemos acesso aos volumes encadernados da Revista *Archivos do Museu Nacional* e da Revista da Exposição Antropológica Brasileira que proporcionaram a dimensão da importância desse evento para a busca de afirmação da produção científica do Brasil por meio dos artigos, bem como a valorização do espaço museal para a divulgação da ciência, constituindo-se no principal evento científico da época.

No APEP, foram pesquisados os documentos: Avisos do Ministério do Império; Ofícios Diversos do Presidente da Província; Correspondência Oficial da Presidência da Província do Pará; Registro dos Ofícios dirigidos à Província; Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e ao MP; Minutas de Ofícios de Diversas Autoridades e Ofícios do Ministério dos Negócios do Império.

Quanto aos documentos referentes à época de Ferreira Penna como Secretário da Província de criação da Associação Filomática e, posteriormente, de sua transformação em MP, nos concentramos no APEP, onde se observou conjuntos documentais referentes ao período de criação da Associação Filomática e de sua transformação em MP: decretos, regimentos e correspondências entre Ferreira Penna e Ladislau Netto.

No que se refere aos vestígios materiais, o acesso às reservas técnicas da arqueologia do MN e do MPEG possibilitou identificar as formas de catalogação dos objetos, para a análise dos critérios estabelecidos pelo MPEG e MN no processo de identificação e incorporação desses objetos às suas coleções científicas.

² A seleção desses objetos teve como critério, a identificação destes como sendo provenientes da Ilha de Marajó (PA), conforme descrição do Guia da Exposição.

No *Center for Research Libraries Global Resources Network (CENTER...*, 1949), para o acesso aos relatórios presidenciais provinciais, obtivemos informações essenciais para desenvolver as análises dispostas ao longo dos capítulos desta tese.

Os jornais da época também foram importantes fontes de pesquisa para esta investigação. Os conteúdos, na sua maioria, são formados por informações que permitiram acompanhar e identificar os trâmites políticos na disputa de campo relevantes para a fundamentação desta pesquisa. Nesse sentido, a hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro proporcionou acesso ao conteúdo disponível nos periódicos jornalísticos: A Constituição, Diário de Belém, Jornal do Pará, O Liberal do Pará, Diário do Gran-Pará e Gazeta de Notícias.

Nesse cenário de suportes teóricos, de documentos escritos e materiais “escavados” nos mais variados meios, constitui-se a tese para responder aos questionamentos mencionados no início da introdução.

Está dividida em quatro capítulos. O primeiro, subdividido em nove itens, fornece os elementos históricos sobre a formação das coleções dos Museus paraense e nacional como lugares de produção de conhecimento científico sobre a história natural do país com a participação de cientistas brasileiros e estrangeiros, suas redes de relações para os deslocamentos de objetos. Em complemento, nesse primeiro capítulo, intitulado “Dois Museus e uma coleção”, o ponto de partida é a abordagem do tema coleção-colecionamento, tendo como principal aporte teórico os conceitos de Pomian (*apud* ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1984), Gonçalves (*apud* ABREU; CHAGAS, 2003) entre outros para investigar o lugar da coleção arqueológica marajoara na Exposição Antropológica Brasileira. Contextualiza-se, ainda, a criação do MN e MP bem como as trajetórias de Ferreira Penna e Ladislau Netto e a rede de aquisição de objetos marajoara e seus deslocamentos como parte constituinte da formação da identidade nacional a partir do tratamento diferenciado na Exposição Antropológica, tais como, salas exclusivas para esses artefatos, a viagem de Ladislau Netto a Ilha de Marajó para coletar material a ser exposto no evento transformando-os em símbolos culturais da nação.

O segundo capítulo, “Deslocamentos e trajetórias de objetos da cultura marajoara,” conta com quatro subitens que identificam os percursos e interesses dos viajantes estrangeiros e brasileiros para adentrar a Amazônia. Viagens com propósitos etnográficos e museológicos, local privilegiado pela natureza e de remanescentes da cultura material indígena, no caso a cerâmica marajoara, objeto de nosso estudo. A partir de tais exames, analisa-se o processo de discontinuidades históricas estabelecidas com os deslocamentos de objetos da cultura marajoara de seu lugar de origem, Ilha de Marajó, para

o MP (regional) e, posteriormente, para o MN, identificando as implicações da circulação desses objetos em ambientes históricos e culturais diversos.

Em nossa pesquisa documental e bibliográfica também foi possível identificar os deslocamentos dos objetos marajoara para Museus localizados no exterior como Oslo e Estados Unidos (*Smithsonian Institution*), bem como em províncias brasileiras (Pernambuco) como parte de permuta ou até mesmo doações entre pessoas físicas e instituições.

Após a pesquisa exploratória em nível nacional e internacional, constituída de livros, documentos, publicações em periódicos, artigos científicos, jornais, boletins, dissertações e teses para o aprofundamento dos referenciais e definições estruturais da pesquisa, seguem-se para o principal “campo” de investigação: a Exposição Antropológica Brasileira. Esta, tem capítulo exclusivo em virtude de sua importância como local de exibição da produção do conhecimento científico e valorização do seu patrimônio ancestral expondo objetos enviados pelas províncias. Esse terceiro capítulo também aborda as exposições universais onde os objetos arqueológicos marajoara estiveram presentes para representar a nação brasileira por meio de símbolos manufaturados por uma sociedade evoluída numa demonstração de igualdade com as nações mais desenvolvidas.

No quarto e último capítulo reportam-se às Reservas Técnicas do MPEG e MN, considerando a relação entre o patrimônio arqueológico e as instituições museológicas como um importante lugar de guarda, preservação, tratamento e atribuição de sentidos. Também se faz uma alusão ao Museu do Marajó como referência de preservação de memória e identidade do povo marajoara. Com o propósito de evidenciar que as disputas por objetos marajoara não se encerraram no século XIX, a mencionar a disputa que envolveu o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP), e MPEG pela guarda de objetos Marajoara da coleção do Banco Santos, em 2005. Menciona-se ainda, uma das maiores tragédias no campo da ciência e dos Museus ocorrida no Brasil: o incêndio do MN em 2 de setembro de 2018 que destruiu grande parte do acervo científico e arquivo documental, bem como o prédio que o abrigava. Um desastre de consequências que até então não é possível mensurar as perdas para o patrimônio científico nacional.

Com isso, se apresenta nossa percepção embasada em teorias e documentos oficiais e jornais para identificar as circunstâncias em que se deu a trajetória dos objetos no sentido de evidenciar as lacunas na história da coleção arqueológica do MP, e primordialmente o poder exercido pelas instituições museológicas na construção do sentido de registros materiais da cultura marajoara como símbolos de nacionalidade.

Nas considerações finais, é apresentada uma reflexão sobre o processo de deslocamentos para a valorização do simbolismo marajoara e formação das identidades nacional e regional e a produção do conhecimento científico acerca da arqueologia amazônica que se deram por meio de duas instituições museológicas: MP e MN.

CAPÍTULO 1
DOIS MUSEUS E UMA COLEÇÃO

1 – A IMPORTÂNCIA DO COLECIONISMO E DAS COLEÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOS MUSEUS

O ato de colecionar pressupõe poder para selecionar, classificar e preservar o registro material. O ajuntamento de “coisas” pertencentes a outro mundo estabelece uma conexão com um mundo “invisível”, como descreveu Pomian (*apud* ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1984). Para este autor, o invisível pode ser representado pelo “mundo do além”, “dos deuses”, “das regiões longínquas e dificilmente acessíveis” (POMIAN *apud* ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1984, p.64). Portanto, os objetos de uma coleção são conectores entre espectadores e o mundo invisível.

Este capítulo traz uma reflexão sobre a relação entre o MP - 1866 e o MN - 1818, instituições museológicas criadas no século XIX que se apropriaram de artefatos histórico-culturais, entre eles a coleção arqueológica marajoara, no âmbito da Exposição Antropológica Brasileira (ANEXO 6) no MN do Rio de Janeiro a partir dos personagens Domingos Soares Ferreira Penna (MP) e Ladislau Netto (MN). Trabalham-se alguns aspectos históricos dessas instituições, formação de suas coleções de artefatos marajoara, bem como alguns pontos das biografias de Ladislau Netto e Domingos Soares Ferreira Penna.

Colecionar coisas é um ato praticado pelo homem desde os primeiros grupos humanos, movidos por sentimentos diversos, como a curiosidade, exaltação à cultura, apego sentimental, exotismo, acumulação de bens, saberes, entre outros que estão presentes no cotidiano materializado em objetos de variadas formas, cores e natureza. A prática de colecionar objetos de forma institucionalizada, cuja gênese não cabe aqui analisar, desenvolve-se na Europa, a partir do século XV. Os colecionadores europeus procuravam, por meio de fragmentos de esculturas, pedras gravadas e moedas reconstituir o mundo greco-romano, considerado por eles berço da cultura europeia (SCHAER, 1993).

Na segunda metade do século XVI, outra forma de colecionamento desenvolve-se na Europa. Tratava-se de coleções de objetos pré-históricos, exemplares da fauna e flora, estátuas, cerâmicas vindas do Novo Mundo, raridades consideradas exóticas pelas suas especificidades, já que não faziam parte do universo dos colecionadores, as quais se somavam às antiguidades e objetos de arte, deslocando-os de seu contexto original e colocando-os à mostra para leituras interpretativas de um público restrito (SCHAER, 1993). Os exemplares de fauna e flora e objetos oriundos de recolha seriam o que Pomian (*apud*

ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1984) designa como semióforos: objetos que, retirados de seu contexto, não tem mais valor de uso, mas sim significados representando o invisível como “[...] países exóticos, sociedades diferentes, outros climas” (LOPES, 2009, p.13).

Esses novos espaços passaram-se a chamar Gabinetes de Curiosidades e tinham interesse em preservar a memória, já que seria impossível aos “[...] homens guardar na memória toda a maravilha da criação divina e da ação humana”(POSSAS *apud* FIGUEIREDO, VIDAL,2013, p.159). Portanto, tais Gabinetes seriam guardiões da memória da criação divina, isto é, os objetos concebidos como elos entre os homens e a criação de Deus na produção de conhecimento.

Neste sentido a autora aponta que os gabinetes de curiosidades:

[...] a princípio, revelam um caráter enciclopedista, uma tentativa de se ter ao alcance dos olhos, pelo menos, o que existe em lugares distantes e desconhecidos. Ainda não existe a preocupação nítida com a classificação, a nomeação de tudo o que se descortina diante desses homens. Antes de qualquer coisa, trata-se de juntar, de colecionar objetos que dão ideia da existência de “outros”. O ato de colecionar transfigura-se em compreensão de tudo o que há no mundo (POSSAS *apud* FIGUEIREDO, VIDAL, 2013,p.159).

A autora ainda ressalta que, com o passar do tempo, essas coleções vão adquirindo caráter científico, porém vinculados ao campo religioso com o propósito de entender o mistério de criação do mundo. Apesar de uma audiência mais ampla às coleções, o acesso a esses lugares ainda era restrito a uma determinada camada da sociedade considerada intelectualizada e de elevado poder aquisitivo, limitando a visualização para o mundo. Os Gabinetes de Curiosidades, por meio de coleções privadas constituídas de exemplares os reinos animal, vegetal e mineral – *Naturalia* – e objetos produtos da ação humana e as antiguidades denominados de *Mirabilia* foram os primeiros espaços dedicados a apresentar o mundo, até então,inalcançável(POSSAS *apud* FIGUEIREDO, VIDAL, 2013).

No século XVI a Europa viveu seu primeiro surto de atividade colecionadora.Segundo Blom (2003), o argumento sobre o avassalador crescimento da atividade do colecionismo seria a expansão do conhecimento:

A explicação mundana é que a expansão do conhecimento no século XVI exigia novas respostas, novas abordagens para os novos fenômenos. Estudiosos em toda a Europa exploraram o macrocosmo através do telescópio, e as pequenas coisas pelo microscópio. Inovações tecnológicas, como a imprensa, e progressos na construção naval e a navegação facilitaram o comércio em todo o mundo e trouxeram artigos mais baratos para a Europa (BLOM, 2003, p.37).



Figura 1 - Gabinete de Curiosidades
Fonte: Os Gabinetes, 2016.

É possível concluir que, com o passar do tempo, as coleções vão adquirindo poder e caráter científico que, além de atributos estéticos ou exóticos, são também fontes de conhecimento.

Neste capítulo, o objetivo é refletir sobre questões vinculadas à Cultura Material e Museologia, visando compreender as múltiplas relações existentes entre museus e produção material das atividades humanas e produção de conhecimento.

Destacam-se as etimologias dos conceitos de: objeto, coisa, materialidade, funcionalidade e sistemas que articulados podem estabelecer reflexões sobre as relações espaciais, temporais e sensoriais entre objetos e indivíduos. Com narrativa processual, segue a análise para entendimento do termo coleção e museu, identificando a existência de percursos de musealização que contribuem no processo de afirmação de sentidos e significados aos objetos e, conseqüentemente, sua preservação física e simbólica.

1.1 – Os objetos em museus

Com o aumento das coleções, promovido basicamente pelas viagens que se multiplicaram a partir do século XV (LOPES, 2009) era necessário um local adequado para a guarda dos objetos e produção de conhecimento. Nesse sentido, museus tornaram-se os

espaços prediletos dos naturalistas para a transformação dos gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimento (SILVA, 2010). Em sua obra “Manual de Museologia”, Hernández, ao abordar o processo de formação dos museus, diz que essas instituições foram constituídas a partir da formação de coleções a definição de coleção como: “[...] *aquel conjunto de objetos que, mantenido temporal o permanentemente fuera da la actividad económica, se encuentra sujeto a una protección especial con la finalidad de ser expuesto a la mirada de los hombres*” (HERNÁNDEZ, 1998, p.13)³.

Nesse contexto, diferentemente dos gabinetes de curiosidades, os museus ampliaram o leque de possibilidades de interpretação dos objetos em coleção expostos ao olhar dos frequentadores de museus.

Os objetos de coleção, impregnados de história, também podem ser entendidos como documentos (MENESES, 1980), pois os traços inscritos em sua materialidade são representantes da memória de um grupo e, portanto, de importância para a compreensão de sua existência bem como seu contexto na sociedade, adquirindo uma função. Nesse sentido, podemos dizer que as coleções, cumprem sua função social, a partir de seus objetos, desprovidos de valores econômicos e desempenhando papéis de conectores entre os espectadores e o mundo até então invisível, como destaca Pomian:

[...] exactamente por causa da sua função que lhes é atribuída – função que consiste em assegurar a comunicação entre os dois mundos nos quais se cinde o universo –, os objetos preciosos, e que portanto sempre se tentou reintroduzi-los neste circuito para trocá-los por valores de uso, por coisas; por este motivo deve ser submetidos a uma proteção especial. Constata-se então que os objetos não podem assegurar a comunicação entre os dois mundos sem serem expostos ao olhar de seus respectivos habitantes. Só se esta condição for satisfeita é que se tornam intermediários entre aqueles que os olham e o mundo que representam (POMIAN *apud* ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1984, p.66).

A acumulação de objetos e ordenação das evidências materiais facilitaria a compreensão do mundo, pois como propõe Scheiner (2013): “Os vestígios materiais da natureza e da ação humana passam a ser percebidos como “documentos” que representam e comprovam a natureza, o cosmo e a trajetória das sociedades” (SCHEINER, p. 364).

Sob a luz dos ideais iluministas (séculos XVII e XVIII), uma série de reflexões foi produzida, dentre elas, a defesa do conhecimento racional, em detrimento de crença baseada em matrizes religiosas. Os gabinetes de curiosidades passam a ser espaços de reflexão e estudo de coleções (CHOAY, 2001, p.62). Assim, tornam-se os precursores dos

³ “Aquele conjunto de objetos que, mantidos temporariamente e permanentemente fora da atividade econômica, se encontra sujeito a uma proteção especial com a finalidade de ser exposto ao olhar dos homens” (tradução livre).

museus tradicionais – cuja base conceitual é o objeto, (SCHEINER *apud* SYMPOSIUM..., 1999) - que estiveram a serviço da comprovação dos discursos científicos.

O interesse em colecionar objetos de valor em diferentes civilizações e etapas históricas está relacionado a vários fatores, entre eles a própria subsistência dos homens, prestígio, curiosidade e admiração pelo raro. Até o final do século XVIII, a cultura e a arte não eram mais que um adorno na vida dos privilegiados. As coleções, ao se tornarem públicas, são denominadas como museus, construídas a partir de processos de apropriações de coleções privadas em campos de influência cultural e política (JULIÃO, *apud* Caderno de Diretrizes Museológicas I, 2006). O avanço do conhecimento, a influência dos enciclopedistas franceses e a democratização das coleções e, de forma mais enfática, a Revolução Francesa (1789) são considerados fatores decisivos para o surgimento do museu moderno⁴.

No mundo ocidental, dois museus abriram suas portas para acesso do público no século XVIII: Museu Britânico, criado em 1753, constituído pelo Parlamento Britânico e aberto ao público pela primeira vez em 1759; e em 1793 surge, no contexto da Revolução Francesa, o Museu do Louvre, tornando suas coleções acessíveis e públicas a todos os segmentos da sociedade para deleite ou para aprendizado (LOPES, 2009).

A busca por objetos e seu contínuo processo de atribuição de significados e inserção em ambientes como os museus e galerias de arte foi marcante no continente europeu. Nesse contexto, no século XIX, os viajantes naturalistas exploraram terras longínquas não unicamente em busca de objetos diversos a serem estudados para entendimento do mundo, mas também para explorar a natureza como fonte de sobrevivência do ser humano (CAMARGO, 2006).

A partir do século XVIII começam a surgir na Europa os museus de história natural interessados na investigação científica de objetos materiais, com a finalidade de produzir conhecimento, preservar, colecionar e comunicar para a sociedade um mundo “[...] extra europeu [...]” (SCHWARCZ *apud* SCHWARCZ, 2004, p.68). Desde então, tem início a criação dos museus de história natural com apoio dos cientistas europeus que se deslocaram até o Novo Mundo para coletar amostras da fauna e da flora. Para esses estudiosos, as viagens eram motivadas também para responder uma questão que tanto os intrigava: a origem do homem americano (LANGER, 2009).

⁴ “Derivado do grego *mouseiōn* (templo das musas, lugar onde residem as musas, onde se pratica poesia, artes, etc., escola) o termo significa, a princípio, gabinete de trabalho, lugar reservado aos estudos científicos, literários ou artísticos. Ele começa a aparecer na sua acepção atual (extrapolação do gabinete de trabalho onde são conservadas as coleções dos antiquários e dos amantes de arte) durante a última década do século XVIII” (CHOAY, 2001, p.62).

O advento dos museus proporcionou ao colecionismo praticado pelos proprietários dos gabinetes de curiosidade uma mudança de *status*: deixa de ser apenas de interesse pessoal para ser especializado e institucionalizado, reafirmando os museus como lugar de produção de conhecimento, a partir de um olhar sistemático e racional, além de local de guarda e exibição para a contemplação dos seres humanos, tornando-os um espaço de conexão entre os objetos e a sociedade, a partir do conhecimento elaborado por cientistas. Também é possível observar que os museus surgiram em consequência da formação de coleções de objetos estimulando os estudos científicos. Em consequência, os museus passam a ter um importante papel na produção das pesquisas científicas, educação e comunicação.

1.1.1 – Os primeiros museus no Brasil

Assim como na Europa, o Brasil estava inserido nesse processo de criação de museus como local para compreender o passado por meio das análises de vestígios encontrados em território nacional produzindo conhecimento sobre o modo de vida de uma população inexistente, mas presente em sua forma material, bem como por meio de sua natureza animal e vegetal.

No Brasil, durante o processo de transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, foi fundado o Museu Real em 1818, primeiro museu brasileiro, que posteriormente recebeu a denominação de Museu Imperial em 1824 e finalmente MN no ano de 1894 (LOPES, 2009; SCHWARCZ *apud* SCHWARCZ, 2004). No outro extremo do país, mais precisamente na Província do Gran Pará, região norte, surge a Associação Filomática, em 1866, embrião do MP, 1871. Em 1876, foi organizado o Museu Paranaense, por iniciativa da Associação Paranaense de Aclimação em Curitiba (LOPES, 2009). Essas instituições foram concebidas para abrigar elementos da natureza e da cultura humana, instituindo-se assim, a categoria de Museu de História Natural em solo brasileiro. Tais iniciativas foram articuladas às questões políticas do governo imperial e das províncias interessadas no desenvolvimento econômico que viam a ciência como promotora do progresso, modernidade e da civilização (FERREIRA, 2007).

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, constituíram-se criadas várias instituições, tais como: Academia de Guardas-Marinha, no Rio de Janeiro; o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e a Escola Médico-Cirúrgica, no Rio de Janeiro, duas primeiras escolas de medicina do país; a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (SCHWARTZMAN, 2001), entre outras. Com a fundação dos museus de história natural em solo brasileiro, a produção do conhecimento científico foi incrementada, por meio da interpretação das coleções por especialistas. O MN teve papel principal como articulador na organização do desenvolvimento da pesquisa científica com base nas ciências naturais.

1.1.2– Um Museu na capital do império

No século XIX, o Brasil recebeu inúmeras visitas de naturalistas viajantes⁵ dos mais diversos lugares do mundo em busca de coletar informações sobre a riqueza natural do país (SCHWARCZ *apud* SCHWARCZ, 2004). O considerável número de viajantes adentrou ao território nacional com os mais diversos interesses, produzindo conhecimento a partir de seus referenciais culturais próprios e dotados de pré-conceitos com relação ao “exótico”. A vinda da família Real para o Brasil em 1808 e a abertura dos portos no mesmo ano transformou a colônia portuguesa em uma nova sede da Monarquia e, por consequência, determinou iniciativas de cunho cultural e modernização da estrutura social e econômica do país (LOPES, 2009).

Por iniciativa de D. João VI, foi criado o Museu Real por meio do Decreto de seis de junho de 1818, inserindo-se em uma série de iniciativas de cunho científico e cultural. Em outro contexto político, o Museu Real é transformado por Pedro I em Museu Imperial em 1824, para promover o estudo da ciência natural e, posteriormente, em MN, 1894, para atender as transformações ocorridas com a nova condição política e a independência do Brasil em 1822, demandando a formação da identidade nacional.

Era necessário manter autoridade e controle sobre a nova Metrópole, agregando valores que representassem referências culturais de nacionalidade e, dentro dessa perspectiva, os museus, figuravam espaços relacionais para a construção de pertencimento a um determinado grupo enquanto cimento para vínculos nacionais. É importante ressaltar que a gênese dos museus esteve vinculada à política de formação de estados nacionais, portanto, os museus associavam claramente o conhecimento ao poder (CHAGAS; SANTOS *apud* ABREU; CHAGAS; SANTOS, 2007, p. 13).

O Museu Real foi instituído por meio do Decreto de seis de junho de 1818, com sua primeira coleção, intitulada “Coleção Werner” e composta por amostras de minerais do mineralogista alemão Abraham Werner (LOPES, 2009), para dar continuidade às atividades científicas de Portugal, com o estabelecimento de Museus de História Natural pelo país⁶ envolvidos no estudo da flora brasileira e na busca por produtos rentáveis economicamente (LOPES, 2009). A função utilitária do conhecimento das ciências naturais está explícita nas primeiras linhas do Decreto de Criação do MN⁷:

⁵ Segundo Schwarcz (2004) constituídos por várias nacionalidades, entre elas: italianos, espanhóis, americanos, franceses e alemães.

⁶ Museus de Coimbra Ajuda e da Academia de Ciências.

⁷ Decreto de 6 de junho de 1818: “Cria um Museu nesta Corte, e manda que ele seja estabelecido em um prédio do Campo de Santana que manda comprar e incorporar aos próprios da Coroa. Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer, com grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já

[...] querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer, com grandes mananciais de riqueza [...](1818).

Dessa forma, o conhecimento científico produzido era considerado como meio para a promoção do desenvolvimento econômico e social da sociedade.

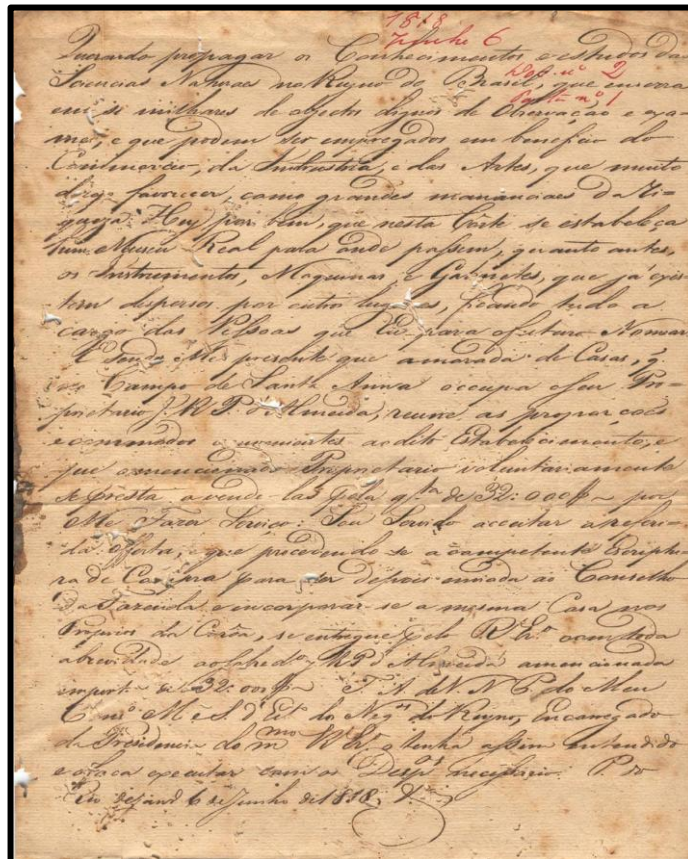


Figura 2 -Decreto de Criação do Museu Real de 6 de junho de 1818

Fonte: SEMEAR, 1882 (ANEXO1)

O Museu Real foi concebido não somente como um lugar de guarda de objetos, mas, também de produção de conhecimento científico por meio da rede de relações construídas com cientistas estrangeiros que visitavam o Brasil a convite do governo brasileiro, em busca de objetos para ilustrar as vitrines de seus museus tais como: minerais, rochas, espécimes

existem dispersos por outros lugares, ficando tudo a cargo das pessoas que eu para o futuro nomear. E sendo-me presente que a morada de casas que no Campo de Santana ocupa, o seu proprietário, João Rodrigues Pereira de Almeida, reúne as proporções e cômodos convenientes ao dito estabelecimento, e que o mencionado proprietário voluntariamente se presta a vendê-la pela quantia de 32:000\$000, por me fazer serviço: sou servido a aceitar a referida oferta, e que procedendo-se à competente escritura da compra, para ser depois enviada ao Conselho da Fazenda, e incorporar-se a mesma casa nos próprios da Coroa, se entregue pelo Real Erário com toda a brevidade ao sobredito João Rodrigues a mencionada importância 32: 000\$000. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, encarregado da presidência de mesmo Real Erário, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em 6 de junho de 1818. Com a rubrica de sua Magestade”.

de animais e vegetais, objetos etnográficos bem como servir de subsídios para seus trabalhos de pesquisa sobre a origem do homem americano e para exposição ao público.

Apesar da influência exercida por vínculos com a Europa e Estados Unidos, o que pode ser constatado pela presença de grande número de pesquisadores estrangeiros circulando pelos museus é que a fundação desses espaços no Brasil possibilitou a descentralização da produção do conhecimento científico, fazendo da história natural a responsável pela institucionalização da produção do conhecimento em solo nacional (LOPES, 2009).

O Museu Real foi aberto à visitação pública, no Rio de Janeiro (RJ), a partir de 1821 (LOPES, 2009). Nele, era possível apreciar elementos da flora, fauna, solo e objetos manufaturados. Seu acervo era formado por objetos enviados pelas províncias e museus do exterior, originários de troca entre museus, procedimento muito comum à época. Nesse sentido, ao abrir as portas ao público, o Museu Real revela sua intenção de transmitir ideias e instruir o povo, ou seja, por meio dos objetos que foram retirados de seus lugares e de seus significados originais, apropriados e ressignificados por quem os coletou.

Os novos atributos conferidos aos objetos passam a ser prova material com a finalidade de legitimar o posicionamento adotado pelo Museu Real de ser o lugar de *status* e demonstração de poder, por meio dos conhecimentos alcançados em investigação científica desenvolvidos na instituição perante os governos provinciais, comunidade científica estrangeira e à população. Os bens deslocados para o museu e dispostos à visitação pública adquiriram valor e representavam as primeiras iniciativas de coleta de bens culturais e naturais em terras brasileiras, passando a ser parte do coletivo, destituindo-os do caráter particular de seu coletor.

Os modelos de museus europeus e norte-americanos exerceram influência na criação de museus no Brasil, tanto nacional como regional. Porém, Bustamante (2012) ao comparar os museus de História Natural e Etnografia do século XIX evidencia uma grande diferença entre eles quanto à memória explícita em seus objetos: nos museus europeus, os objetos eram categorizados como exóticos, já que são originários de outros países, representam uma memória colonizadora e de expansão; já nos museus da América Latina os objetos seriam representativos de sua cultura:

[...] memória nacional, em que se combinam a condição de colonizado frente à Europa com a de colonizador frente às populações indígenas e territórios próprios representados pela coleta de objetos que se categorizam

como autóctones em seu sentido literal [...] (BUSTAMANTE, 2012, p.19-20, tradução livre)⁸.

A relação “colonizador” e “populações indígenas” expressada por Bustamante pode ser constatada por meio dos acervos do MN compostos por coleções de objetos advindos dos mais diferentes recantos do Brasil, representando a cultura nacional, os objetos marajoara, manufaturados por índios Marajoara que viveram na Ilha de Marajó (PA) de 400 a 1300 AD.

O MN também abrigava coleções de fora do país, como a arte egípcia. Nesse sentido, o demonstrava um caráter universal mesclando a cultura local com os símbolos culturais de outros países, tornando o museu uma vitrine do mundo a partir dos deslocamentos e da exposição de objetos como intermediários do mundo invisível (GONÇALVES, 2007).

Esta função mediadora resultaria de seu deslocamento do circuito econômico e utilitário, sua separação em lugares especiais, sua exposição ao olhar (seja de seres humanos, seja dos mortos, seja dos deuses) e sua consequente especialização enquanto objetos cuja vocação é “significar” (daí o termo “semióforo” que a eles reserva) (GONÇALVES, 2007, p.47).

Ainda sobre a intermediação dos objetos, é importante ressaltar ao adentrarem nos museus recebem um novo significado a partir do conhecimento de disciplinas, ou seja, “[...] as disciplinas fazem o objeto e o processo faz a disciplina” (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998, p.2), assim, sob o prisma de Kirshenblatt-Gimblett, os objetos, ao serem retirados de seu lugar de origem e deslocados, são “despidos” de si mesmos e ao adentrarem nos museus seguem protocolos estabelecidos pelas disciplinas: são separados, segmentados, definidos e descritos por etnógrafos, estabelecendo uma relação entre a fonte e o destino. Isto é, os objetos expostos em museus deixam de ser o que um dia foram, são feitos e não encontrados (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998). A autora complementa dizendo que os objetos são etnográficos, não por causa de sua essência, do lugar de onde foram encontrados, mas sim em virtude da maneira pela qual foram descritos pelas disciplinas (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998, p.3). Acredita-se que podemos usar o mesmo raciocínio para os objetos arqueológicos, portanto, no ambiente museal, os artefatos e objetos culturais ganham “movimento” por meio da produção do conhecimento.

⁸No original, se lê: “Para los europeos se trata de una memoria colonizadora y de expansión (expresada en la recolección de objetos que se categorizan como exóticos). Para los americanos se trata de una memoria nacional, en la que se combina la condición de colonizado- frente a Europa con la de colonizador- frente a las poblaciones indígenas y territorios propios (expresada en la recolección de objetos que se categorizan como autóctonos em su sentido literal).”.

1.1.3 – Ladislau Netto e o Museu Nacional

Após breve apresentação do MN, destaca-se a atuação de Ladislau de Souza Melo Netto em 1838-1894, apresentando aspectos de sua trajetória como diretor do MN entre 1876-1893. Botânico de formação, ingressou na instituição científica em 1866, convidado pelo imperador para chefiar a Seção de Botânica do MN. Já como gestor, em 1876, foi responsável pela implementação de três regulamentos: os de 1876, 1880, 1890. As principais alterações estabelecidas nesses documentos, segundo Lopes (2009), estão nas mudanças dos nomes das seções:

[...] longe de serem medidas burocráticas, nos possibilitam acompanhar as alterações de ênfases nas pesquisas em curso no museu, de prioridades no interior de cada seção, de concepções científicas e mesmo de introdução de novas áreas de conhecimentos, no interior das disciplinas que estavam se especializando (LOPES, 2009, p.159).

Ladislau Netto estava atento ao dinamismo das concepções científicas da época, “[...] marcadas pela individualização crescente das disciplinas [...]” (LOPES, 2009, p.160). Ele adequava as atividades de pesquisa da instituição tornando-as mais dinâmicas e equiparando-as aos “[...] paradigmas pelas quais passavam as Ciências Naturais nesse final de século” (LOPES, 2009, p.153). Fortaleceu a área de Antropologia e destacou a Arqueologia, conforme documento elaborado por ocasião da Exposição de Paris, de 1889.

Esta seção especial, com a exclusão, evidente, da Numismática, estava então, como hoje, destinada a servir de base a um *museu de arqueologia e etnografia americana*. Estas [arqueologia e etnografia] são ciências que, tendo como objetivo o estudo da raça americana, assim que da arte dos povos selvagens primitivos ou modernos do novo continente, deve assumir sem delongas, o maior desenvolvimento no Brasil: brevemente, com efeito, os últimos vestígios que nos restam das nossas tribos indígenas não serão mais visíveis. Um grande número dessas antigas e nobres nações cujos caracteres étnicos, as crônicas e as lendas quase milenares poderiam nos guiar no estudo de seus antepassados, já desapareceu completamente [...] (DANTAS; KUBRUSLY; SILVA, 2013, p. 3-4, grifo nosso).

No trecho acima, Ladislau Netto declara sua predileção pelas áreas de arqueologia e etnografia, vinculando o desenvolvimento do Brasil ao conhecimento sobre a origem do homem americano por meio de vestígios do passado, a ponto de sugerir transformar a seção arqueológica em Museu Antropológico e Etnográfico. No parágrafo final, faz um breve relato sobre a importância da região norte como fonte de pesquisa e doação de testemunhos materiais das províncias ao MN.

[...] Foi nessa mesma época, que pensei ser necessário ampliar meus estudos arqueológicos no norte do Brasil e particularmente no vale do Amazonas, estudos sobre os quais havia lido na Sociedade Velosiana, em

meados dos anos 70, duas memórias que os jornais do Rio haviam reproduzido e que, transcritas pela imprensa das províncias, me valeram a adesão de várias pessoas interessadas nos mesmos assuntos, assim como numerosas doações de algumas províncias(DANTAS; KUBRUSLY; SILVA, 2013, p. 3-4, grifo nosso).

Empenhado em divulgar as pesquisas desenvolvidas no MN, enquanto diretor, Ladislau Netto destacou-se pela criação da revista trimestral *Archivos do Museu Nacional*, a mais antiga revista científica do Brasil. Era dedicada a assuntos relacionados às ciências naturais do Brasil. Seu primeiro número foi publicado em 1876, proporcionando o aumento da interlocução com instituições nacionais e estrangeiras (AGOSTINHO *apud* SIMPÓSIO..., 2013) e a inserção da ciência nacional em âmbito internacional, legitimando o conhecimento científico produzido no Brasil.

Sobre o perfil de Ladislau Netto, Lopes enfatiza o lado empreendedor e também o aponta como “autoritário”, mas ressalta a sua “ampla visão”, pois soube “[...] combinar o caráter universal claramente explicitado pelo Regulamento de 1890 com as especificidades únicas do país, demonstradas também amplamente pela Exposição Antropológica de 1882” (LOPES, 2009, p. 201). Implementou cursos que logo foram transformados em conferências, incentivou viagens exploratórias à várias localidades do país, dentre as quais, à Ilha de Marajó (1882), da qual participou coletando objetos marajoara para a Exposição Antropológica Brasileira (ANEXO 6), uma das principais iniciativas de Ladislau Netto.

Como diretor do MN também esteve presente na Exposição Universal de Paris, em 1889 e na Exposição de Chicago em 1893. Ladislau Netto é um importante personagem na condução do MN e na formação de redes de contatos entre cientistas para o deslocamento e permuta de objetos. Para recorte desta pesquisa é necessário evidenciar o perfil deste, cientista do MN, responsável pela implementação das ações que orientaram as atividades científicas da segunda metade do século XIX e formação da coleção de artefatos marajoara.

1.2 – A Amazônia e os viajantes estrangeiros

A Amazônia foi uma das principais regiões de interesse das viagens de pesquisa de estrangeiros no século XIX, motivados pela curiosidade científica e espírito aventureiro, além das singularidades da região, como a sua fauna e flora. Nesse período, o foco das expedições extrapola a conquista de territórios na América do Sul pelas armas, uma forma de conquista mais sutil – a busca de novas fontes de conhecimento - estava evidente em todo esse processo, mas se tornou mais manifesta na conquista das Américas (PRATT, 1999).

Pratt (1999) em sua obra “Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação” fazem uma análise nos relatos de viajantes europeus sobre a América do

Sul, evidenciando que essa mudança de temática pode ter sido influenciada por dois acontecimentos ocorridos em 1735: a publicação do Sistema Classificatório da Natureza por Carl Linné, 1707-1778, naturalista sueco que permitiu categorizar todas as espécies de seres vivos do planeta, por meio da nomenclatura binominal e a inauguração da primeira expedição científica internacional da Europa para determinar a forma exata da Terra, chefiada pelo cientista francês Charles Marie de La Condamine⁹ (1701-1774). Segundo Pratt “[...] estes dois eventos, e sua coincidência, sugerem a importante magnitude das mudanças no entendimento que as elites europeias tinham de si mesmas e de suas relações com o resto do mundo” (PRATT, 1999, p.42). A Europa buscava um entendimento mais global do mundo, fenômeno denominado por Pratt de “consciência planetária,” utilizando a história natural como meio de descrever o mundo.

No que se refere ao segundo evento, La Condamine dá a conhecer a sua experiência em viagens por sua expedição, publicando descrições sobre a fauna, flora e geografia da Amazônia, apreendidas durante sua excursão de volta à França, descendo o Rio Amazonas. Seu relatório apresentado à Academia Francesa, sob o título “Breve narrativa das viagens através do interior na América do Sul”, 1745, repercutiu durante décadas na Europa, despertando o interesse da comunidade científica europeia a desbravar a região em busca de exploração científica como demonstração de poder e dominação por meio do conhecimento científico (PRATT, 1999).

Com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, por D. João VI, o século XIX fica marcado na história do Brasil por inúmeras visitas feitas por cientistas estrangeiros, como geógrafos e zoólogos, para estudar a natureza dos trópicos como medida civilizatória. Dessa forma, o imenso território brasileiro oferecia aos viajantes uma gama de possibilidades de pesquisas e descobertas. A historiadora Lorelai Kury, em seu artigo “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista; existência, relato e imagem” faz uma interessante abordagem sobre o modo de fazer ciência no século XIX. Segundo a historiadora, os pesquisadores eram divididos entre os que adotavam a viagem de campo e os que preferiam o gabinete. Como exemplo de cientista que não adotava a viagem de campo para desenvolver suas pesquisas, cita Geoges Curvier¹⁰ (1769-1832). A viagem é, em geral, considerada pela história natural, como uma das etapas necessárias para a

⁹ Cientista e viajante francês que percorreu o curso do Rio Amazonas e responsável pela publicação na Europa de uma série de descrições da geografia, fauna e flora da bacia amazônica.

¹⁰ Curvier justificava dizendo que preferia ficar em seu gabinete pois tinha a sua disposição bibliotecas: “é verdade que conhece os seres de países longínquos apenas através de relatos e amostras mais ou menos alteradas; as grandes cenas da natureza não podem ser sentidas por ele com a mesma vivacidade que por aqueles que as testemunharam; porém esses convenientes são compensados por muitas vantagens. Se ele não vê a natureza em ação, ele pode fazer desfrutarem diante de si todos os produtos; ele leva o tempo que quiser para examiná-los; ele pode acrescentar ao estudo fatos correlatos de diversas procedências. O viajante percorre apenas um caminho estreito. “E unicamente no gabinete que se pode percorrer o universo em todos os sentidos” (Cuvier apud KURY, 2001, p. 864).

transformação da natureza em ciência. Muitas vezes o coletor e o sistematizador não são a mesma pessoa.

Ou seja, para a história natural, realizada nas instituições europeias, ver com os próprios olhos não é necessário. Daí a importância que adquirem as instruções para as viagens científicas e a formação de profissionais de diversos tipos tais como, jardineiros coletores, desenhistas e pintores especializados em história natural, preparadores (que conheciam os procedimentos de conservação e empalhamento), que acompanhavam ou algumas vezes substituíram os próprios naturalistas (KURY, 2001, p.865-866).

Um exemplo de viajante defensor do trabalho de campo foi Alexander von Humboldt (1769-1859), naturalista alemão que influenciou o modo de ser dos que o sucederam, como os naturalistas que vieram ao Brasil e adotaram a opção de “ver com os próprios olhos” (KURY, 2001, p. 863).

Os deslocamentos dos cientistas nessas viagens de reconhecimento por diversos lugares do planeta inauguraram um novo estilo de fazer ciência. Movidos pelo interesse em explorar territórios até então desconhecidos pela ciência europeia e em busca de experiências que somente o trabalho de campo poderia oferecer, como por exemplo, o contato direto com o objeto. Tem início, no século XVIII, as viagens científicas à Amazônia.

Considerado um paraíso por sua riqueza natural, o Brasil despontava como local para expedições de naturalistas estrangeiros em busca de insumos da natureza e objetos da cultura material de civilizações pretéritas para enriquecimento dos acervos de museus estrangeiros e ampliação do conhecimento em história natural. Nesse sentido, muitos foram os naturalistas de renome internacional que traçaram rotas de viagem à Amazônia entre eles, Jean Louis Agassiz em 1807-1873¹¹, já citado anteriormente, Charles Frederic Hartt, 1840-1878¹², Henry Walter Bates, 1825-1892¹³, cada um nas suas mais diversas áreas como Botânica, Geologia e Zoologia.

A importância das viagens desses naturalistas à região, essencialmente sob aspectos políticos e econômicos, foi exaltada na obra “As Regiões Amazônicas estudos chorográficos dos estados do Gran Pará e Amazonas”, escrita em 1895 por José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó, 1832-1906 que atuou como deputado e presidente das províncias do Pará e Amazonas (COELHO, 2015). Segundo o Barão de Marajó:

¹¹ Jean Louis Agassiz, suíço de nascimento, naturalista e professor da Universidade de Harvard, responsável pela Expedição Tahyer (1865-1866) que percorreu grande parte do Brasil, incluindo a Amazônia, em 1865.

¹² Geólogo canadense, participou a convite de Agassiz, da Expedição Thayer ao Brasil em 1865. O principal objetivo da Expedição visava conhecer a distribuição dos peixes de água doce do Brasil, bem como a geologia da região.

¹³ Naturalista britânico, autor do livro *The naturalist on the river Amazon*, publicado em 1863, sobre a sua Expedição à Bacia Amazônica.

O Verdadeiro conhecimento, a revelação do que é a Amazônia com exceção dos estudos das comissões geográficas portuguesas é muito moderna, os seus recursos, a sua riqueza, o seu brilhante futuro só há poucos anos tem sido descortinado ao resto do mundo, chamando a atenção do comercio e da indústria, e este serviço é exclusivamente devido aos que tem publicado nos jornais e nos livros aquilo que tem visto e estudado em suas viagens nestas regiões distantes, como são: Humboldt, Baenna, Wallace, Bates, Chandless, Brown & Lindstone, Maury, Castenaul, H. Smith, E. D. Mathewus (MARAJO, 1895, p.6).

Nesse fragmento da obra, o Barão enaltece a importância dos produtos naturais da Amazônia para o progresso da economia da região, como parte de uma articulação política de valorizar os itens da região e incentivar o seu desenvolvimento. Ele também ressalta os deslocamentos geográficos dos intelectuais europeus e americanos “nestas regiões distantes” apontando a rede de cientistas que circulava pela região em busca de evidências para a formulação de teorias e, posteriormente, publicar artigos em jornais e livros.

Em meio ao contexto de expansão dos “olhos do mundo” interessados em desbravar novos caminhos em busca de elementos para a construção de conhecimento científico com base na história natural, a Amazônia, com toda a sua riqueza natural, seria um campo fértil para o estabelecimento de instituições que congregasse intelectuais e políticos interessados no crescimento da região amazônica, bem como a preservação de suas reservas naturais e de sua cultura material, isto ocorreu no Pará, onde, surgiu então a ideia de criar uma instituição para a promoção do conhecimento científico na região.

1.2.1 – A Associação Filomática – o movimento de criação do Museu Paraense

A exemplo de vários países da América Latina como Venezuela, Costa Rica e Argentina, no Brasil, as Associações ou Sociedades foram responsáveis pela criação ou incremento dos museus (LOPES, 1999). No século XIX, na então Província do Gran Pará, em seis de outubro de 1866 foi criada a Associação Filomática. Este foi o embrião do primeiro museu do Norte do Brasil, fora dos centros urbanizados do Sudeste, com a finalidade de desenvolver estudos sobre a ciência da natureza amazônica e promover a instrução pública.

Nesse contexto, podemos observar o processo de institucionalização da ciência na região, no qual são evidenciados os interesses políticos, já que a criação do MP deve-se a união de homens que faziam parte do cenário político da época, entre eles, José Coelho da Gama e Abreu¹⁴, 1832-1906, o Barão de Marajó, interessados em transformar a região em um centro irradiador de conhecimento científico incentivando os estudos em ciências da natureza na Província do Pará.

¹⁴ Historiador e político paraense, membro da Academia de Ciências de Lisboa.

A região apresentava abundância em produtos naturais que eram levados por cientistas estrangeiros para os museus do mundo, incentivados pela “corrida” de expedições científicas à Amazônia, entre elas a Expedição Thayer liderada pelo naturalista suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), realizada entre 1865 e 1866.

O processo de aproximação com a História Natural deu maior visibilidade para a região diante da comunidade científica, tornando o Museu referência para o estudo das riquezas regionais. O estudo do passado, por meio do simbolismo indígena, trouxe ganhos não somente em forma de conhecimento, mas também de notoriedade para os membros da Associação Filomática, conforme De L'estoile questiona em seu texto o por quê de termos “paixão” pelo passado:

Investimento no passado pode muito bem ser um dos caminhos para uma forma de respeitabilidade, e alguns a uma forma de "notoriedade" quando eles são concedidos uma "autoridade" em seu campo. De modo mais geral, a participação em uma sociedade social dos indivíduos ou cientificamente "reconhecido" mesmo se eles não participam de todas as atividades, permite que cada membro possa participar do seu prestígio social e intelectual (L'ESTOILE, 2001, p.2)

E assim, movidos por sentimentos regionalistas e de modernização, a criação de uma instituição para fins de estudos científicos da natureza amazônica, em Belém (PA), em 1866, teve como objetivo criar um Museu de História Natural que se chamaria MP, bem como dar apoio às expedições estrangeiras e nacionais, formar cientistas e iniciar coleções para que o material coletado permanecesse na região. Cria-se, assim, a Associação Filomática por iniciativa de Domingos Soares Ferreira Penna¹⁵, influenciado por Louis Agassiz, naturalista suíço que esteve em Belém no início do ano de 1866 e que teria sugerido a fundação de um museu (CUNHA, 1989).

Agassiz esteve em Belém em dois momentos: em agosto de 1865 preparando-se para seguir viagem em direção ao Rio Amazonas e no seu retorno em fevereiro de 1866. Em sua estada em Belém, o naturalista fez uma apresentação dos resultados de sua viagem ao Amazonas, enfatizando a Geologia e a grande variedade de peixes da região para uma plateia de 200 pessoas despertando ainda mais o interesse em estabelecer uma instituição para reunir as riquezas da região. O material coletado durante a viagem foi enviado ao Museu de Zoologia Comparada, na Universidade de Harvard, instituição da qual era diretor (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000).

¹⁵Mineiro, chegou a Belém em 1858, vindo do Rio de Janeiro a convite do presidente da Província do Pará, Manuel de Frias de Vasconcelos, para atuar como Secretário da Província. Jornalista e político, o secretário, além de se ocupar das atividades administrativas, empreendia estudos geográficos, arqueológicos e etnográficos sobre a região amazônica (CUNHA, 1989).

Segundo Cunha (1965) é importante registrar que já em 1861, dois deputados da Assembleia Provincial, Joaquim José de Assis, 1830-1899 e Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, 1829-1888, incluíram no orçamento provincial, o valor de 600 mil réis para a criação de um Museu de História Natural na capital. Mesmo sendo aprovados os recursos, não foram liberados pelo governo provincial devido à escassez financeira. A real intenção de criar um museu seria para reunir objetos coletados pelo naturalista francês Louis-Jacques Brunet¹⁶ que fez explorações na Amazônia em 1860 (SANJAD, 2010).

Outro ponto a ser destacado, segundo Sanjad (2010), é a realização da Exposição Provincial de Produtos Agrícolas e Industriais, em 1861, uma espécie de vitrine com mostras do potencial agrícola para estimular o interesse pela região, organizada por Ferreira Penna, em preparação à Exposição Nacional¹⁷. Para além da preocupação com a educação, as elites intelectuais e política da província também defendiam o crescimento econômico por meio de produtos naturais abundantes na região (SANJAD, 2010). Além de representar ganhos, as iniciativas de criação do Museu representavam a iniciativa do povo paraense em se constituir como um espaço de produção de conhecimento e divulgação das atividades científicas, não sendo apenas um espaço para abrigar coleções. Nesse museu a riqueza da região norte estaria coletada, preservada e representada, sem a necessidade de ir à Europa.

A navegação pelos rios da Amazônia também contribuiria para a divulgação dos bens agrícolas da região, incentivando seu comércio. Com a abertura do Rio Amazonas para a navegação comercial, através do Decreto Imperial nº 3749 de 7 de setembro de 1866 (CUNHA, 1989), fomentava-se o trânsito de cientistas externos interessados em seus aspectos históricos, culturais e na rica e pouco conhecida natureza do país e da região amazônica, promovendo o incremento do intercâmbio de informações por meio de uma rede de relações entre cientistas locais e estrangeiros. Nesse sentido, é possível evocar a definição de “zonas de contato” cunhada por Pratt (1999). Trata-se da formação de uma teia de interesses entre mundos adversos, constituídos por sujeitos geográfica e historicamente diferentes, estabelecendo uma relação de poder entre o colonizador e o colonizado.

[...] espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outras, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p.27).

¹⁶Louis-Jacques Brunet, naturalista francês, diretor do Gabinete de História Natural do Ginásio de Pernambuco, fez explorações na Província do Pará, em 1860, sob os auspícios do Presidente da Província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, coletando material de história natural que ficaram armazenados na Repartição de Obras Públicas. (SANJAD, 2010).

¹⁷ Eventos realizados no Rio de Janeiro, capital do Império, na segunda metade do século XIX, onde cada estado apresentava seus principais produtos e sua cultura.

Porém, era necessário somar esforços locais para constituir uma instituição que reunisse intelectuais no processo de construção do conhecimento da região, deixando de ser coadjuvante para ser o principal porta voz da região, mesmo que a “fala” estivesse impregnada de discursos de agentes externos, como os viajantes naturalistas estrangeiros que atravessavam a Amazônia e estabeleciam conexões entre indivíduos e museus. Para tanto, seria necessário constituir um espaço que reunisse intelectuais interessados na transformação da Província do Gran Pará como representante da formação do conhecimento científico da região norte e, assim, a Associação Filomática foi constituída.

Para concretizar a criação da Associação Filomática, Ferreira Penna, então Secretário de Governo da Província, contou com a colaboração de Antonio Lacerda de Chermont, o Barão de Arary, abastado fazendeiro da região de Marajó, presidente interino da Província que reuniu os intelectuais da Província para redigir os estatutos da Associação Filomática. A comissão era composta de 10 integrantes, entre médicos, advogado, padre, entre outras profissões, na maioria políticos e pertencentes ao Partido Liberal, inclusive Ferreira Penna.

Os objetivos da Associação estão postos em seu Primeiro Artigo, dividido em três parágrafos:

Artigo 1º. Fica organizada uma associação com o título Associação Filomática, a qual tem por finalidade:

Parágrafo 1º - Fundar e manter nesta cidade de Belém do Gran Pará, um **Museu de História Natural e Artefatos Indígenas** que se denominará **Museu Paraense**.

Parágrafo 2º - Instituir neste estabelecimento para instrução popular, lições de geografia, hidrografia, etnografia e história do Brasil e especialmente da Província do Pará, e preleções sobre história natural.

Parágrafo 3º - Criar no mesmo estabelecimento uma biblioteca a qual deve constar principalmente as obras relativas aos assuntos de que trata o parágrafo precedente (ASSOCIAÇÃO FILOMÁTICA PARAENSE, 1866, p. 3).

Pode-se inferir que os objetivos da Associação seriam influenciados pelos movimentos políticos que eclodiram na Europa no século XIX e nas nações em construção como o Brasil após a sua independência de Portugal, em busca da formação de sua identidade. Nesse caso, os integrantes da Associação, como praticantes de uma história regional, estariam evocando os recursos naturais e o simbolismo indígena- como constituintes de sua região na construção de sua identidade local- no caso em estudo, a cerâmica marajoara, praticada por índios extintos que habitaram a Ilha de Marajó entre 400 a 1300 AD, conforme estudos arqueológicos da Ilha de Marajó desenvolvidos por Schaan e Martins (2010).

Thiesse (2001, p.14) em seu artigo sobre a formação das identidades nacionais na Europa no século XIX, destaca a “Natureza Nacional” como sendo um dos itens de construção da nacionalidade “[...]a partir dos recursos naturais e através de uma estética coerente, visões carregadas de sentido e portadoras de sentimentos”. Outro item de elaboração de identidade nacional abordado pelo autor ora mencionado é a “Escolha dos Ancestrais”, simbolizado nos Estatutos da Associação por Artefatos Indígenas, por meio deles seria possível identificar os primeiros habitantes da região que dariam a “face” do brasileiro. A colocação de Thiesse traz o questionamento sobre qual providência o museu poderia tomar diante dos objetos relacionados aos grupos indígenas da região, considerados símbolos de nacionalidade, já que as descontinuidades históricas entre o povo extinto e a formação atual indicam que tais vestígios servem como elementos de produção da continuidade identitária.

No rastro da Associação, como o embrião do MP, é possível, por outro lado, identificar o projeto de contribuir para processos de construção da identidade regional, relacionada com a proximidade geográfica e o compartilhamento de valores comuns representados pela “geografia, hidrografia, história do Brasil e especialmente da província do Pará” (ASSOCIAÇÃO FILOMÁTICA PARAENSE, 1866, p. 2) serviria para valorar os bens naturais como parte de um discurso engendrado por atores políticos locais interessados em confrontar a política do Império e fomentar um centro de discussão de ideais, por meio de seus dirigentes com a sociedade local.

Diante dessas reflexões, pode-se inferir que o processo de formação do conhecimento sobre a história natural, ainda que com fortes doses de influência das comunidades científicas europeia e norte americana, se constituiu em termos de projetos para dar subsídios ao que se pretendia consubstanciar a formação da identidade nacional e local por meio de objetos considerados fonte de símbolos de cultura e característica da identidade brasileira, a exemplo, a cerâmica marajoara. Para tanto, espaços relacionais como os museus foram formatados para abrigar objetos materiais construindo uma narrativa capaz de deslocar seus visitantes em busca ao passado refletindo sobre o seu presente e futuro.

Ainda sobre o Estatuto, vale destacar o 5º parágrafo do Artigo 7º, que versa sobre as atribuições do Presidente da Associação:

Corresponder-se com as autoridades da Província e com os diretores de institutos científicos ou literários, e de quaisquer Museus nacionais ou estrangeiros, podendo com estes permutar os objetos que o MP tiver em demasia ou em triplica, por outros que não possua (ASSOCIAÇÃO FILOMÁTICA PARAENSE, 1866, p. 2).

Nesse trecho, fica clara a intenção da circulação de bens estabelecendo redes de aquisição e troca, sem remuneração: o status dos objetos seria valorado por suas histórias

“[...] , pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias”(APPADURAI, 2008, p.17). As redes também poderiam facilitar o intercâmbio de informações sobre a produção do conhecimento local, nacional e internacional.

Por fim, em abril de 1867, Pedro Leão Velloso, ao passar a administração da província ao seu 1º Vice-Presidente, Barão de Arary, publicou em seu relatório no Jornal do Pará, sob o título: MPa importância da criação de um museu para a ilustração de seu povo, bem como abrigar objetos pertencentes à história da região:

Um museu público é o primeiro monumento de um povo civilizado; a capital do Pará merece um estabelecimento dessa ordem, não só para servir de centro à instrução superior, mas também para reunir em seus seios amostras e exemplares de tanto e tão variados objetos preciosos, atualmente disseminados por todo o Vale do Amazonas, quer pertencentes à história natural, quer as raças extintas ou ainda dos povos indígenas (MUSEU, 1867, p. 1).

Verifica-se na declaração acima a preocupação em fundar, na Província do Pará, para além de uma instituição preservadora das riquezas naturais locais e artefatos de povos não mais existentes a vinculação com a instrução pública, surgindo então o MP.

.1.3.2 – A instalação do Museu Paraense

A partir dos processos acima expostos, centrado na criação da Associação Filomática, em abril de 1867, é instalado oficialmente o MP. Em artigo¹⁸ publicado no primeiro volume do Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Ferreira Penna fala sobre a procedência dos objetos e descreve os objetos, que em sua maioria tinha como origem o interior da província e ajuda financeira para sua efetivação.

[...] os mais preciosos artefatos, tais como vestimentas de penas e plumas; adufos ou tamborins, trombetas e tibicinas; armas de guerra; instrumentos de caça e pesca; machados de pedra, tembetá de quartzo branco; ídolos de argila, e vasos de barro, alguns muito ornamentados e assim, muitos outros objetos. Com estas coleções, que constituíram o núcleo do Museu, foi este afinal instalado em abril de 1867, depois de auxiliado com uma pequena quantia que o presidente Dr. Leão Velloso, hoje senador, mandou fornecer pelo Tesouro Provincial para a compra de móveis e outras despesas necessárias (PENNA, 1894, p. 29).

O Museu seguiu em frente apesar das dificuldades financeiras para dar andamento aos propósitos da instituição, como o aumento de itens de suas coleções. Porém, em 1870, o Museu recebeu um grande número de naturalistas estrangeiros atraídos por suas coleções de arqueologia e etnografia (PENNA, 1894-1896, p. 29), com destaque para

¹⁸ O artigo foi doado para publicação por José Veríssimo e Mattos, maior biógrafo de Ferreira Penna, ao primeiro volume do Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, publicado em 1894, vários anos após a morte de Ferreira Penna.

Charles Frederic Hartt¹⁹, da Universidade de Cornell, um dos principais responsáveis pelas pesquisas em torno da cultura marajoara.

A criação de um espaço dedicado à instrução pública, na cidade de Belém, veio ao encontro dos anseios da sociedade local que, no momento, estava em efervescência cultural e econômica com a produção da borracha na Amazônia entre 1870 e 1914. A capital, por sua localização geográfica estratégica na região, tornou-se o principal centro econômico e financeiro da região.

O *boom* provocado pela riqueza proveniente da extração do látex permitiu que a região vivesse sua *Belle Époque*, período de grandes transformações culturais, sociais e políticas abrindo caminhos para novos modos de pensar e viver.

Segundo a historiadora Sarges (2000), ao estudar a cidade de Belém de fins do século XIX e início do XX, a capital apresentou expressivo crescimento econômico sustentado pelo aumento da produção e comercialização da borracha. Levando-se em consideração que a cidade passava por um momento de reestruturação do espaço urbano e aumento de pessoas que transitavam pela cidade, pode-se então dizer que não foi por acaso a abertura do MP ao público em 1871. A sua oficialização como instituição pública se dá em atendimento aos contextos sociais e políticos da cidade, surge então o MP como espaço de relação com a cidade. Ao Museu caberia o papel de institutos de ensino superior, instruindo os visitantes sobre o estudo da natureza amazônica por meio de artefatos indígenas, plantas, pedras e animais provenientes de doações, permutas e excursões à região. O MP também abrigava objetos oriundos de outros estados e do exterior.

Não se dispõe de documentos sobre o museu e seu público, tais como: livro de assinaturas, número de visitantes, mas apropria-se de recurso disponível, ao qual se pode inferir a importância de um espaço destinado à contemplação de objetos, em sua maioria, deslocados de lugares distantes da capital: a divulgação da inauguração do Museu em um jornal da cidade, *Jornal do Pará*, periódico de circulação diária.

¹⁹ Geólogo, professor da Universidade de Cornell, Hartt esteve na Amazônia em três ocasiões: a primeira como estudante de Agassiz, na Expedição Thayer, entre 1865/1866; a segunda em 1867 como pesquisador independente e a terceira como chefe da Expedição Morgan entre 1870 e 1871. Nessa Expedição, dedicada ao estudo da geologia amazônica, Hartt é auxiliado por estudantes entre os quais Orville Derby, que posteriormente deu prosseguimento as pesquisas geológicas da Amazônia. Hartt e sua equipe visitam a Ilha de Marajó, principalmente os sítios arqueológicos (CUNHA, 1989). Hartt trouxe “[...] coleções de vasos, urnas funerárias, ferramentas e outros artefatos, assim como vasto material linguístico e mitológico, e ainda uma profusão de anotações sobre cemitérios, inscrições em rochas, técnicas manufatureiras e rituais cotidianos constituíram p enorme acervo que Hartt e Derby levaram da Amazôniae que seria a fonte de suas publicações científicas nos anos subsequentes” (FREITAS, 2002, p.163).



Figura 3- Nota sobre a inauguração do Museu Paraense publicada no Jornal do Pará
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (MUSEU..., 1867)

Surgia assim o MP, instalado oficialmente como repartição pública, juntamente com a Biblioteca Pública. Abrigado fisicamente no pavimento inferior do Liceu Paraense fazia parte de seu acervo coleções de serpentes, de minerais da Europa e vários objetos doados pelo naturalista norte americano J. B. Steer, provenientes de suas viagens pelo Amazonas, bem como de doações do Dr. Hartt, “[...] acaba de trazer de seu paíz diversos volumes, contendo productos importantes para o nosso Muzeu” (GRAÇA, 1871, p.16).

Ainda segundo o Relatório de Graça (1871), o MN, por meio de Ladislau Netto, então diretor interino do MN, remeteria uma coleção geológica para ser inserida ao acervo do MP. A doação de objetos das mais variadas procedências e de pesquisadores estrangeiros demonstra o interesse pela nova instituição. Em seu Regulamento Provisório, escrito por Ferreira Penna, constavam as seções de Mineralogia e Geologia; Botânica e Zoologia e Ciências Físicas; posteriormente mais três seções foram criadas: Arqueologia; Numismática; Artes Liberais e Artes Mecânicas (SANJAD, 2010).

Apesar de seu perfil de Museu de História Natural, a criação de uma seção específica dedicada à arqueologia, área relacionada à antropologia, demonstra não só a preocupação com a guarda dos objetos, mas também a tentativa de compreendê-los em um contexto mais amplo, cujo objetivo seria desvendar a história, como viviam os primeiros povos que habitavam a região e apreendê-los como parte da construção da identidade regional e

nacional. Dentro desse contexto, Ferreira (2007), em sua tese sobre a institucionalização da arqueologia no Brasil, entre 1870 e 1917, pondera que:

A Arqueologia institucionalizou-se vocalizando identidades nacionais. Associou tornando quase homônimos, os conceitos e *gense régio*. Por meio da cultura material, a arqueologia forneceu matéria prima palpável para a elaboração de símbolos nacionais e vinculações ancestrais naturalizando o sentimento de pertencimento a uma nação e a um território (p.11-12).

O desejo de tornar o MP um local para o desenvolvimento da ciência e o núcleo de um estabelecimento de ensino superior é motivo de orgulho do Vice-Presidente da Província, Abel Graça, em abril de 1871, conforme é possível observar em um fragmento de seu Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial.

O Museu Paraense é o estabelecimento mais importante, que mais poderosa influência tem de exercer para o desenvolvimento das ciências nesta província. O Museu é o primeiro núcleo de um estabelecimento de ensino superior; é o centro a que se hão acolher no Pará os estudos da ciência da natureza (GRAÇA, 1871, p.15-16).

A iniciativa de Ferreira Penna levou à criação de um estabelecimento, um *locus* onde se dá o processo de institucionalização da pesquisa científica, bem como de preservação de objetos que evocam vestígios de tempos pretéritos, para pesquisa, contemplação e instrução pública, bem como de representação do território nacional. A ideia de instituir um museu com funções de centros de estudos experimentais, em muitos aspectos, antecipa a definição atual de Museu estabelecida pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM):

Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-nos especialmente com intenções de estudo, de educação e de deleite (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2004).

Nesse cenário de incessante busca pela criação do MP, é possível evidenciar a participação de indivíduos como Domingos Soares Ferreira Penna, que fizeram do museu um instrumento de disputa de poder, manipulação e conflitos, mas também de produção de conhecimento científico e preservação de bens culturais. Com o MP, a elite intelectual e política da Província tinha interesse em participar da construção nacional e apresentava seus discursos de formação de identidade regional para que, posteriormente, pudessem servir como elemento identitário constituinte da nacionalidade e, para tanto, seria necessário buscar elementos que pudessem ser “[...] vivo testemunho de um passado prestigioso e a representação eminente da coesão nacional” (THIESSE, 1999, p.13). O museu, assim, seria

o local ideal para abrigar, manter e exibir objetos coletados em viagens ao interior da província, portanto, representantes da cultura local para a construção da região.

1.3 – Ferreira Penna e Ladislau Netto e os projetos de formação da identidade nacional

Os discursos e práticas envolvendo identidade nacional começam a ser constituídos nos séculos XVIII e XIX. No Brasil, esse processo é iniciado após a independência de Portugal (CARVALHO *apud* CARVALHO, 2012), em 1822. Com a desvinculação de Portugal, seria necessário reunir elementos comuns às diversas regiões do país para dar sentido de unidade e coesão nacional, isto é, engendrar um perfil autêntico, próprio do Brasil, criando símbolos nacionais para fortalecer a existência de um estado. Portanto, pode-se afirmar que a identidade nacional é “inventada” e, por ser construída, torna-se artificial, passível de substituição e condicionada às decisões individuais aceitas ou não (ANDERSON, 2015).

Trata-se de um conjunto de elementos simbólicos e materiais artificialmente definidos constituindo-se patrimônio da nação. Nesse sentido,

[...] O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo (THIESSE, 1999, p. 8).

Como representantes da nação, os elementos simbólicos selecionados – paisagens, língua, ancestrais, entre outros – seriam eficazes no estabelecimento de uma relação de diferença ou semelhança entre os indivíduos e despertá-los para o sentimento de que “[...] pertencer a uma nação é ser um dos herdeiros desse patrimônio comum, reconhecê-lo, reverenciá-lo” (THIESSE, 1999, p.12). Deste modo, o ideário nacional foi historicamente formulado com o objetivo de promover a coesão de um país, por meio da seleção de traços culturais característicos da nacionalidade, ainda que apagando outros que demonstrariam a diversidade.

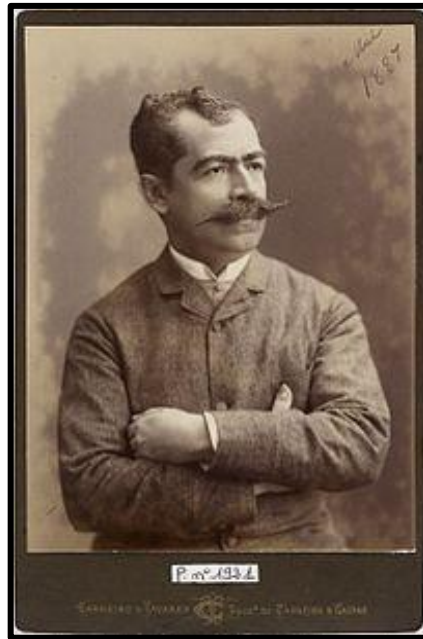


Figura 4 – Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional
Fonte:Gallica, 2012.

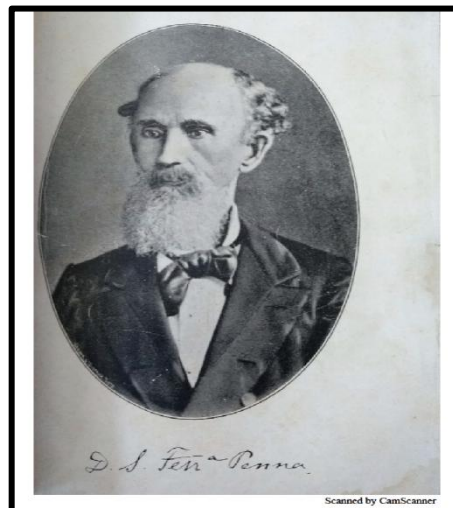


Figura 5 – Domingos Soares Ferreira Penna, idealizador do Museu Paraense
Fonte:Arquivo Guilherme de La Penha/
Museu Paraense Emílio Goeldi

Em lugar de uma visão essencialista da identidade, entende-se aqui que os projetos nacionais buscam traços culturais, enquanto distintivos de nacionalidade, ainda que cada país, por menos extenso que seja em termos geográficos, deverá comportar a diversidade étnica e cultural. No caso do Brasil, de dimensões continentais, as regiões irão conformar aspectos culturais heterogêneos tanto internamente a elas quanto em termos inter-regionais. Não obstante, os discursos e as práticas nacionais visam homogeneizar e produzir aspectos de uma nacionalidade integrada por valores comuns.

No processo de constituição da identidade nacional, os dois agentes sociais aqui destacados -Ladislau Netto e Ferreira Penna - pertencentes à elite cultural da época, estiveram empenhados em identificar, por meio dos recursos naturais e vestígios materiais de diferentes formações culturais do país, ícones que pudessem unificar a sociedade brasileira para dar conta do projeto nacionalizante que visava a homogeneização do país que, não obstante, não poderia deixar de ser diverso étnica e culturalmente, diversidade esta, consubstanciada nas diferenças entre regiões. Nesse sentido, tais agentes se apropriaram, entre outras formas, da cultura material dos índios marajoara para somar a outros elementos como símbolos da identidade nacional.

A construção da identidade nacional foi também um processo político de dominação para manter a coesão de seu território, marcado por dimensões continentais e manifestações culturais diversas, a fim de evitar conflitos separatistas provinciais ocorridos entre 1835 e 1840, como a Cabanagem²⁰ no Pará.

1.4 – O naturalista mineiro e sua trajetória no Pará

Domingos Soares Ferreira Penna, desde sua chegada em Belém em 1858, alternava atividades entre cargos públicos, trabalhando como Secretário da Província do Pará, Presidente da Associação Filomática, Diretor do MP e viajante naturalista do MN, em períodos distintos e algumas vezes acumulando cargos administrativos. Foram muitos os caminhos percorridos pelo naturalista desempenhando papéis diferentes, mas ao mesmo tempo convergentes, como apontado no quadro abaixo:

ANO	CARGO/FUNÇÃO
1858	Chega a Belém (PA) para atuar como Secretário de Governo da Província do Pará a convite do Tenente-Coronel Manuel de Frias e Vasconcelos, Presidente da Província;
1858-1867	Atua como Secretário de Governo durante nove anos;
1866	Fundação da Associação Filomática, quando passa a acumular duas funções: Presidente da Associação Filomática e Secretário da Província;

Continua...

²⁰ Revolta popular, ocorrida entre 1835 e 1840, que reuniu cabanos e a elite local, embora por causas diferentes, uniram-se em um movimento de protesto pela independência da Província do Gran Pará.

ANO	CARGO/FUNÇÃO
1867 – 1868	Afasta-se do cargo de Presidente da Associação Filomática e viaja, a convite, à região do Médio Amazonas (Óbidos e Santarém);
1871	Criação do MP, por meio de Regulamento aprovado em 15 de abril de 1871, data em que também assume a direção do MP; Estabelece amizade com Charles Frederick Hartt, naturalista norte-americano, que fez viagens à Ilha de Marajó, com base nas informações de Ferreira Penna sobre a existência de sítios arqueológicos na região (CUNHA, 1989).
1871	Viagem à Ilha de Marajó, Lago Arari, Sítio de Pacoval, como diretor do MP, em novembro deste ano: “retira igaçabas ou urnas funerárias e artefatos indígenas”; “figuras de barro representando entes humanos” (PENNA, 1973, p. 147-148);
1872	Afasta-se da direção do MP;
1871 – 1884	Atua como Naturalista Viajante do MN durante 13 anos.
1872	Viagem à Ilha de Marajó, visitando o Lago Arari, Sítio de Pacoval, entre outros, a serviço do Governo e como diretor do MP;
1873	já como naturalista viajante do MN, retorna a Pacoval, para coletar coleções arqueológicas e enviá-las para o MN;
1874 – 1875	Não mais diretor do Museu Paraense, faz exploração detalhada de grande parte da Ilha de Marajó, em missão do Governo do Pará e viajante do MN;
1882	Em fevereiro, viagem à Ilha de Marajó, em companhia de Ladislau Netto, para coletar objetos para a Exposição Antropológica Nacional no Rio de Janeiro;
1882	Retorna à direção do MP;
1882	Exposição Antropológica Brasileira, no MN, em julho; Ferreira Penna contribuiu com o envio de material para à exposição. Toda a coleção do MP, inclusive objetos da cultura marajoara, a pedido de Ladislau Netto foi deslocada para o MN.

Continua...

ANO	CARGO/FUNÇÃO
1883	Ainda diretor do MP, alerta as autoridades da Província a respeito dos saques que vinham sendo feitos nos sítios arqueológicos de toda a Amazônia, desde 1873. Ofício de 4 de maio de 1883 ao Presidente da Província, Rufino Enéas Galvão, Barão de Maracaju;
1884	Afasta-se da direção do MP;
1885	Ano de seu falecimento.

Quadro1 –Trajetória política, criação do Museu Paraense e Viajante naturalista do Museu Nacional
Fonte: Cunha (1989).

É possível observar no quadro acima, que o duplo vínculo de Ferreira Penna possibilitou seu acesso a segmentos políticos e sociais, bem como a sua participação no conjunto de articulações de agentes locais envolvidos com conhecimento científico em solo do Pará que culminou com a concretização do MP em 1871. O naturalista mineiro fazia parte do grupo local de Intelectuais e convivia com políticos interessados no desenvolvimento da região, sob a luz de ideais iluministas, instrução e cientificismo. Visto como promotora do “[...] progresso, da modernidade e da civilização [...]” (FERREIRA, 2007, p.10), a ciência seria o elemento capaz de intervir na realidade social e política, assim acreditavam os cientistas.

O quadro também mostra que a sua atuação como Secretário da Província auxiliou na construção do conhecimento relacionado a assuntos amazônicos, principalmente a arqueologia, realizando viagens ao interior do estado acompanhado por cientistas estrangeiros, dentre eles Charles Hartt, em busca de indícios sobre a configuração da região. Ferreira Penna foi um dos pioneiros a desbravar a Ilha de Marajó em busca dos objetos da cultura marajoara para formar uma das primeiras coleções arqueológicas do MP (CUNHA, 1989).

Fica evidente que o governo imperial e os provinciais trabalharam em parceria no apoio a toda ação que pudesse fortalecer a iniciativa de incluir espécimes e objetos de representação do território nacional para enriquecer a coleção do MN. Entre essas ações, é possível citar a criação do cargo, de autoria de Ladislau Netto, de Naturalista Viajante do MN, ocupado por Ferreira Penna durante 13 anos.

Identifica-se, ainda, o intercâmbio entre o MN e o Governo da Província antes mesmo de Ferreira Penna exercer o cargo ora citado no MN. Dentre suas atribuições como Secretário de Governo da Província do Gran Pará, era o responsável pelo envio de espécimes remetidos ao MN, por exemplo, amostras da fauna da região amazônica como se

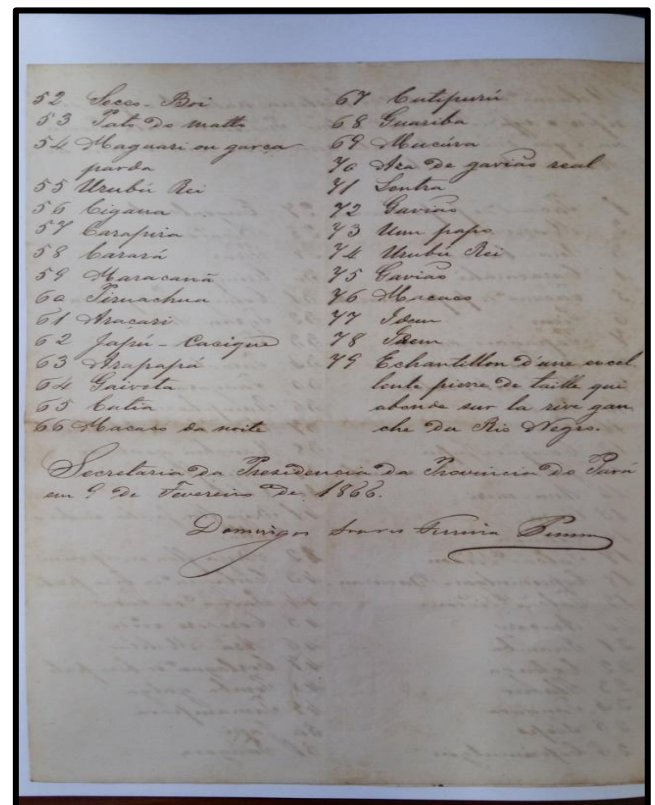
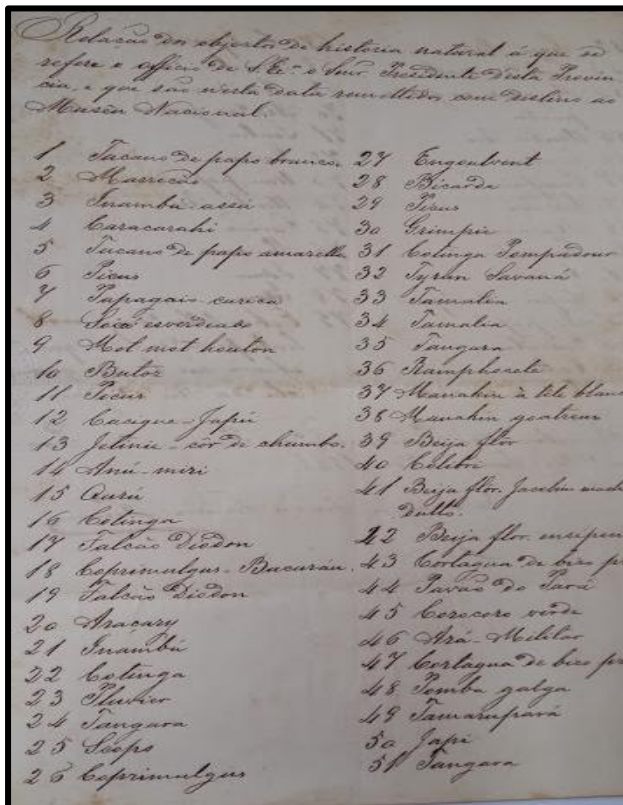
pode observar no documento assinado por Ferreira Penna, datado de fevereiro de 1866, encontrado na SEMEAR do MN, com a descrição de animais taxidermizados (ANEXO 2).

A lista de animais remetidos aponta que havia uma rede de cientistas e instituições locais interessadas na construção do conhecimento científico nacional e seria necessário ter material, como artefatos indígenas, animais, plantas, entre outros, para o debate científico, isto é, a cultura material abrigada nos museus de história natural como suporte para a prática científica.

O documento assinado por Ferreira Penna também ressalta sua autoridade como representante do governo local com poderes a ele atribuídos pelo Governador da Província. Portanto, o naturalista seria uma espécie de “porta-voz” da Província do Gran Pará. Outra leitura possível desse documento seria de que tanto o governo provincial quanto Ferreira Penna estaria usando os objetos como capital científico, conforme definição de Bourdieu (2004)

[...] conjunto de propriedades que são produtos de atos de conhecimento e reconhecimento realizados por agentes envolvidos no campo científico e dotados, por isso, de categorias de percepção específicas que lhes permitem fazer as diferenças pertinentes conformes aos princípios de pertinência constitutivo do *nomos* do campo (BOURDIEU, 2004, p.80).

Dessa forma, é válido salientar que nutrir as relações externas promovidas por agentes governamentais e evidenciar, por meio desse material, a importância da região amazônica para a ciência brasileira pode ser compreendido como o despertar da curiosidade por um mundo ainda a ser desvendado pelo conhecimento científico que, naquele momento estava em processo de formação no Brasil, essencial para as questões relacionadas à institucionalização das ciências no Pará.



Figuras 6 e 7 - Lista de espécimes enviada por Ferreira Penna
Fonte: SEMEAR, 1882. Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) / Museu Nacional

Na esteira dessas inter-relações, com o propósito de formar coleções científicas, instituir a geração do conhecimento científico com base nas ciências naturais e a troca de informações, Ladislau Netto e Ferreira Penna dão início a um diálogo que os leva a executar intercâmbios de acervos científicos entre os dois museus, no sentido de conformar o mosaico arqueológico com singularidade representativa da cultura nacional.

Efetivado no cargo de diretor do MN em 1876, Netto amplia a interlocução com os governos provinciais no sentido de garantir a permuta de produtos naturais entre o MN e as províncias. Além das permutas, segundo Netto, as províncias funcionariam como “[...] gabinetes auxiliares do Museu Nacional [...]” receberiam as instruções sobre a coleta e classificação dos objetos selecionados para compor os acervos institucionais (NETTO apud LOPES, 2009, p.151). O cargo de Naturalista viajante também contribuiu para o enriquecimento de itens de várias localidades do país a serem enviados ao acervo do MN.

Dessa forma, as províncias serviram como entrepostos para a formação de coleções que abasteceriam o principal museu do país e, em contrapartida, também estariam formando coleções regionais para os museus locais (LOPES, 2009).

Para além do envio de objetos, pode-se observar por meio de documentos disponíveis no SEMEAR/MN, que Ferreira Penna, com apoio de Ladislau Netto, desenvolveu estratégias

como mediador nos deslocamentos de objetos representativos da cultura regional a serem desarticulados de sua região para a capital do império. Exerceu atividades em cargos públicos que possibilitavam o trânsito nas esferas políticas e decisórias e em meio ao ambiente da comunidade científica que contribuiu para o desenvolvimento de seus trabalhos enquanto naturalista e para o processo de formação das identidades nacional e regional.

Os deslocamentos de objetos entre o MP e o MN podem ser observados por meio de documentos oficiais, jornais e correspondências revelando a trajetória desses objetos e a parceria para a aquisição de artefatos entre os personagens Ladislau Netto e Ferreira Penna bem como os museus. O quadro abaixo delinea a organização de tais informações:

Procedência	Ano	Assunto
D. S. Ferreira Penna/Pará	1877(Naturalista-viajante do MN)	Documento enviado a Ladislau Netto Viagem ao Xingu em busca de crânios de “gentios” para enviar ao MN conforme “ordens” e instruções de Ladislau Netto. Ferreira Penna também menciona um encontro com um único representante da tribo Aruan, localizada no Marajó para decifrar vocabulário de aproximadamente 200 palavras, bem como desenhou uma “tanga” da cerâmica marajoara para que o indígena descrevesse a serventia do objeto.
D.S.Ferreira Penna/Pará	1878 (Naturalista-viajante do MN)	“Fragmentos de uma urna funerária tubular, contendo ossos de uma criança, mandada pelo Senhor Ferreira Penna” (Fonte: Livro: Lançamento de objetos encontrados no MN 06/01/1876 a 26/12/1892. SEMEAR, Museu Nacional)
Ladislau Netto	1873 (diretor interino do MN)	“Ofício ao Senhor D. S. Ferreira Penna louvando-o pelo modo como há desempenhado sua comissão. MN do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1873. Ilmo Sr. O Governo Imperial, informado por mim sobre os objetos por V. Sa remetidos do Vale do Amazonas a este Museu, manda louvá-lo pelo modo como há desempenhado até hoje à Comissão de Adjunto Naturalista Viajante de que se acha incumbido nessa região. Ladislau Netto, Diretor Interino do MN. (Fonte: Registros de Avisos e Ofícios Recebidos/ SEMEAR/Museu Nacional)

Continua...

Procedência	Ano	Assunto
J. O Liberal do Pará	9/02/1882 Obs: Ferreira Penna exercia os cargos de diretor do MP e Viajante naturalista do MN.	“Anteontem à noite regressou do Lago Arari (Marajó), o Ilustre Sr, Dr. Ladislau Netto, diretor geral do MN, trazendo grande porção de vasos, urnas, ídolos, e outros artefatos cerâmicos, dos que existem na Ilha de Pacoval, a margem oriental do mesmo lago. O sábio diretor do MN regressou somente com o Sr. Ferreira Penna, deixando na fazenda do Sr. Major Raimundo J. de Miranda, os outros seus companheiros, Srs. Motta Teixeira e Schwacke, a fim de continuarem a explorar outros pontos do Marajó, principalmente a Ilha do Bicho que, segundo se assevera, contem grande número de artefatos dos antigos povos indígenas [...]” (EXPOSIÇÃO..., 1870, p. 1).

Quadro 2 - Correspondências que comprovam os deslocamentos de objetos do Pará para o Museu Nacional
Fonte: SEMEAR do MN

A relação existente entre Ferreira Penna e Ladislau Netto evidencia a percepção da constituição de um campo de intersecção e articulação das duas instituições. Sobre esse aspecto, utiliza-se o conceito de campo político (BOURDIEU, 2011). Levando-se em conta que as atividades exercidas pelos dois atores eram praticadas em meio a uma conjuntura política minada de interesses pela construção da identidade nacional como forma de unificação de um povo; a outra razão para crer que a noção de campo político pode ser aplicada é o fato de a parceria ser constituída por meio de instituições museológicas consideradas como “microcosmo”, não imunes a ingerências políticas. Para Bourdieu (2011, p. 195), [...] campo político é “um microcosmo, pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social”. Nos microcosmos dos museus são estabelecidas regras de funcionamento que supõem estratégias de autonomização, ainda que relativa, para a prática de seus objetivos.

Nesse caso, as ações do MP e do MN na coleta de objetos da cultura marajoara como índices que, usados como símbolos de identidade nacional, foram levados a cabo em um contexto formalizado por pessoas legitimadas pelo estado para construir uma narrativa capaz de fortalecer o sentimento de pertencer a uma nação com seus símbolos e códigos nacionais, além de possibilitar a construção da história regional.

O elo entre Ferreira Penna e Ladislau Netto era consolidado por uma comunicação efetiva que buscava a aproximação e fortalecimento das instituições MP e MN. Essa relação

local e nacional demarcou laços na trajetória de objetos, disputas e, também, de indivíduos na produção de conhecimento.

Por fim, pode-se afirmar, diante das evidências do quadro acima, que a atuação de Ferreira Penna como naturalista-viajante do MN contribuiu de maneira efetiva para a o enriquecimento das coleções.

1.4.1 – Os coletores e a coleção Marajoara

Imbuídos da prática do colecionismo e pela necessidade de construção de histórias nacionais, presentes no século XIX, Domingos Soares Ferreira Penna e Ladislau Netto foram os responsáveis pelas primeiras iniciativas de formação dos acervos arqueológicos de artefatos marajoara do MP e MN. Estes acervos são parte de um projeto de constituição do patrimônio e identidade nacional por meio dos deslocamentos de objetos das mais variadas localidades do Brasil.

É importante destacar que a formação das coleções se dá em meio ao cenário histórico social marcado por uma sociedade monárquico-imperial, ainda em busca de simbologias próprias, necessárias à construção da nação brasileira. No caso em estudo, artefatos de argila dos antigos habitantes da Ilha de Marajó, localizada no estuário amazônico, por seus traços reveladores de significados e sua estética sofisticada, cultura considerada em adiantado estado de desenvolvimento social, despertaram interesse para a sua captura. Além do apelo visual de seu significado, outro fator a ser considerado para a predileção desses objetos é ausência de seus “autores”, populações não mais existentes e, portanto, sem voz para contestar ou mesmo avaliar a interpretação dada por seus coletores (LINHARES, 2015).

Ferreira Penna e Ladislau Netto, integrantes da elite cultural brasileira, elegeram os objetos de cerâmica marajoara conferindo-lhes valor expressivo da singularidade nacional (LIMA, 2007). Esses objetos passaram por um processo de seleção para serem deslocados adquirindo novos significados e foram incorporados aos museus em um contexto de coleção e relação entre objetos e pessoas (coletor e visitante).

Para tanto, é necessário evidenciar as relações estabelecidas entre Ferreira Penna e Ladislau Netto para a formação da coleção de cerâmica marajoara. Essa relação pode ser percebida por meio de correspondências registradas em documentos do MN: “Cilíndrico, de cor esverdeada, é procedente do ceramio do Pacoval, encontrada no ano de 1872 enviada por Domingos Soares Ferreira Penna” (SEMPEAR, 1882. ANEXO 3). Em outro momento, Ladislau Netto envia ofício ao Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e

Obras Públicas, José Fernando da Costa Pereira Júnior, informando o envio para o MN, por Ferreira Penna, de um caixote com artefatos indígenas (SEMEAR, 1882. ANEXO 3).

A interlocução dos dois agentes sociais foi intensificada com a proximidade da realização da Exposição Antropológica Brasileira, idealizada por Ladislau Netto e realizada em julho de 1882, no MN. A atuação do MP e do MN foi decisiva na construção de histórias que remetiam ao passado e na identificação de símbolos unificadores da população, tendo como ancoradouro a Arqueologia, mais especificamente a simbologia da cerâmica marajoara.

Ressaltando que Ferreira Penna, com o apoio de Ladislau Netto, foi o responsável por apresentar o passado indígena amazônico que servia para diferenciar os grupos indígenas brasileiros que conforme os parâmetros da época seriam diferenciados (LANGER, 2002). Por meio dos vestígios da cultura marajoara, como *suportes* de legitimação de um passado glorioso, representado por uma civilização antiga e evoluída em detrimento de outras etnias do país como os índios não pertencentes à etnia Tupi. A arqueologia, disciplina responsável pelas leituras do passado, auxiliou na identificação e entendimento sobre o passado remoto da humanidade. Nesse contexto, a arqueóloga Tânia Lima afirma que:

Os usos do passado, entendido como um dos terrenos simbólicos mais férteis para a construção e legitimação de identidades nacionais, surgiram assim naturalmente de tal forma que a relação tão próxima entre nacionalismo e arqueologia foi naturalizada tendo permanecido a salvo de qualquer questionamento ou revisão crítica pelo menos até a pós-guerra (LIMA, 2007, p.2).

Para tanto, caberia aos museus, espaços destinados a conflitos, interações, preservação de patrimônio e legitimação foram escolhidos por excelência para abrigar objetos selecionados e valorizados por agentes portadores de autoridade no contexto científico e político para, a partir de então, elaborar os discursos necessários para a consolidação de identidades nacional e regional, materializando a ideologia nacionalista por meio de objetos arqueológicos, entre outros.

O naturalista Domingos Soares Ferreira Penna empreendeu diversas excursões pelo interior da Amazônia para coleta e estudo de material, tornando-se um pesquisador das coisas relacionadas à Amazônia – da História Natural à Geografia (CUNHA, 1989). O idealizador do MP, apesar da falta de maturidade científica da época, estabeleceu um conjunto de conhecimento sobre a região, perpassando por diversas disciplinas, tais como a Arqueologia e Antropologia. Ferreira Penna também ocupou o cargo de naturalista viajante do MN do Rio de Janeiro -1872-1884-, então sob a direção de Ladislau Netto, proporcionando uma vasta comunicação entre os pesquisadores dessas instituições e o

intercâmbio de objetos, muito comum no cientificismo praticado à época no país (LOPES, 2009).

Domingos Soares Ferreira Penna, ocupante do cargo de Secretário do Governo da Província (1858-1867)²¹, estabelecia as conexões diretas com os Presidentes da Província, assessorando-os nas mais diversas decisões provinciais, possibilitando o trânsito dos objetos e de expedições científicas estrangeiras à região amazônica, como a Expedição norte-americana Morgan, organizada pelo geólogo Charles Hartt, discípulo de Louis Agassiz, à Ilha de Marajó em 1870 e 1871, para coletar informações e amostras geológicas do território brasileiro, principalmente das regiões norte e nordeste.

Preocupado com a evasão para o exterior de material cerâmico e com a dilapidação dos sítios arqueológicos por viajantes estrangeiros, o núcleo inicial do MP congregava intelectuais, profissionais de várias áreas e pesquisadores com formação em universidades europeias, enfim, figuras consideradas ilustres que transitavam na capital do Império com interesse nas áreas de Arqueologia, Botânica e Etnologia amazônica (BERTHO *apud* FAULHABER; TOLEDO, 2001).

Em fevereiro de 1882, quando de sua visita a Belém para coletar material a ser revelado na Exposição Antropológica Brasileira, Ladislau Netto, diretor do MN, solicita ao Presidente da Província do Pará, José da Gama Malcher²², 1814-1882, a título de empréstimo e à revelia do Conselho Administrativo do MP, todo o acervo arqueológico e etnográfico do MP, para participarem da Exposição Antropológica (CUNHA, 1989, p.28).

Além do pedido de empréstimo dos artefatos marajoara, a viagem de Ladislau Netto para a ilha de Marajó, mais precisamente ao aterro do Pacoval, o fez escrever um artigo dedicado exclusivamente à arqueologia do Marajó: “Investigações sobre a *archeologia brasileira*” na Revista *Archivos* do MN, em 1885. Nesse artigo, entre outros assuntos, discorre sobre a geografia, os habitantes e sobre os aspectos físicos do local para fazer uma associação aos aterros dos Estados Unidos conforme nos revela Langer (2002):

A primeira observação de Netto sobre o aterro do Pacoval foi em relação à sua forma: teria o aspecto de um jabuti. A construção desse monumento teria ocupado o trabalho de muitos operários, supervisionados por um chefe de construção, possuindo como função um caráter de vigilância militar, ou a residência de um grande líder desta nação. Sendo montes artificialmente construídos, a imagem de um antigo monumento com funções animistas era uma interpretação tentadora. Ainda mais que alguns *Mounds* dos Estados

²¹ Segundo Cunha (1989, p.23), a administração de Ferreira Penna como Secretário da Província passou por duas interrupções: a primeira por motivos de doença que o afastou do cargo por vários meses; e em dezembro de 1866 foi exonerado da função durante a administração de Pedro Leão Veloso, Presidente da Província. Longe por seis meses, em 1867 Ferreira Penna retoma o cargo pelo então Presidente da Província Joaquim Raimundo de Lamare. Portanto, Ferreira Penna exerceu suas atividades como Secretário de Governo da Província sob o comando de vários Presidentes da Província.

²² Médico, vereador e Presidente da Província interinamente de 4 de janeiro a 27 de abril de 1882.

Unidos – ao qual associou origens comuns em alguns momentos - imitavam formas de enormes serpentes (LANGER, 2002, p.65).

Langer (2000) também afirma que as referências às mais variadas regiões do planeta estariam relacionadas ao pensamento difusionista, do qual Netto seria adepto, “[...] o incessante intercâmbio era a única maneira de explicar a diversidade americana – o oceano e as montanhas nunca separavam os povos da antiguidade apenas o teriam unido!” (LANGER, 2000, p.261).

A arqueologia amazônica, dessa maneira, entraria na rota de assuntos relacionados à ciência, fornecendo conteúdo que pudesse ser discutido por meio da cultura material de povos do passado sobre a existência do homem americano. Esses relatos produzidos a partir de sua vivência em trabalho de campo em um periódico de divulgação científica, no caso, a Revista *Archivos*, permitiram a inserção do MN na comunidade científica internacional estabelecendo a ciência nacional e promovendo a notoriedade de Netto no meio científico. No subitem do capítulo 3, sobre as exposições universais, ressalta-se a presença de Ladislau Netto como palestrante convidado do Oitavo Congresso Internacional de Americanistas de Berlim, realizado em outubro de 1888 para falar sobre as cerâmicas marajoara.

1.5 – Museus como agentes de posições diferenciadas nas disputas identitárias

A formação de coleções por meio das viagens científicas remonta ao século XVIII. Expedição, palavra de origem militar, passou a ser usada em viagens de cunho científico (FERREIRA; FUNARI, 2008). Para além da observação dos objetos em seu contexto e da coleta para a formação de coleções, as expedições criavam um ambiente propício para colocar em prática um plano – o de legitimar a colonização – (FERREIRA; FUNARI, 2008).

Pode-se, então, inferir que a trindade – museus, expedições e colonialismo – foram determinantes para a formação de coleções e, por conseguinte, os museus foram instrumentos de legitimação do colonialismo, agindo como um centro acumulador de objetos oriundos de uma série de empreendimentos colonialistas, a partir das expedições. Os objetos a serem coletados deveriam ser dotados de exotismo; com suas características estéticas e culturais únicas, materializavam o trabalho de campo dos viajantes ao serem expostos nos museus.

Os naturalistas viajantes chegavam à Amazônia, influenciados por duas doutrinas filosóficas e científicas do século XIX: o Difusionismo e o Evolucionismo, correntes que apresentavam os primeiros discursos coerentes sobre a humanidade e seu grau de desenvolvimento.

O Difusionismo explica como alguns traços culturais são adquiridos ou difundidos. Já o Evolucionismo é a teoria que defende o processo de evolução das espécies dos seres vivos, através de modificações lentas e progressivas consoantes ao ambiente em que habitam (GONÇALVES, 2007).

A partir dessas doutrinas construíram-se modelos museográficos responsáveis pelos modelos dos museus enciclopédicos do século XIX (GONÇALVES, 2007; OLIVEIRA, 2008), dando suporte à descrição e à classificação dos objetos e garantiu dessas correntes de pensamentos a comprovação de suas narrativas.

As correntes teóricas Difusionista e Evolucionista marcaram o estudo científico da Antropologia e os passos iniciais para a compreensão das diferenças culturais. Devidamente incorporadas e adaptadas pela elite cultural brasileira da época, interessada na formação da identidade nacional, esses paradigmas serviram de ancoradouro para a construção simbólica da nação brasileira. Os dois museus, Paraense e Nacional tinham em comum a instrução pública, através da conexão entre sujeito-objeto, por meio de evidências materiais da natureza e da cultura humana.

Nesse contexto, é necessário evidenciar que a criação, no Brasil, de museus de ciências naturais ao longo do século XIX, em períodos diferentes de fundação, MN, em 1818; MP, em 1866; e Museu Paulista, em 1894, contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa em ciências naturais no país, com estudos taxonômicos e sistemáticos (LOPES, 2009), demarcando regras e se posicionando como centros produtores de conhecimento científico.

Os primeiros relatos sobre a história natural do Brasil remontam ao século XV (TEIXEIRA; PAPAVERO, 2002), abordando aspectos da viagem de Vicente Pinzón ao Novo Mundo. A partir da metade do século XVIII, os objetos de história natural ganharam um novo *status*. Segundo Foucault (1999), o início da história natural se dá com o primeiro olhar minucioso sobre as coisas, com a finalidade de desvendar a realidade, separando o documento da fábula:

Na constituição da história natural, com o clima empírico em que se desenvolve, não se deve ver a experiência forçando, bem ou mal, o acesso de um conhecimento que espreitava alhures a verdade da natureza; a história natural – eis por que ela apareceu precisamente nesse momento – é o espaço aberto na representação por uma análise que se antecipa à possibilidade de nomear; é a possibilidade de ver o que se poderá dizer, mas que não poderia dizer depois, nem ver, a distância, se as coisas e as palavras, distintas umas das outras, não se comunicassem, desde o início numa representação (FOUCAULT, 1999, p.147).

Sendo assim, foram organizadas de acordo com suas afinidades. As coisas e os seres passam a ser analisados, catalogados e identificados com seus nomes próprios, surgindo os herbários, coleções, jardins e museus (LOPES, 2009). A partir daí, os museus europeus voltam seu olhar para a busca de “objetos” da natureza, visando à formação de coleções de história natural de várias partes do mundo.

O Brasil, antes mesmo da institucionalização de museus de história natural, foi palco de várias expedições de naturalistas estrangeiros. Imbuídos de espírito aventureiro e curiosidade científica, muitos foram os viajantes que estiveram em solo brasileiro no século XIX, em busca de reunir exemplares do reino animal, vegetal e mineral e objetos fabricados pelos primeiros habitantes do Brasil. A busca por riquezas e recursos naturais, em geral, tinham como um de seus objetivos abastecer os museus de coleções bem como interesse econômico para o desenvolvimento. Segundo Schwarcz (*apud* SCHWARCZ, 2004), a ordem era levar tudo o que se encontrasse pelo caminho, pois estariam na iminência de intenção e o melhor lugar para preservá-las seria os museus.

Várias foram às remessas de objetos coletados na Amazônia para o museu carioca com a finalidade de atender ao desejo de Ladislau Netto em transformar o MN em um legítimo representante da cultura brasileira, já que o MN se propunha a abrigar os produtos das províncias brasileiras e do mundo realizando permutas (LOPES, 2009). O importante era que suas coleções fossem amostras do universo local e mundial, na intenção de torná-lo universal equiparando-o aos museus de outros países, dentre eles o Museu da Universidade de Cornell e o *Peabody Museum*, que possuíam cerâmica marajoara em consequência das viagens de naturalistas estrangeiros à Amazônia, como o geólogo canadense Charles Frederick Hartt (SANJAD, 2011).

Para que a coleta de objetos fosse realizada de maneira eficiente, em 1819, o MN mandou fazer a reimpressão do documento “*Instrução para os Viajantes e Empregados nas Colônias sobre a maneira de Colher, Conservar e Remeter os objetos de História Natural*”, em português, traduzindo do original francês editado em 1818. Esse documento, segundo Lopes (2009, p.45): “[...] mantinha o modelo europeu dos museus provinciais para abastecimento do museu central [...]”. Tais instruções também facilitariam o “trabalho” de armazenamento do material coletado para que o MN funcionasse como entreposto para os museus europeus e foram seguidas durante os primeiros 25 anos de existência do MN (LOPES, 2009).

Nesse contexto, pode-se dizer que o vínculo estabelecido entre o MP e o MN, sendo um regional e o outro nacional, contribuiu para a geração de conhecimento instituindo práticas de pesquisa científica no Brasil, tornando-se, portanto, instituições centros de

estudos experimentais, com importante produção científica. A respeito disso, Lopes (2009) diz que:

O século XIX brasileiro e latino-americano não foi o século dos museus históricos europeus. Com artefatos históricos, os museus de ciências naturais materializaram e institucionalizaram os contextos sociais, culturais, científicos, políticos em que se forjaram, no Brasil e na América Latina. (LOPES, 2009, p.9-10).

Para além da função de guarda de objetos, os museus de história natural contribuíram para a produção de conhecimento científico, inicialmente relacionado à história natural, bem como buscavam despertar na população o sentimento de estar atrelado a um passado comum, representado por objetos selecionados como significativos à identidade nacional.

Assim como a língua portuguesa, elemento unificador dos brasileiros, os objetos foram símbolos de homogeneização do povo, raça, território e de um governo, não importando o quão distante estariam de seu tempo, como são os objetos arqueológicos da Ilha de Marajó, manufaturados por diferentes grupos indígenas que habitaram a região amazônica desde, aproximadamente, 1500 a.C. (SCHAAN, 2000). Sabe-se, no entanto, que a nacionalidade comporta diferentes culturas em formações históricas diferenciadas.

Portanto, há de se observar a definição de nação para Benedict Anderson (2015, p.32): “[...] dentro de um espírito antropológico comunidade imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e, ao mesmo tempo, soberana”; ou seja, é construída, nem sempre autêntica, pois o seu território físico é constituído por povos de diferentes raças, mas é legítima para os indivíduos.

É importante destacar que a exibição de artefatos em museus pode ser considerada como troféu para justificar a apropriação e ressignificação. Esse processo de coleta de objetos “alheios” para apropriar-se e ressignificar vestígios culturais tem intuito de formar coleções, portanto, o aparecimento de museus de história natural no Brasil no século XIX esteve relacionado ao interesse pela instrução pública e formação de pesquisadores brasileiros interessados em iniciar uma produção científica relacionada aos bens oferecidos pela riqueza da flora e fauna do país, bem como de artefatos produzidos por habitantes de um passado remoto. Por assim dizer, os primeiros museus do Brasil foram concebidos não somente como lugar de guarda e exposição de objetos como também de estudos e lugares de formulação de projetos visando valorizar positivamente a identidade nacional a partir de objetos e coleções de cultura material.

Esses museus, por meio de viajantes naturalistas, principalmente estrangeiros, missionários e pesquisadores, formaram suas coleções através de doações, compra e

permuta de objetos materiais subtraídos de múltiplos lugares e culturas. Os objetos, ao serem deslocados de seus lugares de origem, foram classificados, ordenados e ressignificados criando uma narrativa que desse sentido a seus conteúdos, para posterior exibição em novos contextos sociais, contribuindo para o fortalecimento das narrativas oficiais, aqui entendidas como ações impostas pelo governo para identificar a brasilidade no sentido de legitimar a cultura local. Desse modo, dá-se início a criação de museus brasileiros em contextos políticos, sociais, econômicos e com objetivos diferentes.

A atuação do MP e do MN foi decisiva na construção de histórias que com remissão ao passado e identificação de símbolos unificadores da nação, tendo como ancoradouro a Arqueologia. Ressalta-se que Ferreira Penna, com apoio de Ladislau Netto, foi responsável por apresentar o passado pretérito da nação aos museus por meio dos vestígios de tecnologias complexas da cultura marajoara.

Nesse sentido, o estudo arqueológico tinha como objetivo principal:

[...] determinar, muitas vezes com emprego de critérios fantasiosos, a que grupos étnicos os diversos achados pertenciam, de modo que as nações emergentes pudessem saber mais sobre o começo de sua história e sobre o modo como viviam seus ancestrais (TRIGGER, 2004, p.145).

Assim, objetos da cultura marajoara, após musealização, perderam suas funções originais e transformaram-se em símbolos dotados de valores e novas identidades (GONÇALVES, 2007) para dar acesso à existência de modos de vida até então desconhecidos e invisíveis, não fosse esta feita. Portanto, os objetos ao serem musealizados, assumem duas “identidades”: objeto de coleção e elemento de narrativa expositiva (LOUREIRO, 2007). Assim, nesse espectro, os objetos Marajoara, no contexto da Exposição Antropológica Brasileira, foram usados como documentos materiais para a compreensão de sociedades indígenas extintas que viveram num passado remoto e contribuíram, a partir da sua materialidade, para a construção de representações de identidade da nação com objetivo de promover a coesão de um país, por meio de seus traços culturais. Por serem construídas, tornam-se artificiais, passíveis de substituição (ANDERSON, 2015).

O trânsito de vestígios da cultura marajoara, representado por objetos de cerâmica deslocados de uma região periférica para uma central do Brasil e intermediado por dois museus –MP, atualmente MPEG²³ e MN do Rio de Janeiro (MN) –, tendo como

²³ Nome dado em homenagem ao zoólogo suíço Emílio Augusto Goeldi, diretor do Museu de 1894 a 1907, responsável pela sua reestruturação, a fim de transformá-lo em uma instituição moderna, conforme os padrões europeus.

protagonistas Domingos Soares Ferreira Penna²⁴, idealizador do MP e Ladislau Netto²⁵, diretor do MN no contexto de um grande evento de divulgação da ciência nacional, a Exposição Antropológica Brasileira, promovida pelo MN, no Campo de Santana (RJ), nos permite afirmar que tais museus são como guardiãs de objetos da cultura Marajoara, aos quais foram atribuídos significados legitimadores da identidade nacional bem como regional, e tiveram participação ativa no processo de formação da identidade nacional, contribuindo também para a preservação do patrimônio

²⁴ Domingos Soares Ferreira, mineiro, chegou ao Pará em 1858, vindo do Rio de Janeiro, a convite do então presidente da Província do Pará, Manuel de Frias e Vasconcelos, para servir como Secretário de Governo. Ferreira Penna era autodidata e foi pioneiro nos estudos no campo da Arqueologia amazônica. Ocupou o cargo de Naturalista Viajante do Museu Nacional de 1872 a 1884.

²⁵ Esse botânico foi o sétimo diretor do Museu Nacional, responsável pela sua reestruturação, com base nos moldes dos museus europeus. Ladislau Netto, natural de Maceió, destacou-se pela criação da Revista Trimestral *Archivos* do Museu Nacional, importante veículo de comunicação entre os pesquisadores da época. Netto também foi responsável pela criação do cargo de Naturalista Viajante do Museu Nacional.

CAPÍTULO 2

DESLOCAMENTOS E TRAJETÓRIAS DA CULTURA MARAJOARA

2 - A AMAZÔNIA E SEU LEGADO ARQUEOLÓGICO

Vários foram os questionamentos sobre as origens da presença do homem no continente sul-americano. No Brasil, abril de 1500 é o marco fundador da nossa história oficial. Entretanto, a trajetória da presença humana no país e na América do Sul teve início muito antes da chegada dos portugueses a esse continente.

Na Ilha de Marajó, localizada no estado do Pará, próximo a foz do Amazonas, com uma área de aproximadamente 40 mil quilômetros quadrados, uma civilização deixou como testemunho de sua existência um legado de objetos cerâmicos de fabricação complexa e funções utilitárias, rituais e artísticas (SCHAAN, 1999).



Figura 6 - Mapa do Pará com a localização da procedência dos artefatos marajoara

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Localizados na Amazônia, região pouco conhecida pelos estrangeiros até a abertura da navegação internacional em seus rios em 1866 (CUNHA, 1989; LANGER, 2002), os índios Marajoara viveram na Ilha de Marajó entre 400 a 1300 (AD) e usaram de sua habilidade, técnica e conhecimento para confeccionar objetos de cerâmica que apresentam evidências de seu modo de vida, sua história, sua relação com a natureza e para expressar suas regras sociais. Para a arqueóloga brasileira, especialista em cerâmica marajoara, Schaan (1999), a decoração apresentada nos objetos fazia parte do cotidiano dos Marajoara, como a figura de animais e plantas encontradas nos artefatos, conforme figura (7) abaixo:



Figura 7 - Vaso zoomorfo; coleção Marajoara do Governo do Estado do Pará sob guarda do MPEG
Foto: Dados da Pesquisa (Mário Quadros)

Era preciso navegar para encontrar territórios até então “desconhecidos” pela ciência europeia e norte americana, estimulando deslocamentos de expedições e estudiosos, amadores e especialistas da natureza em busca de evidências como artefatos e espécimes capazes de responder questionamentos sobre o passado remoto desse outro lado do mundo. Tais deslocamentos não eram apenas geográficos: os cientistas traziam consigo toda uma formação ideológica, social e política que, de certa forma, influenciou na seleção, coleta e organização dos objetos e espécimes nos museus de história natural. Dá-se então a construção do conhecimento científico relacionado à cultura material (LOUREIRO, 2018) e os museus foram os lugares de guarda e divulgação do conhecimento científico, já que desempenhavam a função acadêmica, na ausência das universidades (BERTHO, 1994, p.56).

Nesse momento, com o apoio de cientistas brasileiros, como Ferreira Penna, a cerâmica marajoara torna-se um dos principais alvos da análise de bibliografia produzida por viajantes. O interesse pela cultura teve início no final do século XIX, quando viajantes naturalistas, especialistas e amadores tomaram conhecimento da cerâmica marajoara (SCHAAN, 2004) e se apropriaram dos artefatos para produzir conhecimento e manter coleções em seus países (EUA, Noruega), bem como em províncias brasileiras (Pernambuco).

Um dos primeiros colecionadores da cerâmica foi Francisco da Silva Castro²⁶, pois teve acesso aos vestígios arqueológicos marajoara ainda na década de 1860 (LANGER, 2000). Castro nutria grande interesse por temas relacionados à arqueologia, além de

²⁶ Castro nasceu no Pará (1815-1899). Médico de formação europeia, dedicava-se também aos estudos de história natural. Castro reunia grande número de itens de cerâmica marajoara em sua casa, bem como fazia doações ao Museu Nacional e ao Museu Paraense (CUNHA, 1989).

coleccionar itens de cerâmica marajoara. O pesquisador também foi o responsável pela doação de objetos de história natural e de cerâmica ao MP quando de sua criação em 1871 e ao MN (CUNHA, 1989). Ainda Segundo Cunha (1989), desde o início da década de 1860, Castro demonstrou interesse científico pelos primeiros achados de cerâmica marajoara, influenciando a criação da Associação Filomática com a doação de objetos arqueológicos e etnológicos contando também com o interesse de Ferreira Penna pelos estudos científicos da arqueologia do Marajó (CUNHA, 1989).

O médico mantinha correspondência acerca das descobertas no Marajó com pesquisadores estrangeiros do Museu da Universidade de Oslo, na Noruega e com a Academia de Ciências de Estocolmo, na Suécia. Segundo Langer (2002), Castro também enviou objetos arqueológicos para esses locais, o que nos leva a crer que a comunicação entre os pesquisadores ampliou a divulgação sobre os achados da cerâmica marajoara e por consequência o interesse de cientistas estrangeiros pela região amazônica com foco não somente em coisas da natureza, mas também sobre a cultura material, um importante instrumento de conhecimento, tornando as evidências arqueológicas fundamentais à elaboração das teorias sobre origem e antiguidade dessas populações (BARRETO, 1999-2000, p.35).

Quanto à origem do povo Marajoara, ainda no século XIX, Ladislau Netto, em artigo publicado na revista “Arquivos do Museu Nacional” sobre a arqueologia brasileira e querendo associar os testemunhos materiais a uma civilização considerada por ele “nobre”, defendia a tese de que os registros materiais encontrados em Pacoval seriam “documentos cerâmicos pré-colombianos” originários de uma migração dos povos que vieram das Américas Setentrional e Central para os vales do Amazonas e do Prata (NETTO, 1885).

Ainda sobre a procedência do povo Marajoara, segundo Nelson Sanjad (2011), as ilustrações e formas encontradas na cerâmica arqueológica, suscitavam analogias com objetos de outros continentes ou das Américas. Dessa forma, a produção da cerâmica poderia ser associada a povos em adiantado estado de civilização, o que viria ao encontro da intenção de Ladislau Netto em equiparar a origem dos marajoara a grandes civilizações.

2.1 – Produção humana reveladora de conhecimento

Com o passar dos anos, as pesquisas arqueológicas na região amazônica permitiram outro entendimento sobre a origem daquele povo. Conforme Schaan (2004, p.1), a cultura Marajoara é autóctone, ou seja, os povos teriam sido originários daquela própria região a “[...] partir de um processo de mudança cultural que ocorreu entre as comunidades que já habitavam a Ilha há 3.500 anos”.

A abundância de material cerâmico encontrada em cemitérios indígenas da Ilha de Pacoval, no Marajó é revelada por Domingos Soares Ferreira Penna em 1870. Para o geólogo canadense-americano Charles Hartt, durante as expedições Morgan (1870-1871) (CUNHA, 1989; SANJAD, 2011) atesta-se a importância de Pacoval para os estudos arqueológicos da região, transformando os objetos em documentos²⁷, pois neles poderiam ser feitas leituras que sustentam a elaboração de teorias sobre o estudo da origem e da evolução do homem americano e, assim, buscava respostas sobre o início da cultura na região.

Os objetos passam a ser vistos como testemunhos materiais de uma cultura já extinta, mas que poderiam funcionar como conectores entre o passado e o presente, com o objetivo de dar suporte à proposta de identidade nacional no intuito de integrar, homogeneizar os indivíduos, evitar conflitos sociais, despertar e estimular sentimentos de patriotismo, uma espécie de controle do estado sobre a sociedade.

Portanto, afagar fragmentos oriundos de um passado remoto, tornando-os símbolos culturais seria um cimento para inventar a identidade nacional. Nesse sentido, é necessário salientar que a reinvenção do passado, por meio de uma antiguidade, seria estratégica para os atores sociais, pois segundo o historiador Ferro (1983, p.11) “[...] controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar o passado tanto as dominações como as rebeldias”. Para tanto, esses objetos deveriam ser expostos à sociedade para legitimar os projetos políticos imperiais de criação de uma identidade com base num passado histórico apropriados, pois a cerâmica marajoara, confeccionada por índios extintos, foi identificada pelos atores sociais como símbolo nacional em razão de sua riqueza de técnica e decoração elaborada revelando elevado grau de desenvolvimento, pois segundo Langer (2002):

Neto almejava conceder aos marajoara qualquer aspecto que os diferenciasse das outras etnias brasileiras. Ou seja, que tornasse essa sociedade culta e *civilizada*, com elementos desconhecidos dos “selvagens” brasileiros, como imolação aos deuses – uma característica típica das civilizações criadoras de templos e cidades na América (LANGER, 2002, p.66).

Nesse sentido, a elite cultural brasileira, por meio da simbologia dos objetos e com o apoio da ciência, produziu conteúdos para legitimar os povos marajoara como supostamente mais desenvolvidos ancorando a construção da identidade nacional a um passado

²⁷Em seu artigo “Objeto material como documento”, o historiador Ulpiano Bezerra de Menezes, nos diz que os vestígios culturais humanos podem ser “lidos” como um texto. : [...] Todo tipo de artefato, tudo que é resultado da ação do homem sobre a realidade física: artefatos desde os utensílios até as estruturas de todo tipo e, inclusive, as paisagens, na medida em que elas são alteradas pela ação humana e apropriadas culturalmente (MENESES, 1980, p.3).

considerado digno (LINHARES, 2015). No caso específico do problema enfocado na presente tese, os deslocamentos de objetos de cerâmica marajoara foram conduzidos ao MP e MN. Espaços criados para produção do conhecimento científico, recolhimento de objetos, pesquisa e divulgação do conhecimento.

Ressaltando que o processo de construção da identidade no Brasil deu-se após sua independência da metrópole europeia, assim como outras nações americanas, o MN do Rio de Janeiro, entre outros, foi criado na intenção de legitimar esses novos estados nacionais buscando seu reconhecimento local e internacional (CHAGAS; SANTOS, *apud* ABREU; CHAGAS; SANTOS, 2007).

Para tanto, o MP e o MN tinham interesse nos artefatos arqueológicos da Ilha de Marajó para dar sustentação à construção das identidades regional e nacional, uma vez que eles permitiriam a interpretação do passado para a produção de teorias sobre as identidades. Nesse processo, foi considerada a busca de indícios pautados num passado nobre que pôde solidificar a nação com um passado enobrecido (GODOI, 2012). E um dos temas abordados para compreender a origem, antiguidade e forma de viver dos indígenas foi a cultura marajoara.

Em vista disso, tratamos de identificar e analisar os processos quanto às circunstâncias e implicações da circulação de objetos da cultura marajoara em ambientes históricos e culturais diversos e suas apropriações em termos de contribuição para a construção da identidade nacional e regional.

Sendo assim, é pertinente dizer que tal construção está articulada à aquisição de elementos determinantes nas definições de nação, as quais possam diferenciar uma de outra. Para tanto, destacam-se os deslocamentos de objetos arqueológicos da cultura marajoara em suas várias trajetórias, desde sua origem, na Ilha de Marajó (PA), passando pelo MP (PA), até seu destino final, o MN (RJ) e sua exibição na Exposição Antropológica Brasileira em 1882, bem como a relação entre os dois museus em articulações e disputas envolvendo a construção da identidade nacional.

2.2 – Os objetos em movimento

Episódios sobre a prática de deslocamentos arqueológicos e exemplares dos reinos animal e vegetal da região amazônica para o exterior e MN, foram protagonizados por vários cientistas estrangeiros, entre eles Charles Hart²⁸ e brasileiros, entre os quais se aponta Domingos Soares Ferreira Penna e Ladislau Netto.

²⁸ Geólogo canadense que juntamente com Ferreira Penna e Ladislau Netto, desenvolveu as principais pesquisas em torno da cultura marajoara. Autor do primeiro artigo sobre os artefatos marajoara publicado no

Os deslocamentos dos objetos marajoara acontecem em vários momentos da estada de Ferreira Penna em Belém: enquanto diretor do MP, Secretário da Província do Gran Pará e viajante naturalista do MN. Os cargos políticos e administrativos exercidos por Ferreira Penna davam-lhe autonomia não somente para realizar pesquisa, mas também formar as coleções e, principalmente, fazer o intercâmbio de dados e conformação de redes de pesquisa necessárias para garantir sua autoridade na disputa de objetos e sobre a Província do Pará. Disputa aqui entendida como processo da relação estabelecida entre Penna e Netto para a construção da identidade local e nacional, respectivamente.

Para compreender as imbricadas conexões subjacentes aos seus papéis e suas práticas, é necessário relacionar os conceitos de “linguagem de autoridade” e de “campo político” de Pierre Bourdieu para relacionar com o poder político regional e nacional. Segundo Bourdieu (1996):

Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição (BOURDIEU, 1996, p.85).

“Campo” representa, para Bourdieu (2011), um espaço social de dominação e conflitos. Cada um possui suas especificidades, como autonomia, concorrência e disputa interna, portanto, a definição daí decorrente de campo político revela os bastidores das relações existentes entre os atores constituintes dessa intrincada rede de relações, Ferreira Penna e Ladislau Netto, na busca por objetos de cerâmica marajoara, levando-se em conta que, uma vez deslocados, são vestígios de história e memória de habitantes da região amazônica sobre a qual Ferreira Penna seria um agente autorizado pelos governos regional e nacional a fazer o trânsito do material.

A retirada em solo paraense, mais precisamente da Ilha de Marajó, de artefatos de povos não mais existentes, adquiridos em campo para transitar em esferas sem fins lucrativos, como o MP e o MN, além de seu valor estético adquiriam também valor científico, pois a cerâmica marajoara seria um indicativo de uma antiguidade ainda desconhecida dos cientistas do século XIX, e desvendá-la poderia auxiliar no entendimento do homem (GODOI, 2012).

Portanto pode-se dizer que os objetos foram tratados como mercadoria no sentido de que o intercâmbio estabelecido pela rede de colecionadores permitia a circulação de artefatos de interesse científico e cultural, o que nos remete ao que diz Appadurai (2008, p. 45) sobre: “[...] mercantilização por desvio, em que o valor, seja no mercado de moeda ou

Brasil em 1876 no primeiro volume do *Archivos* do Museu Nacional, sobre as tangas, objetos de cerâmica (LANGER, 2002, p. 62).

da arte, é catalisado e intensificado, colocando-se objetos e coisas em contextos improváveis [...]”, isto é, passa a ser mercadoria, pois adquire um valor de troca, atribuindo relações de reciprocidade na troca de “objetos”. Trata-se, aqui, de focalizar transações envolvidas na interação de Ladislau Netto com Ferreira Penna²⁹.

Nesse percurso, tem início a busca de elementos empregada para a construção da identidade nacional por meio das relações interinstitucionais dos diretores desses museus e governos do Império e Província do Pará. A transação de envio e recebimento de material passava por trâmites burocráticos, como pode ser verificado pelo documento de agradecimento³⁰ (Figura 8) encontrado durante esta pesquisa de campo na SEMEAR do MN, sobre o envio de objetos do Vale do Amazonas, por Ferreira Penna, ao MN, datado de 1873 e assinado por Ladislau Netto.

Nesse registro é possível identificar a movimentação dos objetos nas redes de aquisição estabelecida entre Ferreira Penna e Ladislau Netto. Pode-se inferir que, de acordo com Alberti (2005), os objetos, ao longo da trajetória até os museus, reuniram significados de acordo com associações a pessoas encontradas durante o percurso percorrido até chegar à coleção, quando, enfim, serão incorporados a novos sentidos e significados por seus curadores (DESVALLÉS; MAIRESSE; 2010).

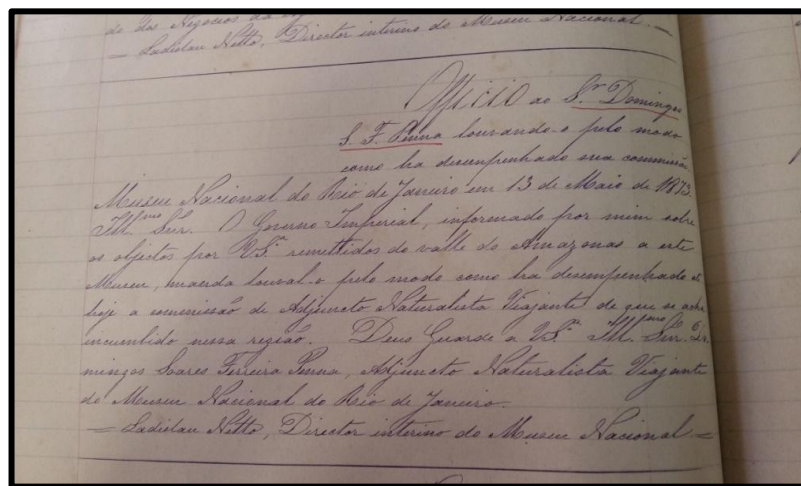


Figura 8—Documento sobre o recebimento de objetos do Vale do Amazonas, enviado por Ferreira Penna.

Fonte: SEMEAR/MN, Livro de Registros de Avisos e Ofícios Recebidos (RA) 1869-1875 (reprodução) (SEMEAR, 1882. ANEXO 3)

No que se refere aos vestígios arqueológicos marajoara, sua ressignificação seria no sentido de apresentar civilizações que pudessem figurar na construção da nação como os índios responsáveis pela fabricação da cerâmica. Para tanto, “[...] os objetos retirados dos contextos eram reclassificados para servir como indicadores dos estágios de evolução,

²⁹ Ferreira Penna exerceu a função de naturalista viajante do Museu Nacional de 1871 a 1884.

³⁰

pelos quais, supostamente, passaria a humanidade como um todo” (GONÇALVES, 2007, p.16). Nesse caso, os objetos marajoara estariam relacionados à elucidação da identificação e explicação da origem do homem americano com base em uma civilização adiantada, considerada assim pelos atores sociais Ferreira Penna e Ladislau Netto.

Os deslocamentos de objetos arqueológicos serviram a tais propósitos de afirmação da nacionalidade. Inicialmente, é possível evidenciar a contribuição do MP no projeto de construção de feição regional como expressão local da identidade nacional por meio, também, das singularidades e especificidades que foram subtraídas no processo de transição de objetos de um museu regional para um nacional, pois os artefatos sofreram mudanças de significados e *status*, agregando valores impostos por seus coletores para atender as demandas das instituições (LOUREIRO, 2018), perdendo, assim, a função para a qual foram fabricados. Ao perderem este lugar inicial passam a ser objetos de coleção (BAUDRILLARD, 2002).

Desse modo, os deslocamentos dos objetos envolvem questões de mudanças de *status* de acompanhamento que depende da seleção do lugar a ser prospectado, como é o caso da Ilha de Marajó: a coleta dos objetos; o caminho percorrido até o museu (Marajó MP; MN); sua incorporação à coleção e exibição na Exposição Antropológica Brasileira.

Desde a retirada dos itens do contexto de produção (Ilha de Marajó), os mesmos passam pelo processo de significação relacionado à sua trajetória, a qual se prolonga na transferência para os museus Nacional e Paraense e essas instituições museais teriam a tarefa de evidenciar histórias que culminaram consequências para a formulação de parâmetros relacionados às identidades envolvidos em discursos de construção regional e nacional.

Em outro documento³¹ (Figura 9), também encontrado na SEMEAR, enviado por Ladislau Netto ao Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, José Fernando da Costa Pereira Júnior, versa sobre o recebimento de um caixote contendo artefatos indígenas de barro, enviado por Ferreira Penna, enquanto viajante naturalista do MN, em 1875. No documento, Ladislau Netto, classifica os vestígios como “[...] os primeiros habitantes do Valle do Amazonas a primeira habitação das tribos que povoarão depois o Brasil inteiro [...]”, destacando a significação dos “artefatos documentos” para sua ideia de nação.

³¹Transcrito em linguagem atual para melhor compreensão: *Ofício comunicando que pelo naturalista Ferreira Penna foi remetido um caixote com artefatos indígenas. Museu Nacional do Rio de Janeiro em 5 de maio de 1875. Ilmo Sr. Tenho a honra de comunicar a V.Exa. que pelo naturalista viajante do Museu Domingos Soares Ferreira Penna que tão importantes serviços há já prestado a este estabelecimento foi-me remetido um caixão contendo numerosos artefatos de argila dos primitivos habitantes do Vale do Amazonas a primeira habitação das tribos que povoarão depois o Brasil inteiro. Deus guarde a V.Exa. Ilmo. Sr. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Ministro e Secretário de Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ladislau Netto, Diretor do Museu Nacional.*

Nesse caixote, para além dos objetos materiais, também foram deslocados símbolos culturais da região amazônica, proporcionando-lhes mudança de *status* e fazendo-os adquirir novos valores que contribuíram para a formação de fatores da identidade nacional (LINHARES, 2015). O processo de mudança se dá desde a coleta, o contato com os vários agentes promotores dos deslocamentos, os caminhos percorridos até a musealização dos objetos. Logo infere que as relações estabelecidas estariam a serviço das instituições. No ambiente museal, os objetos são recriados historicamente, construindo novos significados para atender, no caso em estudo, a finalidade da Exposição Antropológica Brasileira, uma das principais iniciativas de Ladislau Netto como diretor do MN, como mostra relacionada ao grau de desenvolvimento das pesquisas realizadas em solo brasileiro.

Nesse sentido, o MP e o MN utilizam-se de objetos arqueológicos da Ilha de Marajó para explicar a origem do homem americano com objetivo de associar-se a uma cultura altamente desenvolvida que possa cimentar a valorização da identidade nacional e regional.

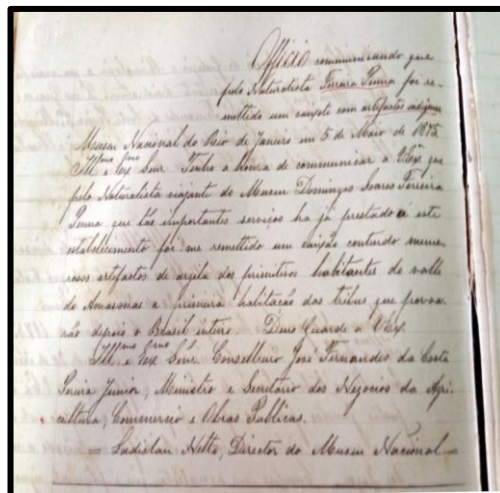


Figura 9 - Documento testemunho dos deslocamentos de objetos no Brasil do século XIX

Fonte: SEMEAR/MN, Livro de Registros de Avisos e Ofícios Recebidos -1869-1875 (ANEXO 4)

2.3 – A institucionalização da arqueologia brasileira

Desde as grandes navegações renascentistas que resultaram na conquista da etnia europeia sobre as Américas, a elite cultural, formada por filósofos, humanistas, religiosos, entre outros, quis compreender a origem do homem americano (LANGER, 2000) gerando questionamentos sobre os primórdios de sua presença no continente sul-americano e sobre a estrutura social, política e econômica de sociedades que antes lá viviam. Para tanto, os vestígios arqueológicos indígenas seriam requisitados para montar o quebra-cabeça da

existência humana. Como assinala o etnólogo francês Rivet (1948), autor do livro “As origens do homem americano”:

Mas o homem pode revelar a sua presença pelos produtos da sua indústria, e se estes utensílios são descobertos em condições geológicas e paleontológicas bem precisas, tem para fixar a data da antiguidade do homem, tanto valor como os restos ósseos (RIVET, 1948, p. 27).

No século XIX, o objeto de estudo da Arqueologia esteve voltado para a cultura dos povos primitivos, vinculado a determinadas imagens dos indígenas. Para Funari e Carvalho (*apud* GRANATO; RANGEL, 2009, p.4), “[...] cultura material é tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo ser humano, ou seja, tudo aquilo que faz parte do cotidiano da humanidade, independente do tempo ou mesmo do espaço”.

Ainda de acordo com Funari (1988, p.11), “A arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limites de caráter cronológico”. Esse conceito vem ao encontro do deste estudo, tendo como foco, os objetos de cerâmica marajoara produzidos por sociedades indígenas pretéritas.

A Arqueologia no Brasil surgiu no século XIX e, nas duas primeiras décadas do século XX, sua história pode ser dividida em dois momentos. Segundo Barreto (1999-2000), o primeiro momento é marcado pela produção de estudos arqueológicos realizados por naturalistas europeus, apoiados pela Corte Portuguesa e, posteriormente, pelo imperador Pedro II; o segundo momento, pela criação de centros de pesquisa e universidades influenciados por cientistas estrangeiros. Afinal, como diz a autora:

Rever a história da arqueologia no Brasil é acompanhar o confronto do brasileiro ao longo destes anos com um passado pouco conhecido, que traduz as diversas formas de identificação ou rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional, e que nem sempre corresponde a ideais de uma (pré) história nacional (BARRETO, 1999-2000, p.33).

A influência europeia e extermínio das populações indígenas pelos colonizadores estimularam o distanciamento das raízes indígenas e incentivou a institucionalização de uma cultura nacional baseada em fundamentos alheios a nossa constituição étnica com os indígenas (AMORIM, 2005).

O foco aqui proposto é, portanto, a Arqueologia desenvolvida durante o Império sob o comando de Ladislau Netto – diretor do MN e realizador da Exposição Antropológica Brasileira – e Ferreira Penna, diretor do MP e naturalista viajante do MN, ambos articuladores num processo de formação de identidades com base na constituição de coleções arqueológicas em museus.

No Brasil do século XIX, as pesquisas arqueológicas são movidas pelo interesse de uma aristocracia em se apropriar do passado indígena no processo de criação de uma identidade nacional (LIMA, 2007). Para desvendar explicações sobre a origem do homem americano, seria necessário encontrar, no passado remoto, vestígios que pudessem ser entendidos como produtos de uma civilização culturalmente desenvolvida, para servir como cimento ideológico e sustentar o discurso nacionalista.

Em um período de formação da identidade nacional, mas ainda sob o domínio do colonialismo, a Arqueologia surge para dar suporte à ideologia nacionalista do governo imperial e manter a unidade e a segurança de suas províncias (LANGER, 2000).

A ausência de provas escritas transferiu para a Arqueologia a tarefa de estabelecer, por meio da cultura material, a construção de um perfil da sociedade estabelecido para legitimar o discurso nacionalista. Como observou Tânia Lima (2007):

Os usos do passado, entendido como um dos terrenos simbólicos mais férteis para a construção e legitimação de identidades nacionais, surgiram assim *naturalmente*, de tal forma que a relação tão próxima entre nacionalismo e arqueologia, foi *naturalizada* tendo permanecido a salvo de qualquer questionamento ou revisão crítica pelo menos até o pós-guerra (LIMA, 2007, p.12).

A instituição que acolhe a Arqueologia como organizadora do projeto fundado no ideário da identidade nacional é o museu, pois irá receber e exibir seus testemunhos materiais nele abrigados, tornando-se palco das nacionalidades.

2.3.1 – A Ilha de Marajó

Com uma área de aproximadamente 40 mil quilômetros quadrados, a Ilha de Marajó está localizada no estado do Pará, especificamente na foz do rio Amazonas. Com um clima marcado por períodos de inundações e secas, seus antigos habitantes desenvolveram técnicas para sobreviver às intempéries ambientais. Pesquisas arqueológicas indicam que a Ilha esteve habitada há, pelo menos, 3.500 anos.

Durante os primeiros 1500 anos, o registro arqueológico indica a existência de pequenas vilas, de no máximo 150 m², ocupando os diversos ecossistemas: campos baixos e altos, floresta inundada e de terra firme, galerias de floresta ao longo dos rios e zona intermediária entre campo e floresta (SCHAAN; MARTINS, 2010, p.73-74).

Nesse ambiente, as populações indígenas que elaboraram a cultura marajoara desenvolveram suas habilidades no fabrico de objetos de argila, quais sejam, de rituais, utilitários e decorativos, ricos em variações de estilo e formas de decoração. Essa herança material dos povos ágrafos foi objeto de cobiça por parte de uma elite intelectual, formada

por exploradores, naturalistas e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, por conter uma sofisticada cerâmica, bem como pela necessidade de construir uma identidade nacional baseada no passado constituído por uma “majestática civilização” (FERREIRA, 2007, p.161).

Motivados em conhecer as riquezas naturais, bem como o ambiente social e econômico, muitos foram os viajantes naturalistas estrangeiros, financiados por sociedades científicas, que se dedicaram a prospectar vestígios do passado remoto do país e, por meio dos seus relatos de viagem, contribuíram para a produção científica nacional. Assim, preencheram a carência de estudos aprofundados sobre a natureza do território brasileiro, principalmente da região Norte que apresentava grandes incógnitas para os estudos sobre a origem do homem americano.

As visitas dos naturalistas eram feitas em forma de Expedições, compostas por especialistas de várias áreas da ciência. Dentre elas, a Expedição Morgan³², chefiada pelo geólogo canadense, Charles Frederick Hartt, da qual Ferreira Penna fez parte e tinha como objetivo estudar a geologia da Amazônia. Não obstante, o estudo das culturas indígenas também fez parte da pauta da expedição.

Em 1870 e 1874, Penna fez parte de duas grandes explorações – Morgan *Expedition* e a Comissão Geológica do Império – ambas organizadas pelo principal discípulo de Agassiz, o geólogo Charles Hartt. A maioria dos estudos foram concentrados na Ilha de Marajó, situada no Norte da Província do Pará (LANGER, 2002, p.257).

Nessa expedição, foram coletadas informações e recolhidos objetos da região do Marajó, muitos deles levados para fora do Brasil, com base em informações de Ferreira Penna e de moradores locais (CUNHA, 1989). Desde então, teve início o processo de deslocamento de vestígios materiais da cultura marajoara para os museus.

Os deslocamentos de artefatos marajoara para o MP e MN, utilizados como instrumentos de construção da identidade nacional por uma elite intelectual ávida em manter a unidade do país e o sentido do Estado Brasileiro, torna a exibição desses objetos, em lugares e tempos diferentes, passíveis de contextualização e geração de relações com o mundo exterior.

Dessa forma, pode-se afirmar que a conjunção de fatores, como a formação e a consolidação da ciência arqueológica brasileira, a criação de museus de história natural e a construção da identidade nacional, foram responsáveis pela introdução do conhecimento científico no país, bem como por tornar público esse saber através dos dispositivos de exibição, tendo, como agente principal, as coleções.

³² Assim denominada em homenagem ao seu patrocinador, Edwin Demmison Morgan (1811-1833).

2.3.2 – Da Ilha de Marajó para o Museu Paraense

Em 1860, a convite do Presidente da Província Antonio Coelho de Sá Albuquerque, o naturalista francês Louis-Jacques Brunet, diretor do Ginásio de Pernambuco, veio ao Pará para viajar pela província e conhecer o rio Amazonas e seus afluentes (SANJAD, 2010). Ao longo da viagem, Brunet coletou objetos dos três reinos da natureza, a pedido do Presidente da Província para diversificar a pauta de exportações promovidas pela Província do Pará. Esses objetos³³, enviados à Repartição de Obras Públicas, impulsionaram a criação de um Museu de História Natural, levando os deputados Joaquim José de Assis, 1830-1899 e Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, 1829-1888, a propor recursos à Lei do Orçamento Provincial de 1862 para a instalação do Museu, porém esses valores não foram alocados (SANJAD, 2010).

Como já mencionado, Francisco da Silva Castro, na década de 1860, realizou escavações no Marajó, encontrando os primeiros vestígios de cerâmica marajoara (LANGER, 2002). Pioneiro juntamente com Ferreira Penna em pesquisa sobre os artefatos marajoara, segundo Cunha (1989), de 1865 a 1869 doou coleções arqueológicas e etnográficas, botânicas, mineralógicas, zoológicas ao MP. Portanto, inferem-se, com base na bibliografia pesquisada, que as coleções de Brunet e Castro foram as primeiras deslocadas da Ilha de Marajó e abrigadas no MP.

2.3.3 – Do Museu Paraense para o Museu Nacional

No processo de deslocamentos de objetos da cultura material do Marajó, destaca-se a ida de Ladislau Netto para coletar materiais arqueológicos na Ilha. A viagem foi realizada em fevereiro de 1882, com apoio de Ferreira Penna e outros exploradores. Em seu artigo publicado no Volume VI da Revista *Archivos* do MN, dedicado a Exposição Netto nos diz que:

Em 1880 avultavam consideravelmente as antiguidades aborígenes sob este influxo colhidas, *contando-se por centenas os artefatos, de pedra e por muitas dezenas os espécimens de vasos ou de fragmentos de vasos que possuía o Museu Nacional, Ocorreu-me então levar a efeito a Exposição Antropológica Brasileira,* comemorada neste volume, e como não me parecesse suficiente para tão útil certame o material existente, ainda que copioso e importante contingente lhe houvessem ministrado as escavações feitas no Vale Inferior do Amazonas pelos Srs, Ferreira Penna e O. A. Derby, empreendi visitar pessoalmente aquela região, de onde, com efeito pude trazer, graças ao auxílio que me prestou o mesmo Sr. Ferreira Penna, *as três quarta partes do que encerra hoje o Museu Nacional, na sua seção de arqueologia do Brasil.* Diante da cópia de artefato de argila e de pedra que assim foi me permitido reunir, não me pareceu lícito ficar indiferente, ou,

³³ Em pesquisa de campo no APEP e no *Center for Research Libraries Global Resources Network* não encontramos nenhum documento provincial que fizesse referência à localização desses objetos.

para servir-me de mais fiel expressão , não pude sofrer o meu entusiasmo ao contemplar as numerosas riquezas que ai se me deparavam [...] (NETTO, 1885, p. 258, grifo nosso).

Nesse fragmento do artigo de Netto sobre sua viagem à Ilha de Marajó, é pertinente fazer algumas leituras, entre as quais a de que os objetos do Vale do Amazonas que estavam em poder do MN influenciaram a realização da Exposição Antropológica Brasileira. O diretor do MN considerou ser insuficiente a quantidade de seu acervo e decidiu viajar para a Ilha de Marajó, único lugar visitado por Ladislau Netto para fazer escavações em busca de registros materiais para a Exposição Antropológica Brasileira (LOPES, 2009). Outro ponto observado é o aumento de artefatos da cultura marajoara incorporados à coleção do MN, o que leva a constatar a importância dos objetos arqueológicos para o seu coletor com a intenção de evidenciá-los no processo de construção da identidade nacional.

O trecho evidencia também a forte relação do MN, mais precisamente na pessoa de Ladislau Netto com a arqueologia, fazendo dos museus seu berço no contexto brasileiro. (WICHERS, 2010). O movimento dos registros arqueológicos da Amazônia, para o MN solidificou a imagem do MN enquanto local para objetos de representação do território nacional, transportando indicadores do passado pré-histórico para o âmbito dos museus e também como lugar de produção de conhecimento científico. Em vista disso, corrobora-se com a ideia de Trigger³⁴ (2004) de que o estudo dos artefatos serviria para desvelar às nações emergentes, apoiado em “critérios fantasiosos” o começo de sua história e o modo de vida de seus ancestrais.

Desse modo, entendemos os vestígios arqueológicos como instrumentos capazes de atender à demanda da elite intelectual em construir a identidade nacional, a partir de objetos com edificantes significados (LANGER; RANKEL, 2006). Tal como aconteceu na Europa Central e do Norte, no século XIX, a arqueologia esteve atrelada ao nacionalismo (TRIGGER, 2004). No Brasil, diante das evidências dos movimentos de artefatos arqueológicos, pode-se afirmar que a arqueologia amazônica foi fundamental para estratégias de forjar a identidade nacional e regional.

Além do material coletado no Marajó, Ladislau Netto também solicitou todo o acervo arqueológico e etnográfico do MP, negociado sob empréstimo com o então Presidente da Província, José da Gama Malcher³⁵, material que jamais foi devolvido. Malcher despachou em favor do diretor do MN, sem consultar o Conselho Administrativo do Museu (CUNHA, 1989). O despacho foi publicado no jornal “Liberal do Pará”, órgão do Partido Liberal, em

³⁴Arqueólogo canadense, especialista em teoria arqueológica, antropologia e etno-história.

³⁵ Médico e político paraense foi vice-presidente da Província do Pará e Presidente da Província por curtos períodos de tempo.

sua edição 50, do dia 3 de março de 1882, editoria Expediente do Governo, ao Diretor do MP.

Despachos (ofícios) 25 de fevereiro de 1882

Do diretor do Museu Nacional, desta data, solicitando para que lhe sejam entregues todos os objetos arqueológicos e etnográficos existentes no museu desta cidade, para figurarem na exposição Antropológica Brasileira. Ao Exmo. Sr. para atender ao requerido pelo Sr. Dr. Diretor do Museu Nacional. (EXPOSIÇÃO..., 1882, p.1).

A solicitação do acervo do MP, pelo diretor do MN, conforme documento encontrado na SEMEAR/MN, relacionando todos os 84 itens somando mais de 140 objetos arqueológicos e etnográficos que seguiram para a Exposição Antropológica. Na Relação Numérica e Descritiva, a ser detalhada no capítulo 3, dedicado à Exposição Antropológica, documento datado de 25 de fevereiro de 1882 e assinado pelo amanauense José Antonio dos Santos, observa-se que dos 11 objetos de cerâmica arqueológica funerária, somente uma é descrita como sendo Marajó: “No 1 *Urna quebrada na boca. Marajó*” as demais foram descritas como sendo da Cultura Maracá (Amapá). Na relação também estão arrolados objetos etnográficos para caça e guerra; instrumentos domésticos e musicais; adornos; brinquedo, entre outros. É importante destacar que alguns objetos estão identificados com sua origem étnica: “Nº 65 *Dois capacetes de pena (índios Mundurucus)*”; “Nº 71 *Um capacete com dez adornos de penas (índios do rio Xingu)*”.

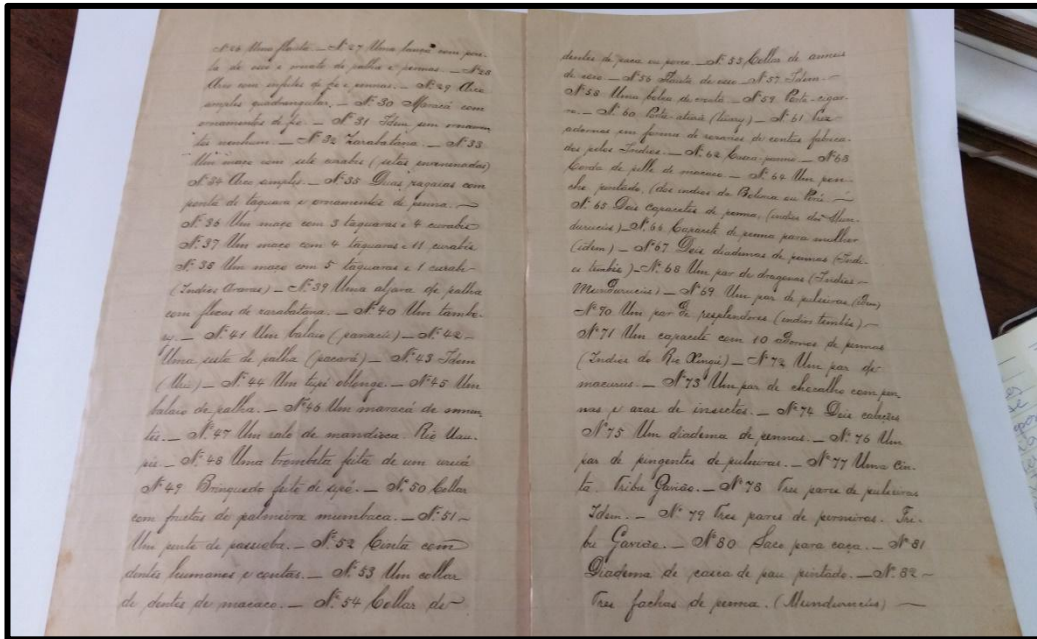


Figura 10 - Acervo arqueológico e etnográfico do Museu Paraense cedido ao Museu Nacional por ocasião da Exposição Antropológica e não devolvido.
Fonte: SEMEAR/MN (ANEXO 5)

2.3.4 – Objetos “subtraídos”

Em 26 de dezembro de 1884, dois anos após a realização da Exposição Antropológica Brasileira, é remetido, ao diretor do MN, Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assinado por Antonio Carneiro da Rocha (SEMEAR, pasta 23, documento 205), solicitando a devolução dos objetos arqueológicos e etnográficos cedidos, por empréstimo, pelo MP para a Exposição Antropológica Brasileira. Foi localizado, no SEMEAR, uma carta assinada pelo diretor do MP, Abel Augusto Cesar de Araújo e pelo Presidente da Província do Pará, João Silveira de Souza que seria uma resposta à proposta de Ladislau Netto em permutar os objetos emprestados ao MN por outras coleções mais “numerosas e cientificamente classificadas.” Aparentemente a proposta foi aceita sob algumas condições. Porém, não há registro na bibliografia pesquisada se a permuta foi efetivada. O que consta é que os objetos arqueológicos e etnográficos emprestados para o evento nunca foram devolvidos.

Os objetos arqueológicos são vestígios com grande potencial estético que servem como demonstração de que a região amazônica foi *lócus* habitacional de uma civilização adiantada, o que investe de prestígio e nobreza os grupos de interesse que deles se apropriam como signos de distinção, no caso, os museus, corporificando agências científicas de Estado.

Tais indicadores de prestígio eram reivindicados nacional e regionalmente e a disputa, apesar de velada pela posse dos objetos, manifesta a valorização desses recursos como

indicadores de originalidade regional e nacional. Porém, eles também podem ser um veículo que leva a questionar sobre a identidade reivindicada. A devolução dos objetos ao MP envolve a aspiração deste órgão pelo seu reconhecimento como uma instituição de pesquisa científica relacionada a assuntos amazônicos.

Quia... N.º 5. - Directoria do Museu da Provincia
do Pará. - Belém, 21 de Fevereiro de 1885. -
Alto. Ex. Sr. - Devolvido a V. Ex. a in-
cluz carta do Director do Museu Nacional,
Padua de Netto que me foi enviada por
intermedio do Secretario d'essa Presidencia,
cumpre-me expender a V. Ex. a minha opi-
niao a respeito da proposta do mesmo Direc-
tor de serem permitidos com productos
mais numerosos e scientificamente classifi-
cados os objectos archeologicos e ethnographicos
d'este Museu que para a Corte foram re-
mettidos afim de figurarem na Exposição
Anthropologica que ultimamente alli teve
lugar. - Como que o devolvimento d'aquelles ob-
jectos e o melhor expediente a tomar-se;
entretanto a proposta do Director Geral do
Museu Nacional tal como se acha na car-
ta dirigida a V. Ex. não deixa de ser aceita
vel sob as seguintes condiciones: - 1.ª De serem as
collecções que elle promete enviar, recolhidas
por elle em numero e valor scientifico iguaes
as das collecções ethnographicas que d'aqui
forão. - 2.ª de ficar ao Museu Paracense edi-
cinto de devolver os objectos ou specimens que

Figura 11 - Documento sobre devolução de objetos cedidos
ao Museu Nacional
Fonte: SEMEAR/MN (ANEXO 6)

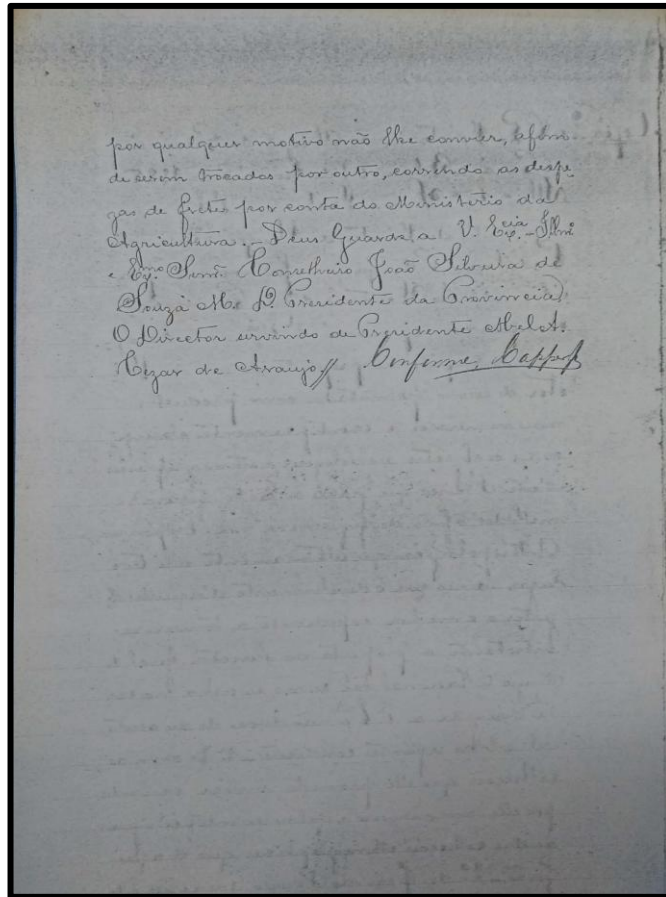


Figura 12 - Documento sobre devolução dos Objetos cedidos ao Museu Nacional (cont.)
 Fonte: SEMEAR/MN (ANEXO 6)

A não devolução dos acervos institucionais emprestados ao MN por ocasião da Exposição Antropológica ecoa até a atualidade. Ainda no século XIX, Emílio Goeldi escreve no Boletim do MP sobre o assunto dizendo que:

[...] o MN enriqueceu-se não ainda há muitos anos, às expensas incontestas do MPEG com avultado número de objetos preciosos de Marajó e de outros pontos da Amazônia, levando a diretoria, a título de empréstimo e com pretexto de dar maiores dimensões a uma tal exposição antropológica, realizada na capital brasileira, o quinhão maior do que havia aqui no Pará. Nada voltou nada foi dado em troca (GOELDI, 1894, p. 16).

Além do MP, outras instituições como o Museu Paranaense e o Instituto Arqueológico Alagoano (SANJAD,2011) que também colaboraram com suas coleções para dar maior visibilidade ao evento, não tiveram seus acervos restituídos. Assim como em outras províncias do Império que receberam a circular expedida pelo Ministério da Agricultura solicitando o envio de objetos para figurarem na Exposição Antropológica, o Museu Paranaense, o terceiro do Brasil, enviou seus objetos acompanhados de um catálogo contendo a descrição, além de *uma Memória sobre os costumes e religião dos índios*

Camés ou Coroados, que habitam esta província, escrita pelo missionário Frei Luiz de Cemetille; bem como o vocabulário das *Tribus Cayangangs, Cayguáse Chavantes, por Telemaco Moricenes Borba* (RANKEL, 2007, p.76). Após alguns anos do término da Exposição, sem ter recebido de volta suas coleções, o Museu Paranaense propôs a troca dos objetos enviados por coleções geológicas, botânicas e zoológicas (LOPES, 2009).

O não cumprimento do acordo em devolver as coleções às instituições revela a intenção de Ladislau Netto de se apropriar dos acervos no intuito de aumentar a coleção do MN e concentrar a cultura material representativa de aspectos emblemáticos da identidade nacional na instituição que se propunha a ser a guardiã do patrimônio brasileiro.

2.4 – Ferreira Penna e sua produção científica

Com a oficialização do MP em 1871 e como viajante-naturalista do MN, Ferreira Penna tem a oportunidade de realizar seis viagens à Ilha de Marajó (BERTHO, 1994) patrocinadas pelo Governo da Província e como diretor do MP; viajante do MN e em caráter particular. Tinha como objetivo realizar estudos geográficos, arqueológicos, histórico, demográfico e estatístico (CUNHA, 1989) possibilitando a produção de artigos científicos sobre as áreas visitadas. Os artigos, no total de cinco, foram publicados na Revista *Archivos*, criada por Ladislau Netto em 1876, considerado o primeiro periódico de divulgação científica dedicada à história natural do país.

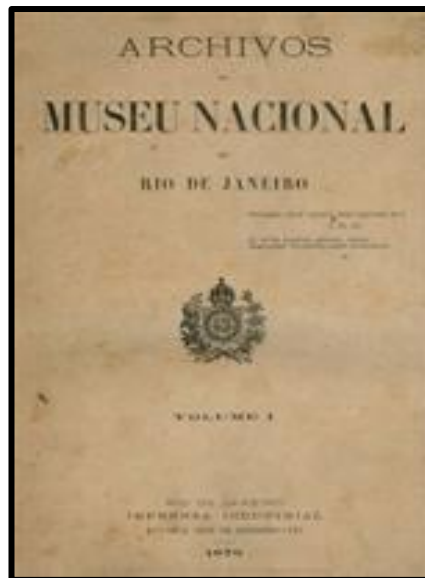


Figura 13 -Capa da Revista *Archivos*, do Museu Nacional
Fonte: Biblioteca digital do Museu Nacional

No sentido de evidenciar o perfil de “homem de ciência” de Ferreira Penna, disponibilizam-se listas e resumo de seus artigos, os quais possivelmente serviram de embasamento para a produção de conhecimento científico acerca da arqueologia

amazônica. No primeiro artigo, “Breve Notícia sobre os sambaquis do Pará” (1876), Ferreira Penna, em companhia de Orville Derby, partiu para Salinas³⁶ em busca de informações sobre os *sambaquis* lá existentes, conforme informações que lhes haviam chegado. Na introdução do artigo, o viajante naturalista dirige-se ao Diretor do MN:

Inspirado pelo notório interesse com que V.Sa. tem-se ocupado do estudo das antiguidades do Brasil e pelo desejo de satisfazer aos meus compromissos, entendi ser conveniente seguir para Salinas, povoação da costas oriental do Pará, a fim de ver os sambaquis que, segundo informações pouco exatas, existiam junto àquele lugar (PENNA, 1973, p.123).

Em outro trecho do artigo, Ferreira Penna relata sua frustração pelos resultados obtidos: “As informações inexatas que me haviam dado na Capital colocaram-me em condições tão desfavoráveis, que a minha viagem quase que não passou de uma simples visita aos sambaquis” (PENNA, 1973, p. 124). Segue fazendo uma descrição da região, apontando a localização e o estado de conservação dos *sambaquis*.

“Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará” é o título do artigo publicado em 1877 na Revista *Archivos*, na condição de correspondente e naturalista do MN, enviado a Ladislau Netto, relatando sua viagem ao rio Maracá, que banha o atual estado do Amapá e aos campos da Ilha de Marajó. No referido artigo, é possível identificar a preocupação de Ferreira Penna em encontrar um termo para denominar as localidades onde foram encontrados material cerâmico dentre os quais, urnas funerárias. O termo *ceramio* foi cunhado por Ferreira Penna por meio de analogia com a palavra empregada pelos gregos, *Ceramicus*, lugar de enterramento de corpos de soldados mortos no combate em defesa da pátria. Para Ferreira Penna (1973, p. 145), o termo deveria ser de entendimento universal por todos que faziam ciência, visando facilitar a comunicação entre os pares, denotando seu interesse pela pesquisa científica.

Ceramio, com efeito, exprime, por sua *etymologia*, um local em que abundam *artefactos* de barro, como Pacoval, Santa Izabel, Camutins, Maracá, etc., e por sua aplicação entre os Gregos, -jazigos onde repousam os ossos ou cinzas de homens *distinctos* por seus serviços. Ainda neste ultimo sentido o nome *Ceramio* é plenamente aplicável aos chamados *Aterros sepulchraes*, pois não resta duvida que as urnas mortuárias que nestes se tem encontrado, pertenciam unicamente a pessoas que, por qualquer princípio, gozavam de certas honras e distinções entre as populações indígenas (PENNA, 1973, p. 145).

Nesse artigo, dedicado aos artefatos arqueológicos encontrados na Ilha de Marajó (PA) e Maracá (AP) como resultado de suas viagens a campo, além da descrição física,

³⁶ Município localizado no nordeste do Estado do Pará, distante cerca de 220km da capital. Na atualidade é considerado local de turismo por suas praias de águas límpidas e salgada.

geográfica e histórica da Ilha de Marajó, Ferreira Penna tem a preocupação de apontar as reais condições em que se encontram os Cerâmios, descrevendo os vários sítios arqueológicos: Miracan-uera, Maracá, Santa Izabel e Pacoval. Este último é apresentado como o principal e o mais importante dos cerâmicos do Pará, denominado como uma colina baixa e artificial, formada por série de urnas e de outros vasos, separados irregularmente (PENNA, 1973). Ferreira Penna fala sobre sua primeira visita a Pacoval e sua descoberta ao retirar a vegetação que cobria a parte superior do cerâmio e deparou-se com urnas de acabamento grosseiro e um achado de objeto inusitado para a área pesquisada:

[...] sem muita demora, começaram a aparecer vários círculos que nada menos eram do que bocas de urnas ali soterradas e sem cobertas ou tampos. Eram todas de barro grosso, escuro e sem outros ornatos além de alguns traços quase extintos de tinta branca, e de forma angulares. Estavam quebradas e cheias de terra, de seus próprios fragmentos e dos de alguns pequenos vasos que originalmente foram encerrados. Numa destas apareceu um cachimbo pequeno que, não obstante ser muito grosseiro, não deixa de ter interesse por ser o único que tenho achado nos cerâmicos do Pará (PENNA, 1973, p. 52).

Ao dar continuidade ao trabalho de escavação, constatou que as camadas inferiores continham fragmentos de artefatos cerâmicos mais elaborados em sua decoração, conforme sua descrição: “[...] mostraram duas urnas, uma pintada de amarelo e vermelho em campo acinzentado e outra com alguns relevos e pinturas de cor azul e encarnada” (PENNA, 1973, p. 53). Em seguida, faz alusão a “[...] urna grande e belamente pintada com relevos na parte superior e inferior.” Lamenta não ter encontrado objetos inteiros, mas declara que seus achados foram importantes, pois foi possível encontrar fragmentos, “[...] exemplares notáveis pelos ornatos e pela escolha do material neles empregado” (PENNA, 1973, p. 53). É possível sugerir que, para Ferreira Penna, encontrar objetos inteiros seria importante para comprovar a existência de uma civilização mais adiantada em solo brasileiro, por isso sua decepção ao defrontar-se com fragmentos.

Com essa observação feita em campo, Ferreira Penna chega à conclusão de que as diferentes camadas estratigráficas encontradas poderiam revelar fases de uma civilização decrescente, ou seja, nas camadas inferiores estaria material cerâmico confeccionado por civilizações mais adiantadas que teriam sido obrigadas a retroceder para um estado de civilização menos evoluída:

Houve em Marajó um povo que, chegado a um importante grau de civilização, achou-se inopinadamente em circunstâncias tão difíceis, que não só foi constringido a parar no caminho do progresso, mas a retroceder gradual e talvez rapidamente até recair nos domínios da barbária (PENNA, 1973, p. 53).

Ainda nesse artigo, Ferreira Penna faz uma descrição sobre vasos cerâmicos encontrados em Pacoval. À luz desta pesquisa, faz-se alusão apenas às urnas marajoara (Figura 14) encontradas no Pacoval.

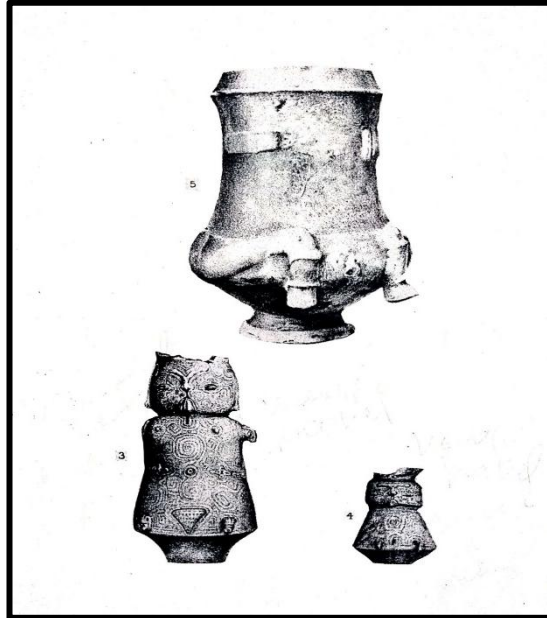


Figura 14 - Estampa com vasos descritos por Ferreira Penna (1973)
Fonte: Penna, 1973

O Naturalista faz uma descrição sobre o material empregado na confecção dos artefatos, local onde encontrou algumas “particularidades” (PENNA, 1973, p. 145). Sobre a urna cinco (Figura14), Penna fala que é a imagem de uma mulher:

[...] cujo corpo inteiro parece velado ou coberto por um vestido, profusamente ornamentado com ligeiros relevos que o artista realçou com tinta rósea ou quase vermelha que em alguns pontos ainda se distingue. Falta-lhe a tampa e tem na boca algumas fraturas. As suas dimensões são estas: altura: 0,65; Diâmetro de boca: 0,19m; Diâmetro de base: 0,16 m; Espessura: 0,01 m (PENNA, 1973, p. 161).

Penna acrescenta que a urna tem duas faces e foi enviada por ele para o MN juntamente com outros artefatos. A urna quatro (Figura 14) é descrita também como sendo de uma figura feminina, duas faces, porém ressalta que em termos de decoração é inferior à urna três. Esta, segundo Penna, teria seguido para o Museu de Maceió.

Em “Observações sobre as duas urnas descritas e figuradas pelo Sr. Barbosa Rodrigues, em seu artigo Antiquidades do Amazonas”, publicado em 1877, Ferreira Penna faz uma correção da descrição das urnas 3 e 4 feitas por Barbosa Rodrigues publicada na Revista “Ensaio de Ciência”, que circulava na Corte, sobre as cores encontradas nas urnas, sobre o sexo da urna 4 descrito por Barbosa Rodrigues como masculino mas sim feminino conforme as evidências encontradas por Penna. Segundo Penna (1973), Barbosa

Rodrigues fez a análise do material com base em fotografia o que o levou a indução de erros por não ser possível verificar os detalhes do objeto como a omissão de detalhes e dimensões erradas das urnas. Nesse item, é possível identificar uma observação criteriosa do objeto, fundamental para a descrição de seus usos e de sua composição, item indispensável, caso contrário o entendimento sobre o objeto ficaria comprometido. A preocupação de Ferreira Penna com a retificação das informações de Barbosa Rodrigues revela seu compromisso com a precisão das informações científicas coletadas em campo.

Além de considerações desse tipo, o interesse de Ferreira Penna pelos assuntos científicos abrange a área da linguística ao publicar seu artigo sob o título “Algumas palavras da língua dos *Aruãs*”, em 1881, na Revista *Archivos*. Nesse trabalho, produz um vocabulário de aproximadamente 200 palavras fornecidas pelo último falante da Tribo do *Aruãs*, Ilha de Marajó, com seus significados em português e a pronúncia. Pode-se inferir que esse artigo seria uma tentativa de encontrar indícios sobre a origem dos habitantes da Ilha de Marajó para melhor compreender a complexa simbologia e técnica marajoara expressa em argila nas mais variadas formas, grafismos e cores associando-a a formação da cultura local naquele período.

Em seu artigo sobre “Índios do Marajó”, Penna faz uma descrição histórica dos primeiros habitantes da Ilha de Marajó após a conquista portuguesa. Nesse trabalho, escrito a pedido de Charles Hartt que teve em Penna um importante colaborador, haja vista sua participação em duas expedições científicas, descreve as populações:

As tribos principais que, naqueles tempos da conquista e colonização habitavam a ilha eram: os *Aruãs*, ao N. e a E., os *Mapuás*, *Anajás*, *Guajarás*, etc., ao S. e a O. Disseminados pelo centro e por vários pontos da costa S. e E. havia os *Mamaianás*, *Sacarás*, *Jurunas*, *Muanás*, etc. (PENNA, 1973, p. 239).

É importante ressaltar que não cabe, neste trabalho, aprofundar as questões relacionadas à arqueologia e etnografia reportadas por Ferreira Penna como resultado de seu trabalho de campo e do processo de deslocamentos de artefatos marajoara, mas, independentemente de suas crenças científicas e seu método de trabalho, talvez mais descritivo do que propriamente científico, porém sistemático, foram importantes para a ciência brasileira, pois deixaram uma trilha de informações a ser ou não comprovadas sob à luz do conhecimento científico pelas gerações vindouras e consolidação do primeiro Museu de História Natural da região amazônica.

A Revista *Archivos* contava com a participação de membros correspondentes nacionais, entre eles Ferreira Penna e internacional, Charles Hartt, numa demonstração de

que o MN estava sintonizado com a comunidade científica internacional, possibilitando a permuta bibliográfica para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos (LANGER, 2000).

Segundo Langer (2000), a quantidade de artigos sobre a cultura material indígena foi reduzida, porém extremamente importante. A difusão do conhecimento por meio da revista permitiu a troca de informação sobre os estudos empreendidos no sentido de identificar o passado pré-histórico para modelar fundamentos identitários para a nacionalidade.

No decorrer da pesquisa, foi possível identificar que a contribuição de Ferreira Penna ao conhecimento científico se dá no âmbito do MN e como funcionário do Governo da Província. Nesse sentido, Nelson Sanjad (2010) argumenta que: “A obra científica de Ferreira Penna não deve ser vinculada ao MP, como fizeram equivocadamente muitos memorialistas, historiadores, antropólogos e arqueólogos [...]” (SANJAD, 2010, p. 120). Porém, seu trabalho é reconhecido como pioneiro na arqueologia da região amazônica. Como naturalista do MN, havia fundamento para que esta instituição considerasse legítimo se apropriar de objetos por ele coletados. Mas não deixa de ser igualmente justificável o registro das solicitações de “devolução”. Juntamente com Ferreira Penna, Charles Hartt e Ladislau Netto foram os responsáveis pelas principais pesquisas realizadas sobre a cultura marajoara no século XIX (LANGER, 2002).

2.5 – Objetos como documentos

Vasos, urnas funerárias, tangas, tigelas, pratos e estatuetas antropomorfas foram os vários tipos de artefatos marajoara coletados e deslocados de seu contexto original para inserção em contexto artificial representados pelo MP e MN. A partir de então, tais objetos foram musealizados, ou seja, a eles foram atribuídos novos valores e funções para atender o objetivo dos respectivos museus, em ser referência para responder questões da ciência sobre a origem do homem americano por meio de elementos da natureza e da cultura material de povos não mais existentes. Nesse sentido, em se tratando de instituições de produção de conhecimento científico, apropria-se o conceito de Loureiro em seu artigo sobre musealização em museus de ciência, é “[...] conjunto de ações caracterizadas pela ação/separação/deslocamentos do contexto original e privação das funções de uso de alguns objetos, que passariam a desempenhar a função de documentos” (LOUREIRO, 2007, p.6).

Logo, os Museus Paraense e Nacional abrigaram vestígios da cultura marajoara e os transformaram por meio de atribuição de significados e valores em documentos capazes de relacionar a cultura marajoara com uma antiga e adiantada civilização como forma de

valorizar o passado para ensejar a construção da identidade nacional, baseada em “grandes civilizações europeias” (LIMA, 2007, p.12).

A partir dos vestígios arqueológicos marajoara depositados nos Museus, foram produzidas teorias sobre a procedência, descrição dos objetos e sua relação com o grau de civilização do povo detentor dessa cultura, as quais foram publicadas na Revista *Archivos do Museu Nacional*, concebida por Ladislau Netto para divulgar a produção científica do mesmo. Assim, o artefato documento serviu de suporte para a produção de outro documento.

Partindo do princípio de que são impregnados de códigos, os objetos devem ser analisados como instrumentos de interação entre os indivíduos, exercendo, portanto, função de mediadores na sociedade. Sob essa perspectiva, destaca-se a importância da cultura material, definida por Meneses (1984):

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais (MENESES, 1984, p.112).

As escavações realizadas para encontrar os artefatos indígenas marajoara também revelaram as diversas camadas da história do povo responsável pela fabricação desses objetos. Cada objeto encontrado teria a sua própria história, utilidade, contexto em que foi usado, quem os utilizava, notando que objeto e sujeito são indissociáveis, conferindo-lhes atributos de prova e testemunho, porém sujeitos às várias interpretações.

Em todo o processo de deslocamento, foi possível identificar que a mobilidade dos objetos também pode ser interpretada como veículo libertador do significado proposto em cada local, em cada museu, podendo tais objetos ser interpretados de acordo com a experiência do observador “[...] num esvaziamento total do valor de uso, contrabalançado por uma ascensão do valor de troca (vide o caso do objeto ‘histórico’, ‘antiguidade’) se perfaz e institucionaliza na coleção, no museu” (MENESES, 1984, p.107), ou seja, a cultura material adquire *status* de fonte histórica, atribuído pelos pesquisadores (FUNARI *apud* PINSKY, 2010).

A assertiva acima pode ser comprovada por meio da análise de documentos com base científica, levando a crer que a importância dos estudos desses vestígios pode ser exemplificada no artigo de Ferreira Penna, atuante como naturalista do MN e publicador de suas impressões no segundo volume da Revista *Archivos do Museu Nacional*, em 1877 sob o título *Cerâmios do Pará*, no qual entre outros, o naturalista aponta três camadas estratigráficas distintas onde foram encontrados o material cerâmico.

2.6 – Um achado especial –as fichas de Alícia

Em trabalho de prospecção no MN, em busca de material para a pesquisa, foi encontrado, na Reserva Técnica da Arqueologia, documento do trabalho de pesquisa da arqueóloga Alicia Duran Coirolo, do Museu Goeldi, de 1986, sobre levantamento dos objetos Marajoara no MN. Não se sabe ao certo o objetivo do levantamento, porém está abrigada na Biblioteca do MPEG sua tese intitulada “*Les Groupes Ceramistes de L’île de Marajo (Norddu Bresil) de L’Epoque Prehistoriqueà nos Jours*”³⁷, de 1990, defendida na Universidade de Paris I – Sorbonne, supõe-se que os documentos encontrados no MN estavam relacionados com o trabalho acadêmico de Alícia Coirolo.

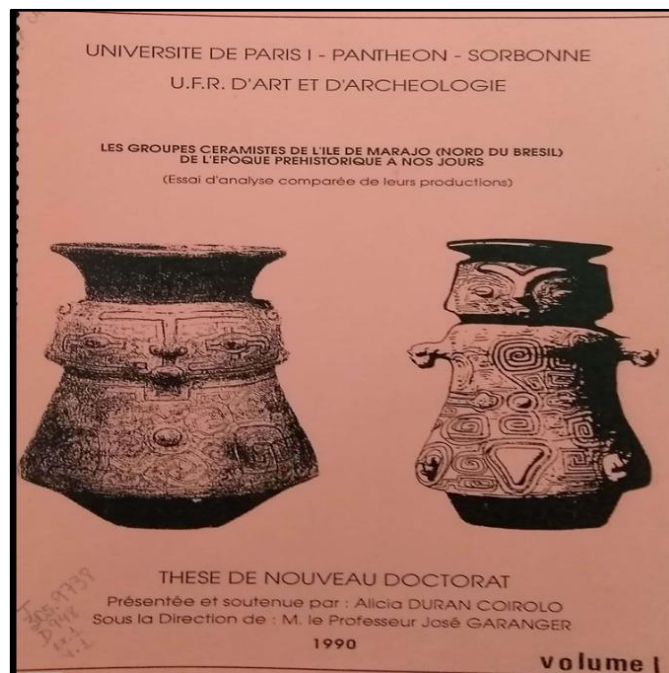


Figura 15- Tese de Alicia sobre a cerâmica marajoara
Fonte: Biblioteca do MPEG

No documento constam fichas descritivas (ANEXO 7) elencando 19 itens que auxiliam a descrição do objeto e seu estado de conservação e foto de cada item pesquisado: 1) Coleção; 2) Data; 3) Local; 4) Número da peça; 5) Fase; 6) Tipo; 7) Forma (7.1 base e diâmetro); 8) Perfil; 9) Borda (9.1 Diâmetro de boca); 10) Corpo (10.1 Diâmetro máximo); 11) Parede (11.1 Espessura); 12) Lábio; 13) Alça; 14) Apêndices; 15) Tratamento de superfície (15.1 Face interna; 15.2 Face externa); 16) Cor; 17) Queima; 18) Decoração; 19) Observações. A pesquisadora menciona que foram encontrados 205 objetos de cerâmica marajoara no acervo do MN, sendo que oito são descritos como coletados por Ferreira Penna.

³⁷ Nesse trabalho Alícia Coirolo faz uma análise das características dos grupos ceramistas habitantes da Ilha de Marajó da época pré-histórica e das réplicas dos ceramistas da atualidade.

- 1) *Urna funerária (cilíndrica);*
- 2) *Estatueta antropomorfa;*
- 3) *Urna funerária (semi esférica/cilíndrica);*
- 4) *Tigela carenada;*
- 5) *Tanga triangular;*
- 6) *Cilíndrica (cônica truncada?);*
- 7) *Vaso miniatura cônico;*
- 8) *Urna funerária sub-globular*

Porém, segundo o sistema de catalogação da Reserva Técnica de Arqueologia do MN somente um artefato marajoara estaria catalogado como coletado por Ferreira Penna, que seria o da foto abaixo.

Museu Nacional - UFRJ
Departamento de Antropologia - DISCIPLINA DE ARQUEOLOGIA

Ficha de Catalogação

RG: 9311

Objeto: Vaso Antropomorfo

Coleção: Amazônia

Procedência geográfica: Ilha de Marajó, Brasil

Atribuição cultural: Marajoara

Classificação:

Material: Cerâmica

Técnica:

Mat. / técnica:

Imagem: 9311

Referência cronológica: pré-histórico histórico

Período:

Data absoluta: 0

Intervalo cronológico: 0 - 0

Altura: 7,6 cm

Largura: 0 cm

Comprimento: 0 cm

Diâmetro: 9,7 cm

Profundidade: 0 cm

Espessura: 0 cm

Figura 16 - Documento de Registro da Reserva Técnica do Museu Nacional
Fonte: Reprodução

O número de registro (RG 9311) coincide com as informações das fichas de Alícia que catalogou oito objetos como da Coleção de Ferreira Penna, de acordo com pesquisa documental realizada no Setor de Memória e Arquivo do MN (*Registros de Avisos e Ofícios Recebidos – RA 6) D 6, fls. 123 v, 183v e 191v, RA 7 D7, fs. 28v, 29, 60v, 61, 93 v, 146v e 188v e RA 8 D 8, fs. 30v, 34v, 70, 72, 105, 116v e 117*). Diante das fontes citadas por Alícia, pesquisa de campo pode-se constatar que não somente um objeto cerâmico foi enviado ao MN por Ferreira Penna tal qual sugere a anotação no Livro *“Lançamento de Objetos encontrados no Museu Nacional”* período 06/1/1876 a 26/12/1892 do MN: *3 vasos de barro indígenas, 2 pedras de moes, um de quartzo, outra de granito* (SEMEAR). Outro registro que pode comprovar o envio de artefatos cerâmicos: *Officio comunicando que pelo naturalista Ferreira Penna foi remetido um caixote com artefactos indígenas*, datado de 5 de maio de

1875 e assinado por Ladislau Netto, diretor do MN e remetido ao Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José da Costa Pereira Júnior:

Tenho a honra de comunicar a V.S. que pelo naturalista viajante do Museu Domingos Soares Ferreira Penna que tão importantes serviços há já prestado a este estabelecimento foi-me remetido um caixão contendo numeroso artefactos de argila dos primitivos habitantes do Valle do Amazonas a primeira habitação das tribus que *povoarã*o depois o Brasil inteiro (SEMEAR, 1882. ANEXO 3).

Houve a tentativa de entrar em contato com a pesquisadora, já aposentada do MP que morava em Montevideo para coletar mais detalhes sobre sua pesquisa, mas a mesma estava enferma e em seguida foi a óbito. O objeto abaixo (ANEXO 8 e 9) é mencionado na ficha de identificação como pertencente à Coleção Ferreira Penna e, de forma quase imperceptível, há uma anotação feita à mão de que o objeto esteve presente na Exposição Universal de Chicago (1893).



Figura 17-Urna funerária identificada por Coiroló como coletada por Ferreira Penna e que esteve na Exposição Universal de Chicago

Foto: Lillian Bayma/Acervo Museu Nacional



Figura 18- Estatueta Antropomorfa identificada por Alicia Coirolo como coletada por Ferreira Penna
Foto: Lilian Bayma/Acervo Museu Nacional

Por meio dos fragmentos da pesquisa de Alícia Coirolo e desta no Setor de Memória e Arquivo do MN (Semear) constata-se que existem divergências entre os documentos encontrados e os registros feitos na Reserva Técnica de Arqueologia sobre os objetos. A ficha catalográfica da Reserva Técnica não tem um campo destinado ao nome do coletor. A museóloga do MN Fátima Nascimento, em sua tese “A formação da coleção da indústria humana no MN, século XIX” nos dá um esclarecimento sobre tal fato:

No livro de registro geral vemos uma impressionante falta de dados quanto aos colecionadores, no que se refere ao material do século XIX. Livro básico para a pesquisa do acervo no século XIX. Apresenta lacunas quanto ao contexto de coleta, mesmo em caso onde a documentação existe no Arquivo Geral da Instituição foram efetuadas pesquisas remontando o acervo. Como colecionadores encontramos nomes que muitas vezes se referem às pessoas que ganharam peças e reconduziram ao museu, e muitas destas são coleções com titulares de nobreza (NASCIMENTO, 2009, p. 54)

Logo entende-se que, no decorrer do tempo, é necessário refazer o caminho dos objetos do século XIX para, talvez, encontrar novas histórias que acompanhem os objetos em toda a sua trajetória.

2.6.1 – Do subsolo para os museus

É possível observar que o MN tornou-se o guardião de objetos retirados do solo brasileiro. Este deslocamento pode levar à perda da história dos objetos, prejudicando o conhecimento sobre as origens de uma cultura, mesmo que tenham sido produzidos por

uma civilização extinta, mas também pode ser entendido como forma de ampliar o acesso aos bens culturais e sua preservação em ambientes museais.

A história a ser contada sobre o objeto será a partir de relações produzidas entre pessoas e objetos (LOUREIRO, 2018) dando-lhes novos significados. Nesse caso, os artefatos de cerâmica marajoara passaram por dois deslocamentos: do seu contexto arqueológico e de sua região para servirem de prova do passado da nação e construir a identidade nacional no contexto de um evento considerado de alta relevância para o conhecimento científico brasileiro produzido no século XIX, num ambiente museal, a Exposição Antropológica Brasileira, de 1882.

Os vestígios arqueológicos marajoara seriam vistos como referenciais civilizatórios (LANGER; RANKEL, 2006). Esse entendimento sobre a cerâmica do Marajó está relacionado à sua técnica altamente elaborada, produzindo coisas esteticamente sofisticadas atribuindo alto grau de desenvolvimento desses povos. Ao serem deslocados para os museus, foram descontextualizados e se transformaram em semióforo, sem valor de uso, mas foi-lhes conferido o *status* de documento importante ao suporte de legitimação em discursos expositivos.

Como produtores do conhecimento científico, os museus se utilizaram dos objetos encontrados no solo permitindo formular teorias sobre as origens e como viviam os povos extintos por meio de sua “escrita” sob forma de símbolos, desenhos, formas e cores impressas em barro.

CAPÍTULO 3

A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA

3 – A MOSTRA CIENTÍFICA BRASILEIRA

Senhor, este é o certame mais nacional que as ciências e as letras poderiam, congratuladas, imaginar e realizar no fito de soerguer o Império do Brasil ao nível da intelectualidade universal, na máxima altura a que pode ela atingir além do atlântico e nas extremas luminosas do norte do continente americano (EXPOSIÇÃO..., 1882, p. 2).

Acima, parte do discurso proferido por Ladislau Netto, diretor do MN e mentor do evento, durante a abertura da Exposição Antropológica Brasileira, em 29 de julho de 1882, no MN, Rio de Janeiro. Considerado um dos mais importantes eventos do Brasil oitocentista, a Exposição Antropológica Brasileira abriu as portas do conhecimento científico produzido em território nacional para dar a conhecer as práticas científicas da instituição para a população e para a comunidade científica nacional e internacional. Em outras palavras, o discurso de Netto dá a dimensão exata da importância da exposição para o seu idealizador e sua intenção de apresentar o conhecimento científico para além-mar, colocando o país em condições de igualdade com o universo intelectual científico de outros países. Mostras semelhantes às do Rio estavam em voga em outros países da América Latina, Europa e Estados Unidos (MARCOLIN, 2010).

Inspirada na Exposição Antropológica de Paris de 1878 e idealizada desde 1879 por Ladislau Netto, a exposição apresentou objetos das províncias brasileiras como elementos constituintes da identidade nacional, o que pode ser corroborado pela fala de Langer e Rankel sobre a Exposição Antropológica: “Raça, progresso e civilização foram a tônica das exposições museológicas da segunda metade do século XIX, reforçando a construção da nacionalidade na formação do Segundo Império”(LANGER; RANKEL, 2006, p.1).

A mostra, encerrada em 29 de outubro do mesmo ano, teve como intenção apresentar os vestígios arqueológicos como representantes de uma sociedade pretérita, desenvolvida com referência do Brasil a um passado nobre e uma tentativa de elevá-lo ao patamar das nações mais importantes da Europa (LANGER; RANKEL, 2006) e afirmação política da construção da nacionalidade brasileira. Portanto, urgia abrir as coleções ao público, pois, conforme Chagas e Santos, “[...] os museus nacionais que foram criados no Brasil, como nas demais nações americanas, foram tentativas de legitimação desses novos estados nacionais tanto interna quanto externamente” (CHAGAS; SANTOS, *apud* ABREU; CHAGAS; SANTOS, 2007, p.14).

Andermann (2004) aponta outros motivos para que o MN colocasse em evidência o patrimônio nacional, entre eles o evento deveria fazer frente às exposições nacionais e estaduais, tidas como rivais, pois nesses eventos era selecionado o material a ser levado para as exposições universais. Outro motivo apontando e não menos importante, é que o evento se destinava à celebração popular da ciência, ou seja, as coleções seriam apresentadas como testemunhos do conhecimento científico elaborado por Netto e seus colaboradores.

No trecho final de seu discurso, Netto fala da importância de divulgar os *documentos* do passado enfatizando a questão da nacionalidade brasileira, isto é, a construção da identidade nacional a partir dos objetos de antropológicos e arqueológicos expostos.

Pois bem, Senhor, faça o governo de Vossa Majestade que não em mente, mas de fato se tornem conhecidos, examinados e vulgarizados estes caracteres de pura raça brasileira e estes documentos da ante-manhã da história nacional e que seja o dia de hoje duplamente festivo para os brasileiros, a garantia dos nossos votos e das nossas esperanças. (EXPOSIÇÃO..., 1882, p. 2).

Na foto a seguir, tem-se a representação em forma de diorama, recurso expográfico, do que foi dito por Netto em seu discurso de abertura da Exposição, apresentando de forma cênica aos visitantes o cotidiano indígena.

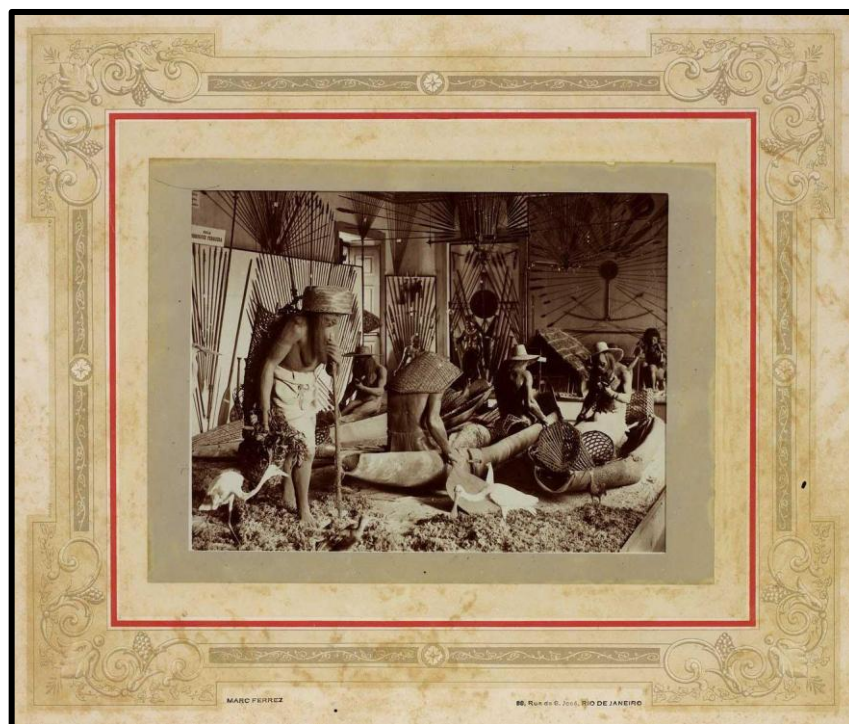


Figura 19 - Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena, 1843-1923. Acervo digital da Biblioteca Nacional
Fonte: Ferrez, 1882

Na imagem acima, é possível identificar objetos que faziam parte da vida indígena tais como flechas, arpões, objetos usados para pescar, remos, entre outros. Não há um texto escrito identificando a etnia a qual fazia parte à representação, unificando as etnias ainda remanescentes. Ao mesmo tempo em que fazia uma distinção entre a cultura do tempo pretérito, como os registros materiais encontrados em solo brasileiro, considerados os mais adiantados e os índios remanescentes, representados por esse diorama. Sendo assim, a exposição toma o índio como genérico. Além de não se importar com a identificação da etnia específica anulando-a, a generalização é uma forma de abstrair e exotizar os sujeitos reais da história que formariam uma nacionalidade plural, não homogênea, como parece almejar este projeto nacionalista.

No alto da imagem, à esquerda, colada à parede aparece uma etiqueta branca uma legenda. Essa foto proporcionou o encontro do que diz Benedict Anderson sobre a origem e difusão do nacionalismo, ao descrever as nações como comunidades imaginadas. Ao “emoldurar” aspectos da vida indígena, os idealizadores da exposição fazem um recorte de acordo com os interesses institucionais e pessoais no sentido de apresentar uma comunidade “imaginada” que, segundo Anderson:

É imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações, jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria, de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2015, p.32).

De posse de tais informações, é possível pensar em até que ponto foi assim compreendida pelo público que a visitou. Houve alguma identificação? Ou o ambiente foi visto como um lugar “exótico?” Questionamentos que não poderão ser respondidos e que se relacionam com o impacto da exposição sobre o público receptor pela falta de dados qualitativos.

3.1 –A ciência e a origem do homem

A Exposição Antropológica Brasileira acontece em meio às questões da ciência relacionadas à origem e evolução do homem na América, alvo de discussões entre os adeptos das teorias da evolução e do difusionismo, no século XIX. Para tanto, as coleções de etnografia, arqueologia e antropologia do MN poderiam elucidar questões sobre a migração ou sobre a formação de populações autônomas de povoamento no continente, ou seja, os objetos teriam a função de recuar no passado para entender o presente e resguardar o futuro. Nesse sentido, a exposição foi elaborada a partir de objetos “[...] que, retirados dos contextos eram reclassificados com a função de servir como indicadores dos estágios de evolução pelos quais supostamente passaria a humanidade como um todo.”

(GONÇALVES, 2007, p.16). Eles foram organizados de acordo com suas semelhanças e formaram uma coleção (BAUDRILLARD, 2002). Abrigada no MN, a coleção arqueológica do Marajó participa da Exposição Antropológica, como uma das representantes da história nacional.

Nesse sentido, o MN trazia para si o papel de guardião de vestígios da memória da nação e dava “voz” aos objetos que, já abstraídos de suas funções originais, assumiam o discurso dos indivíduos de acordo com interesses políticos de construção da identidade. Sendo assim, “[...] os museus nacionais deveriam, pois, cumprir dupla função de guardiões da memória nacional e de difusores de protótipos de Estado e de Nação que precisavam ser construídos” (ABREU *apud* MAGALHÃES, 2011, p.76). Ainda sobre o conceito de MN, cabe destacar aqui também o texto de L’Estoile que trata da questão do “museu nacional dos outros” ao fazer uma análise do atual *Musée Du Quai Branly*, em Paris. Para ele, os museus nacionais, com relação as identidades coletivas podem ser divididos, principalmente os museus de antropologia e de história, em duas categorias: os “museus de si” e os “museus dos outros.” Os primeiros exibem objetos de uma “comunidade” municipal, provincial, regional ou nacional, constituindo um “Nós” (L’ESTOILE *apud* MAGALHÃES; BEZERRA, 2011, p. 33). O autor se refere ao próprio MN do Rio de Janeiro:

Este museu [...] foi concebido como um microcosmo da nação, resumindo num quadro racional sua diversidade tanto natural quanto cultural, ao mesmo tempo em que o próprio fato de possuir um museu demonstrava o pertencimento do Brasil à “civilização.” Os grupos indígenas presentes no território brasileiro foram incluídos neste dispositivo, representando uma forma de alteridade interna e incorporando a herança indígena à nação. Em outras palavras, o Museu Nacional integrava o leque e tecnologias de nacionalização dos outros conforme o paradigma assimilacionista então vigente (L’ESTOILE *apud* MAGALHÃES; BEZERRA, 2011, p.35-36).

É válido, portanto, afirmar que o MN do Rio de Janeiro pode oscilar nas duas categorias: “museu de si”, quando tem sob sua guarda objetos de seu território e “museu do outro” ao exibir esses materiais ao público para responder as questões “quem somos nós”.

Sob a vertente de museus, ciências e estado-nacional, Bustamante (2012) nos faz refletir sobre os objetivos dos museus nacionais:

Instituciones entendidas como centros de conservación y estudio, pero también como lugares de educación de la ciudadanía, con unas prácticas y un discurso expositivo que necesariamente responden a condicionamientos y fines políticos (y no solo científicos). Se trata de los grandes lugares de la memoria, allí donde el discurso expositivo intenta expresar cómo una sociedad quiere ser vista y cómo ve o quiere ver a las demás, em el presente y em supassado (BUSTAMANTE, 2012, p.18).

Dessa forma, a construção da identidade nacional seria retratada a partir de elementos da cultura material, selecionados e expostos de acordo com os interesses dos agentes promotores do evento e primordialmente da política constituindo uma narrativa sobre a nação. A exposição foi organizada pelo botânico e diretor Ladislau Netto, o qual nutria especial interesse por objetos arqueológicos e etnográficos (LOPES, 2009), com apoio do Ministro da Agricultura Pedro Souza. Até 1870, o MN possuía cerca de 360 objetos etnográficos e arqueológicos (AGOSTINHO *apud* ENCONTRO..., 2017), quantidade insuficiente para representar o nacional como um todo e gerar conhecimento científico sobre os primeiros habitantes da América. Portanto, por meio da imprensa e de avisos ministeriais, Netto fez apelo à população e províncias em prol das doações de objetos para dar prosseguimento às pesquisas no MN enriquecendo significativamente suas coleções. Sobre a solicitação à população de envio de objetos, por meio da imprensa, encontramos uma nota publicada no Jornal O Liberal do Pará, nas edições 97, 98 e 99, dos dias 3, 4 e 5 de maio de 1882:

Exposição Antropológica Brasileira. As pessoas que desejarem concorrer à exposição antropológica brasileira cuja abertura ficou adiada para 29 de julho de próximo vindouro, são convidadas a remeter à secretaria da presidência os objetos destinados à mesma exposição, a fim de poderem ser encaminhadas com a necessária antecedência (OFFICIOS, 1882, p.1).

Neste sentido, percebe-se o interesse em envolver a população no processo de elaboração da Exposição, fazendo com que os doadores, de certa forma contribuíssem com o projeto expográfico. Foram identificados, inclusive, doadores de artefatos marajoara, na sala Hartt.

Com o aumento do acervo e, conseqüentemente, da produção científica, Netto, dedica-se a organizar a Exposição Antropológica Brasileira, para divulgar as pesquisas científicas produzidas no âmbito do MN, já que eram considerados instituições de “difusão de conhecimento civilizatório” (CONSIDERA, 2015). A mostra apresentou cerca de 800 objetos entre vasos de cerâmica, material lítico, flechas, pinturas, livros, moldes, crânios e esqueletos indígenas, provenientes de doações de acervos particulares e de escavações³⁸ realizadas para este fim (MUSEU NACIONAL, 1882). Isto é, os acervos até então reunidos e classificados e guardados no Museu saem dos armários e gavetas para um novo ambiente, e passam a ocupar as salas de exposição, onde são interpretados pelo olhar do visitante.

A exposição também contou com a participação de indígenas não pertencentes ao Grupo Tupi, chamados de “*Botocudos*”, integrantes do grupo *Macro-Jê*, ou seja, não Tupi, deslocados do Espírito Santo e Minas Gerais para o Rio de Janeiro, os quais foram exibidos

³⁸Viagem de Ladislau Netto à ilha de Marajó em fevereiro de 1882 juntamente com Ferreira Penna para coletar objetos da cultura marajoara.

para o público, como representantes de uma cultura atrasada, de acordo com os ideais evolucionistas.

Os objetos foram organizados por área de conhecimento – antropologia, etnografia e arqueologia. Por meio dessa conformação expográfica, houve uma preferência pela área de ciências humanas, cujo tema seria os estudos sobre a origem do homem americano, predominante naquele momento no mundo da ciência nacional com seu maior expoente o MN. Apesar de ser um Museu de História Natural, os assuntos relacionados com a botânica e zoologia não estiveram presentes na exposição, bem como a exposição não teve conotação comercial, diferentemente das universais, foi essencialmente de divulgação científica e construção da identidade nacional.

Segundo Andermann (2004), a Exposição Antropológica apresentava as províncias brasileiras por meio de objetos de cultura material com representação de habitações indígenas, quadros de paisagens pintados à mão. Os registros materiais selecionados foram distribuídos em oito salas com nomes de cientistas e naturalistas que produziram registros para a história e ciência: Vaz de Caminha – 40 itens de etnografia; na sala Rodrigues Ferreira estiveram 113 objetos etnográficos; Lery, - 39 objetos arqueológicos; Hartt,- 207 artefatos arqueológicos; Lund – 115 objetos antropológicos; Martius – 29 registros materiais de etnografia e arqueologia; Gabriel Soares – 170 vestígios de etnografia e arqueologia e Anchieta com 67 objetos etnográficos (MUSEU NACIONAL, 1882).

A exposição ficou em cartaz durante três meses, recebendo um número expressivo de público, cerca de 100 mil visitantes. Os jornais da época divulgavam o sucesso de público do evento: “A Exposição Antropológica continuava a ser visitada por grande número de pessoas” (OFFICIOS, 1882, p.1). Evento de grande repercussão considerado a pioneiro de seu gênero em todo o mundo pela imprensa e autoridades locais (LOPES, 2009).

3.2 – A participação do Museu Paraense

Na Exposição Antropológica estava todo o material escavado por Ladislau Netto e Ferreira Penna na Ilha de Marajó, em fevereiro de 1882, e da coleta de material etnográfico feita junto aos povos indígenas que viviam próximo à Belém quatro meses antes da abertura do evento. Também foi levado todo o acervo etnográfico e arqueológico do MP negociado a título de empréstimo entre Ladislau Netto e o Presidente da Província, Dr. José da Gama Malcher, mesmo sob protesto de Barão de Marajó, à época diretor do MP (SANJAD, 2010). Com já citado no capítulo 2, apesar da solicitação de devolução por parte do Presidente da Província, João Silveira de Souza, os objetos cedidos nunca foram restituídos ao MP conforme estipulava o termo de devolução assinado por Ladislau Netto (CUNHA, 1965). Posteriormente o acervo do MP foi incorporado ao acervo do MN.

Após o encerramento da mostra, Ferreira Penna já de volta à direção do MP, em relatório enviado ao Barão de Maracajú (1831-1909), então presidente da Província, sobre situação em que se encontrava o MP, Ferreira Penna ressalta a precária condição das coleções etnográfica e arqueológica, informando que a arqueológica já não mais existia e a etnográfica era constituída apenas de duplicatas. Sanjad (2010) acrescenta que Ferreira Penna não menciona o empréstimo feito ao MN, talvez por ainda ocupar o cargo de viajante naturalista daquela instituição. As informações que disponíveis reiteram esta inferência, no entanto, cabe examinar os motivos da reivindicação que os objetos voltassem à região de origem.

No documento “Relação Numérica e Descritiva³⁹”, encontrado no SEMEAR/MN, que acompanhou o material, são descritos pouco mais 140 objetos, listados a seguir.

Nº 1 - Urna quebrada na boca. Marajó.

Nº 2- Urna tubular quebrada nos braços e pernas. Maracá

Nº 3- Urna em forma de Jaboti, quebrada, sem cabeça e tampa. Maracá

Nº 4- Urna simples.

Nº 5- Cabeça de uma urna. Maracá

Nº 6- Idem. Idem

Nº 7- Idem. Idem

Nº 8 – Idem. Idem

Nº 9- Idem. Idem

Nº 10- Idem. Idem

Nº 11- Idem. Idem

Nº 12- Gaçabinha com gravuras

Nº 13- Banco inteiriço de madeira

Nº 14- Idem. Idem

Nº 15- Um guarda flecha pintado

Nº 16- Tacape pequeno

Nº 17- Um cacete de matar peixe

Nº 18- Um cacete grande (tacagema). Instrumento de guerra

Nº 19- Idem com trança de palha.

Nº 20- Tacape dom ornatos de fios de algodão

Nº 21- Tacape ornato de fio de palha pintado de preto

Nº 22- Remo grande (jacumaúba) servindo de leme.

Nº 23- Cacete. Instrumento de guerra

Nº 24- Um cacete com ornato de palha

³⁹ Cópia do documento pesquisado no SEMEAR.

- Nº 25- *Um boré. Instrumento de música*
- Nº 26- *Uma flauta.*
- Nº 27- *Uma lança com ponta de osso e ornato de palha e penas*
- Nº 28- *Arco com enfeites de fio e penas*
- Nº 29- *Arco simples quadrangular*
- Nº 30- *Maracá com ornamentos de fio*
- Nº 31- *Idem sem ornamento nenhum*
- Nº 32- *Zarabatana*
- Nº 33- *Um maço com sete curabis (setas envenenadas)*
- Nº 34- *Arco simples*
- Nº 35- *Duas zagaías com pontas de taquara e ornamentos de pena*
- Nº 36- *Um maço com 3 taquaras e 4 curabis*
- Nº 37- *Um maço com 5 taquaras e 1 curabi (Índios Arara)*
- Nº 39- *Uma aljara de palha com flechas de zarabatana*
- Nº 40- *Um tambory*
- Nº 41- *Um balaio (panacu)*
- Nº 42- *Uma cesta de palha (pacará)*
- Nº 43- *Idem (Uru)*
- Nº 44- *Um tupé oblongo*
- Nº 45- *Um balaio de palha*
- Nº 46- *Um maracá de sementes*
- Nº 47- *Um ralo de mandioca. Rio Uaupés*
- Nº 48- *Uma trombeta feita de um uruá*
- Nº 49- *Brinquedo feito de cipó*
- Nº 50- *Colar com furtas de palmeira mumbaca*
- Nº 51- *Um pente de passioba*
- Nº 52- *Cinta com dentes humanos e contas*
- Nº 53- *Um colar de dentes de macaco*
- Nº 54- *Colar de dentes de paca ou porco*
- Nº 55- *Colar de anéis de coco*
- Nº 56- *Flauta de osso*
- Nº 57- *Idem*
- Nº 58- *Uma bolsa de croata*
- Nº 59- *Porta-cigarro*
- Nº 60- *Porta-aturá (tuary)*
- Nº 61- *Três adornos em foram de rosários de contas fabricadas pelos índios*
- Nº 62- *Caspano*

- Nº 63- *Corda de pele de macaco*
- Nº 64- *Um ponche pintado (dos índios da Bolívia ou Peru)*
- Nº 65- *Dois capacetes de pena (índios Mundurucus)*
- Nº 66- *Capacete de pena para mulher (idem)*
- Nº 67- *Dois diademas de penas (índios Tembés)*
- Nº 68- *Um par de dragonas (índios Mundurucus)*
- Nº 69- *Um par de pulseiras (idem)*
- Nº 70- *Um par de resplendores (índios Tembés)*
- Nº 71- *Um capacete com dez adornos de penas (índios do rio Xingu)*
- Nº 72- *Um par de macurus*
- Nº 73- *Um par de chocalhos com pena e asas de insetos*
- Nº 74- *Dois cabeções*
- Nº 75- *Um diadema de penas*
- Nº 76- *Um par de pingentes de pulseiras*
- Nº 77- *Uma cinta. Tribo Gavião*
- Nº 78- *Três pares de pulseiras. Idem*
- Nº 79- *Três pares de perneiras. Tribo Gavião*
- Nº 80- *Saco para caça*
- Nº 81- *Diadema de casaca de pau pintado*
- Nº 82- *Três flechas de penas (Mundurucus)*
- Nº 83- *Três diademas de penas*
- Nº 84- *Uma panelinha com veneno (Urary)*

Nesses objetos estariam inscritos a identidade regional que deveria ser “anexada” ao conjunto de elementos de outras localidades do país para dar subsídios à construção da identidade nacional. Pode-se perceber que o conjunto de objetos é constituído de itens que representavam o passado nacional e o elemento indígena ainda remanescente, isto é, a Exposição Antropológica em seu discurso expositivo oscilava entre o passado e presente e os Museus Paraense e Nacional como instrumentos políticos para a construção da identidade da nação. Também é possível observar a relação assimétrica entre o MN e a Província do Pará, mesmo sem o aval da instância superior, o Conselho Administrativo do MP, o Governador da Província, José da Gama Malcher, libera o envio de todo o acervo da instituição, prevalecendo à solicitação do diretor do MN. Porém, também se observa o pronto atendimento da solicitação por parte de Gama Malcher como uma oportunidade de representar a Província em um evento científico de tamanha importância como demonstração de interesse no desenvolvimento da ciência.

Segundo esse documento, apenas um objeto está descrito como marajoara, sendo assim, pode-se inferir que a maior parte dos artefatos arqueológicos marajoara expostos na Exposição foi proveniente da escavação feita por Ladislau Netto e Ferreira Penna em fevereiro de 1882, objetos enviados anteriormente por Ferreira Penna, como viajante do MN, de doações e permutas. O material cedido ao MN, cerâmicas Marajoara e Maracá, bem como os objetos etnográficos presentes na Exposição, demonstram a existência de uma rede de cooperação entre o MN e os governos provinciais e a supremacia de Ladislau Netto, que seguia o *modus operandi* dos museus estrangeiros. Os deslocamentos dos objetos da cultura material, além de agregar valor ao acervo do MN oportunizaram o reconhecimento dos mesmos como bens culturais e para o processo de formação do patrimônio cultural brasileiro, porém, em contrapartida, deixaram uma lacuna no acervo do MP e para a região.

E assim, todo o acervo do MP foi deslocado para o Rio de Janeiro para constituir grande parte da Exposição Antropológica, principalmente a relacionada à arqueologia.

3.2.1 – Do regional para o Nacional

Após viajar de seu lugar de origem, Marajó, e do Museu Paraense para o MN, os objetos arqueológicos marajoara foram selecionados, classificados, descritos e conservados para fazerem parte de uma coleção e posteriormente expostos ao olhar do outro, isto é, passaram pelo processo de musealização, aqui entendida de acordo com a definição de Loureiro (2007) no âmbito dos Museus de Ciência que diz que a “[...] Musealização representa um marco histórico na trajetória do objeto, cuja existência precede seu ingresso em uma coleção museológica (LOUREIRO, 2007, p.2).” Nesse percurso, os objetos foram transformados em semióforos, ou seja, foram descontextualizados e perderam seu valor de uso (POMIAN *apud* ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1984). Ao participarem da Exposição Antropológica, os artefatos marajoara empreenderam novas viagens sob o olhar do visitante que lhes atribuiu as mais diversas interpretações de acordo com suas vivências e modo de ver o mundo. Esses documentos materiais seriam o veículo de acesso ao passado e o Museu seria a ponte para adentrar nesse mundo, pois “[...] o que se procura no objeto é o contato que ele teve com um passado que só podemos conhecer pelos vestígios que este objeto traz” (CONSIDERA, 2015, p. 33).

Novos sentidos também foram atribuídos aos objetos ao serem descritos no Guia da Exposição Antropológica, distribuído ao público em visita à Exposição. Esse documento é importante para executar uma análise sob o ponto de vista do conteúdo exposto e sua configuração na exposição. O Guia segue a configuração da exposição, dividido pelos nomes das salas, onde estava exposto o material. Os nomes dos expositores estão ao lado dos objetos e em seguida a procedência. Porém em alguns casos, não estão identificados

os expositores e nem mesmo a procedência. Não há fotos ou ilustração que identifique os objetos e sim um número que julga-se ser correspondente ao do objeto. Oito instituições representantes das regiões Norte, Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil, participaram do certame: MP, Museu Paranaense, Liceu do Ceará, Biblioteca Nacional, Instituto Arqueológico de Pernambuco, Instituto Onze de Agosto do Maranhão, Museu Alagoano e MN. Observa-se que, além do MN, das oito participantes, três instituições eram denominadas Museu: Paraense, Paranaense e Alagoano.

No século XIX o conceito de exposição era totalmente diferente do entendimento atual⁴⁰, instituído na segunda metade do século XX, com a criação do ICOM. No caso dessa mostra, há dois tipos de narrativas: a primeira exaltava o passado do índio histórico, matriz da nacionalidade (ANDERMANN, 2004) pertencente a um tempo pretérito, por meio da estética e exuberância dos seus objetos; a segunda, por grupos indígenas do presente, vistos como selvagens por meio da representação do seu modo de vida. Sendo assim, os curadores da exposição usaram como critério a dicotomia entre os povos indígenas considerados “desenvolvidos” e os “atrasados” culturalmente para estabelecer uma relação de passado e presente com intenção de construir a identidade por meio da passagem pela diferença (ANDERMANN, 2004). Essa narrativa, ancorada em conhecimento científico baseado em evidências e vestígios materiais, portanto, de “verdade inquestionável”, foi fundamental para o sucesso de público da Exposição. 100 mil visitantes, colocando o público em contato com os objetos.

Desse modo, evidencia-se o tratamento dado aos objetos da cerâmica marajoara que fizeram parte do circuito expositivo como documentos que possibilitavam ao visitante as mais variadas interpretações. Para tanto, os instrumentos aqui presentes são o Guia da Exposição, no tocante aos objetos arqueológicos marajoara que apresentavam as informações extrínsecas e as fotografias para identificar a disposição e suportes utilizados para comunicar os resultados das pesquisas realizadas no MN, ancorando-se na simbologia indígena, para forjar uma identidade nacional.

Logo, o público visitante poderia estabelecer contato com os objetos originais do patrimônio nacional que contribuíram na formação de conceitos e de percepções individuais acerca da relação entre passado, presente e futuro, na medida em que essas ações visavam à construção de uma nação civilizada, mesmo sob concepções museográficas permeadas por perspectivas teóricas aceitas naquele momento histórico (evolucionismo e

⁴⁰ Segundo o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museu, “O termo exposição significa tanto o resultado da ação de expor, quanto o conjunto daquilo que é exposto e o lugar onde se expõe” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2004, p. 42).

difusionismo) que, no âmbito dos Museus, tentavam qualificar o grau de civilidade dos grupos em exposição.

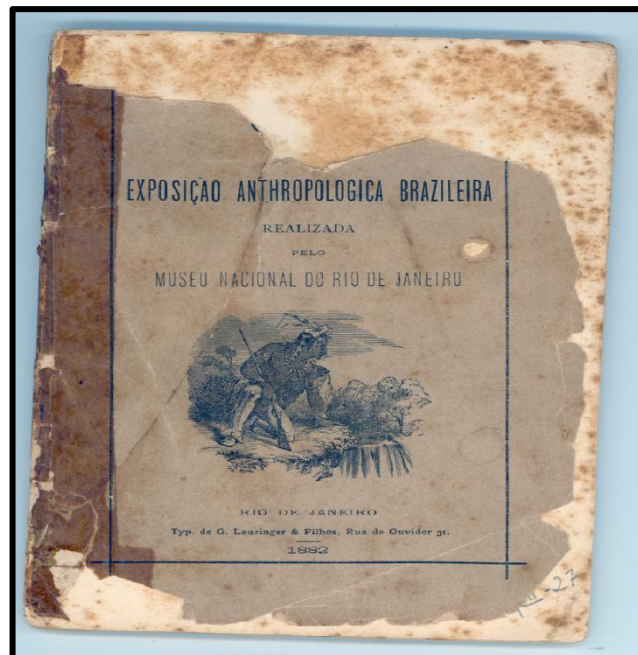


Figura 20 - Publicação com informações sobre os objetos em exposição
Fonte: SEMEAR, 1882

O Guia da Exposição Antropológica (ANEXO 10) estampa, em sua capa, a ilustração de um índio em seu *habitat* assumindo a intenção de exaltar a figura indígena como ancorando e alimentando a identidade nacional e revela, também, a preocupação por parte dos idealizadores do evento com a identidade visual. A publicação apresenta, de modo resumido, os objetos que constituíram a Exposição Antropológica, sua procedência e os nomes de expositores ao lado dos objetos de acordo com as salas do circuito expositivo. Duas áreas foram dedicadas à Etnografia : a primeira denominada Vaz de Caminha e a segunda, Rodrigues Ferreira. Arqueologia e Etnografia também foram os temas da sala Martius, assim como a sala Gabriel Soares; Etnografia e obras relativas à língua portuguesa estiveram presentes na sala Anchieta. A Arqueologia ocupava dois outros salões: sala Lery que apresentava conteúdo relacionado à arqueologia do Amazonas e sambaquis do Sul e a sala Hartt exibiu exclusivamente produtos cerâmicos antigos, principalmente os exumados da Ilha de Marajó por Ferreira Penna, Ladislau Netto, Derby e Hartt.

Esses dois ambientes, por apresentarem a cerâmica marajoara, objeto da pesquisa, serão detalhados por meio dos quadros sobre os objetos expostos para se entender a importância desses objetos como parte de um evento que se qualificou como o maior acontecimento de divulgação científica e sua importância para a construção da identidade

nacional. Os quadros três e quatro apresentados a seguir, mostram a forma como foram descritos os objetos no Guia da Exposição Antropológica.

Nº ⁴¹ e descrição do Objeto	Expositor	Proveniência
2) Fragmentos de vasos lisos	MN	Ilha do Pacoval (Marajó)
9) Fragmentos de vasos esculpidos	MN	Ilha do Pacoval (Marajó)
10) Fragmentos de vasos pintados e esculpidos	MN	Camutins (Marajó)
12) Fragmentos de vasos pintados	MN	Ilha do Pacoval (Marajó)
24) Fragmentos de forma indeterminada	MN	Camutins (Marajó)
30) Ornatos antropomorfos	MN	Ilha do Pacoval (Marajó)
31) Ornatos Antropomorfos	MN	Camutins (Marajó)
33) Ornatos zoomorfos	MN	Ilha do Pacoval (Marajó)
34) Ornatos zoomorfos	MN	Camutins (Marajó)

Quadro3 - Objetos exibidos na sala Lery – Apresentava 39 tópicos da Amazônia (Pará e Amazonas), sendo que nove foram exumados da Ilha de Marajó, todos pertencentes ao Museu Nacional conforme a descrição no Guia

Fonte: Guia da Exposição Antropológica Brasileira, 1882

O texto de abertura da página dedicada aos objetos da sala Hartt leva a inferir que, nesse ambiente, estiveram os objetos coletados na viagem realizada por Ladislau Netto, Ferreira Penna e Derby em fevereiro de 1882, à Ilha de Marajó. O quadro quatro abaixo mostra a tipologia do objeto, seu tutor e a proveniência de acordo com o que está posto no Guia da Exposição, Ressaltando-se que em muitos objetos não estão identificadas a sua proveniência, portanto, representados pela sigla SI (sem identificação).

Esta sala exclusivamente ocupada por produtos cerâmicos antigos, encerram as *coleções ultimamente organizadas* pelos Srs. Dr. Ladislau Netto, Derby, engenheiro Gonçalves Tocantins e especialmente pelo digno correspondente do Museu Nacional Domingos Soares Ferreira Penna, além de alguns vasos exumados pelo dr. José da Cunha Paranaçuá, e de outros expostos pelos Museus Paraense e Paranaense e Instituto Histórico Arqueológico Alagoano (MUSEU NACIONAL, 1882, p. 25, grifo nosso).

⁴¹ A numeração ao lado dos objetos está de acordo com o Guia. A mesma não obedece uma sequência relacionada aos vestígios marajoara, ou seja, os objetos estavam misturados com de outras localidades.

Nº⁴² e descrição dos objetos	Expositor	Proveniência
1) Igaçaba contendo ossos	MN	SI
2)Urna funerária antropomorfa	MP	Ilha de Marajó
4)) Vaso esculpido e pintado	MN	SI
5)Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
6)Vaso pintado	MN	SI
7)Vaso esculpido antropomorfo	MN	SI
8) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
10)Vaso pintado exumado	MN	Ilha ⁴³ de Pacoval, do lago Arary, dentro da Ilha de Marajó
11)Urna funerária antropomorfa extraída de uma caverna	MN	Ilha de Marajó
12)Vaso pintado	MN	Ilha de Marajó
13)Vaso antropomorfo pintado e esculpido	MN	SI
14)Vaso esculpido	MN	Colina denominada Ilha dos Bichos dentro da Ilha de Marajó
15)Vaso esculpido e pintado	MN	SI
16)Vaso pintado	MN	SI
17)Vaso esculpido e pintado	MN	SI
18) Vaso liso	MN	SI
19)Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
20)Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
21) Vaso pintado e esculpido	MN	Ilha de Marajó
22)Vaso esculpido	MN	SI
23)Vaso pintado e esculpido	MN	SI
30) Vaso liso	MN	SI
32)Tampa de urna funerária	MN	Ilha de Marajó
33)Tampa de urna funerária	MP	SI

Continua...

⁴² De acordo com a numeração do Guia da Exposição.

⁴³ "Em Marajó dá-se este nome de Ilha a qualquer grupo de árvores, que aparece no meio dos campos pela semelhança que tem com as ilhas propriamente ditas. O Pacoval está nesse caso." (PENNA, 1973, p. 147). Pacoval é o nome do cerâmio, tido como principal e o mais importante dos cerâmios do Pará (PENNA, 1973, p. 148).

Nº⁴⁴ e descrição dos objetos	Expositor	Proveniência
34)Tampa de urna funerária	MP	SI
35)Tampa de urna funerária	MP	SI
36)Tampa de urna funerária	MP	SI
37)Tampa de urna funerária	MN	SI
38)Tampa de urna funerária	MP	SI
39)Tampa de urna funerária	MP	SI
42) Vaso liso	MN	SI
44) Vaso liso	MN	Prov. do Pará
46)Parte superior de um vaso	MN	Ilha de Marajó
47) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
48)Vaso pintado e esculpido	MN	SI
50) Vaso liso	MN	SI
51) Vaso liso	MN	SI
55) Vaso esculpido	MN	SI
57) Vaso pintado e esculpido	MN	SI
58) Vaso esculpido	MN	SI
59)Vaso pintado	MN	Ilha de Marajó
60) Vaso pintado	MN	Ilha de Marajó
61)Boca de vaso esculpido	MN	SI
63) Boca de vaso esculpido	MN	SI
64)Vaso liso encontrado pela Comissão Geológica de Hartt	MN	SI
65) Vaso liso	MN	SI
66) Vaso esculpido	MN	SI
68) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
70) Vaso pintado	MN	Ilha de Marajó

Continua...

⁴⁴ De acordo com a numeração do Guia da Exposição.

Nº⁴⁵ e descrição dos objetos	Expositor	Proveniência
71) Vaso liso	MN	SI
72) Vaso pintado	MN	SI
73) Vaso esculpido	MN	SI
75) Vaso esculpido antropomorfo	MN	Ilha de Marajó
76) Vaso pintado	MN	SI
77) Vaso pintado e esculpido antropomorfo	MN	SI
78) Vaso esculpido e pintado	MN	Ilha de Marajó
79) Fragmento de vaso esculpido	MN	SI
80) Vaso esculpido zoomorfomo	MN	SI
81) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
82) Vaso pintado e esculpido	MN	Ilha de Marajó
83) Vaso pintado e esculpido destinado a guardar tintas	MN	SI
84) Vaso esculpido e pintado	MN	SI
85) Vaso liso	MN	SI
88) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
89) Vaso pintado e esculpido	MN	Ilha de Marajó
90) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
91) Vaso esculpido zoomorfo	MN	Ilha de Marajó
92) Vaso liso	MN	SI
93) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
94) Vaso esculpido e pintado	MN	SI
95) Vaso pintado e esculpido antropomorfo	MN	Ilha de Marajó
96) Igaçaba	Inst. Arqueológico Alagoano	Ilha do Pacoval (Ilha do Marajó)
97) Vaso pintado e esculpido	MN	Ilha do Marajó
98) Vaso liso	MN	SI

Continua...

⁴⁵ De acordo com a numeração do Guia da Exposição.

Nº⁴⁶ e descrição dos objetos	Expositor	Proveniência
99) Vaso liso	MN	Ilha de Marajó
100) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
101) Fragmento de vaso esculpido	MN	SI
102) Vaso esculpido	MP	SI
103) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
104) Vaso esculpido	MN	Camutins (Ilha de Marajó)
105) Vaso pintado	MN	Ilha do Pacoval
106) Vaso pintado e esculpido antropomorfo	MN	SI
107) Vaso liso	MN	SI
108) Vaso funerário zoomorfo	MN	SI
109) Vaso liso	MN	SI
110) Vaso liso	MN	SI
111) Vaso esculpido antropomorfo	MN	SI
112) Fragmento de vaso pintado antropomorfo	MN	SI
113) Fragmento de Vaso antropomorfo	MN	SI
114) Vaso pintado	MN	Ilha de Marajó
115) Vaso pintado	MN	SI
116) Vaso pintado e esculpido	MN	SI
118) Parte superior de um vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
119) Vaso pintado	MN	Ilha de Marajó
120) Vaso esculpido e pintado	MN	Ilha de Marajó
121) Vaso esculpido antropomorfo	MN	Ilha de Marajó
124) Parte inferior de um vaso esculpido	MN	SI
127) Vaso liso	MN	SI
128) Vaso pintado	MN	SI

Continua...

⁴⁶ De acordo com a numeração do Guia da Exposição.

Nº⁴⁷ e descrição dos objetos	Expositor	Proveniência
Fragmento de uma tampa de Igaçaba	MN	Prov. do Pará
132) Vaso pintado	MN	SI
133) Fragmento de vaso liso	MN	Prov. do Pará
137) Vaso esculpido exumado	MN	Ilha de Marajó
138) Tampa de Igaçaba	MN	SI
139) Vaso liso	MN	SI
141) Vaso esculpido	MN	Ilha de Marajó
142) Vaso esculpido e pintado	MN	SI
143) Vaso esculpido	MN	SI
144) Parte superior lateral de vaso pintado	MN	SI
148) Vaso esculpido e pintado	MN	Ilha de Marajó
150) Igaçaba antropomorfa exumada	Inst. Arqueológico Alagoano	Ilha de Pacoval (Marajó)
151) Igaçaba zoomorfa	MN	SI
152) Urna funerária zoomorfa	MN	SI
153) Parte lateral e base de vaso liso	MN	Prov. do Pará
154) Parte inferior de Igaçaba	MN	SI
155) Vaso pintado encontrado pelo Dr. Ladislau Netto	MN	Ilha do Pacoval, lago Arary
159) Parte superior inclusive boca de vaso esculpido antropomorfo	MN	SI
160) Vaso esculpido	MN	SI
161) Parte inferior de um vaso pintado	MN	SI
162) Igaçaba pintada	MN	SI
166) Vaso liso	MP	Ilha de Marajó
168) Vaso liso	MN	SI
169) Parte inferior da Igaçaba	MN	SI
177) Vaso pintado de forma retangular	MN	SI

⁴⁷ De acordo com a numeração do Guia da Exposição.

Nº⁴⁸ e descrição dos objetos	Expositor	Proveniência
178) Parte inferior de vaso pintado	MN	Ilha do Pacoval
179) Vaso pintado	MN	Ilha do Pacoval
180) Gargalo de vaso	MN	Ilha do Pacoval
181) Fragmento de vaso	MN	Ilha do Pacoval
182) Base de vaso pintado e esculpido	MN	SI
183) Vaso pintado e esculpido antropomorfo	MN	Ilha do Pacoval
186) Base e parte lateral de um pequeno vaso	MN	Camutins (Marajó)
187) Fragmento de vaso pintado e esculpido	MN	SI
188) Base de vaso pintado e esculpido	MN	Ilha do Pacoval
190) Fragmento de vaso pintado	MN	Ilha do Pacoval
192) Vaso liso	MN	SI
193) Base de vaso pintado	MN	SI
194) Gargalo e boca de vaso esculpido	MN	SI
195) Base de vaso de forma oval	MN	Camutins (Marajó)
199) Fragmentos pertencentes a vaso esculpido	MN	Ilha do Pacoval
200) Vaso esculpido	MN	Camutins (Marajó)
201) Vaso esculpido grosseiramente	MN	SI
202) Cabeça de ídolos	MN	Ilha do Pacoval
203) Fragmentos de ídolos	MN	Ilha do Pacoval
204) Ídolos e fragmentos de ídolos	MN	Ilha do Pacoval
206) Ídolos e fragmentos de ídolos	MN	Ilha do Pacoval

Quadro 4 - Sala Hartt- Vestígios arqueológicos marajoara em exibição
 Fonte: Guia da Exposição Antropológica Brasileira. 1882.

Ao selecionar os objetos de cerâmica marajoara oriundos de outras localidades, nos quadros acima, foi possível identificar que, na sala Lery, de um universo de 39 itens, nove estavam identificados como sendo da Ilha de Marajó. Já na sala Hartt, uma quantidade

⁴⁸ De acordo com a numeração do Guia da Exposição.

superior foi detectada: de um total de 207 tópicos, 135 pertenciam ao universo marajoara, ou seja, aproximadamente 70 por cento estavam associadas à arqueologia da Ilha de Marajó. A ausência de identificação do lugar de proveniência de alguns objetos e até mesmo de uma descrição mais significativa, como por exemplo, a etnia a que pertenciam, pode ser justificada pela exiguidade do tempo, menos de quatro meses, para classificar e preparar as descobertas feitas por Ladislau Netto para serem expostas no evento.

Quanto à tipologia dos objetos, houve um predomínio de utensílios domésticos como os vasos que:

[...] são objetos cerâmicos com elaborada decoração que costumavam ser usados em funerais e em ritos de passagem pela sociedade marajoara. Pratos, tigelas e vasos têm seu uso associado ao preparo dos alimentos, e servi-los durante cerimônias. A grande quantidade desses objetos encontrada em sítios arqueológicos, sugere que as festas congregavam um grande número de pessoas, possivelmente oriundas de outros lugares (AMORIM, 2010, p. 63).

O gráfico a seguir é uma síntese do que foi exposto da cultura marajoara para destacar o grau de importância dos objetos marajoara, aos quais foram incorporados discursos políticos para a construção da identidade nacional, considerando que o objeto agrega informações constituídas pelos processos museológicos por meio do modo como é apropriado pela instituição museal. Nesse caso, a quantidade elevada e a diversidade de material arqueológico marajoara exposto na sala Hartt não só revela a importância dada pelo idealizador da exposição à cultura marajoara, mas também o quanto já havia sido deslocado da Amazônia para o MN. Bem como, apresentaria à academia os esforços empreendidos no sentido de reunir o maior número de cerâmica do Marajó no MN para igualá-lo aos Museus da Universidade de Cornell e o Peabody Museum, para onde Hartt e seus alunos enviavam os objetos encontrados no Brasil (SANJAD, 2010).

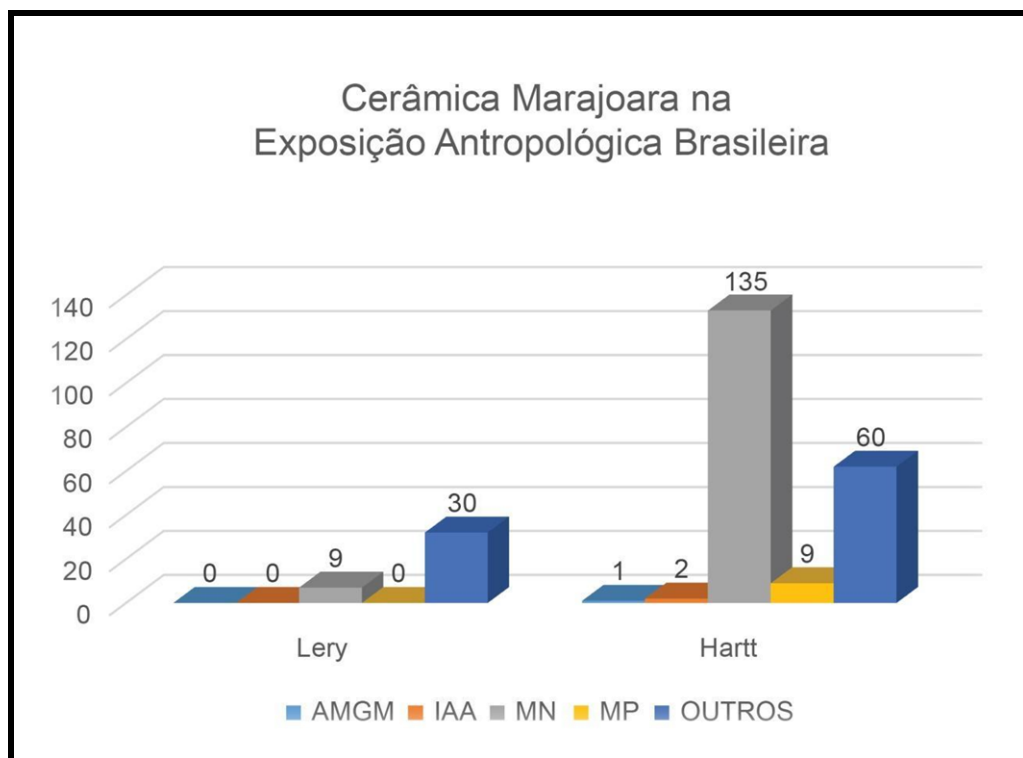


Gráfico1 - Demonstrativo sobre a participação dos objetos marajoara na Exposição Antropológica de 1882
Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados revelam que a quantidade expressiva de artefatos marajoara, presente na exposição, representava o capital científico do MN como guardião de utensílios de barro manufaturados por povos que demonstravam elevado grau de inteligência a ser aproveitado pela nação como instrumentos de construção da identidade nacional, considerando que os objetos Marajoara passaram por um processo de ressignificação, daquilo que Pomian (*apud* ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1984) chamou de semióforos perdendo seu valor de uso e desempenhando função de conectores a um mundo invisível em ambiente de exposição. Neste sentido, apresenta-se a fala de Andermann (2004) sobre os objetos expostos na Exposição Antropológica: “Objetos feridos que, amputados da sua utilidade apontam apenas para a sua ausência, um luto pela perda de sentido precisamente ao serem reduzidos à pura significação” (ANDERMANN, 2004, p. 154).

3.2.2 - De volta ao passado

Os artefatos marajoara expostos foram transformados em objetos, impregnados de discursos ideológicos para atender as demandas da elite intelectual envolvida no processo de elaboração dos princípios da identidade cultural do país. Era necessário encontrar fatores de coesão nacional, com base em evidências como as encontradas nos vestígios arqueológico marajoara, enobrecendo o passado. Para tanto, seria necessário fazer uma

viagem ao remoto para revolver e descobrir objetos que pudessem, enobrecendo-o, ser edificantes para a identidade nacional.

Ladislau via na arqueologia marajoara a possibilidade de dar complexidade à formação social do país, recuando para tempos pré-coloniais a origem da nacionalidade brasileira – enobrecida, em parte, com uma “legítima civilização” (SANJAD, 2011, p.157).

Em continuidade à análise da Exposição Antropológica, além do Guia da Exposição, os registros fotográficos foram importantes documentos para analisar os critérios de disposição dos objetos. Em um dos registros fotográficos de Marc Ferrez, fotógrafo oficial da Exposição, o único que aparece objetos marajoara, foi possível identificar uma foto onde aparecem tangas marajoara. Observa-se que os objetos foram agrupados em um painel e fixados numa parede juntamente com material lítico e de madeira. Na parte frontal e superior, podem ser vistas centralizadas no painel juntamente com fragmentos cerâmicos. Na lateral estão agrupados objetos de madeira e na outra lateral frontal material lítico. Na maioria dos objetos é possível observar etiquetas brancas, talvez para identificar o número de tombo do artefato. Uma etiqueta maior é vista no centro do painel com informações.

Todos os objetos do MP expostos na mostra eram autênticos, isto é, poderiam ser vistos como representantes da realidade, já que “[...] a realidade não possa ser transportada em sua integridade para os Museus, estes podem conferir visibilidade a realidades naturalmente invisíveis (eventos, fenômenos, conceitos científicos) que podem ser “documentadas” ou “narradas” através de fragmentos, imagens e modelos” (LOUREIRO, 2007, p. 2). Ou seja, os objetos deram confiabilidade à narrativa da exposição em função de seu potencial de testemunho, levando a diversas leituras por parte dos visitantes.



Figura 22 - [Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena]. Biblioteca Nacional
Fonte: Ferrez, 1882

A disposição dos objetos obedece às demandas da própria exposição, ou seja, os artefatos estão posicionados hierarquicamente, dando maior visibilidade aos objetos inteiros, esteticamente mais “bonitos” e “exóticos” (no caso das tangas) e que supostamente seriam mais representativos da cultura que se queria impor para serem apropriados pelos visitantes e assimilar o discurso expositivo calcado na construção da identidade nacional. Nesse sentido, Hernández (2010), ordena as museografias em Exógenas e Endógenas: as Exógenas exigem que os visitantes tenham um conhecimento prévio sobre os temas a serem abordados e a extroversão dos objetos obedece a uma ordem pré-estabelecida, enquanto as Endógenas:

A disposição dos objetos obedece às demandas da própria exposição: a cenografia do conjunto é criada a partir das mensagens que se quer transmitir, bem como da recepção e apropriação dos objetos pelos visitantes sem necessidade de detenção de códigos nem de conhecimento prévios para a compreensão e recepção do discurso expositivo (HERNÁNDEZ, 2010, p. 23).

Portanto, diante do que já foi apontado sobre os objetos da cultura marajoara revelado na Exposição Antropológica, pode-se afirmar que se enquadra museograficamente no grupo das exposições Endógenas definida por Hernández. Quanto à sua narrativa, é impossível responder sobre a relação dialógica entre os objetos e o público visitante, pois só se dispõe de dados quantitativos. Sabe-se, contudo, que a exposição foi sucesso de público. Segundo as notícias publicadas em jornais da época, multidões acorreram os salões do Museu Nacional para ver a exposição:

A multidão que ontem visitou a exposição antropológica, foi imensa, tendo o Sr. Diretor do Museu, sido obrigado a mandar suspender algumas vezes e por alguns minutos a entrada da onda do povo, para o qual não havia capacidade suficiente nos salões da exposição. O povo, parecendo compreender o valor científico dos objetos expostos e a importância de uma festa de que não se podia ter ideia meses antes, mostrou-se respeitoso e digno, lendo-se lhe no rosto a impressão profunda de satisfação, ao contemplar inumeráveis artefatos de que nunca tiveram notícia (EXPOSIÇÃO..., 1882, p. 2).

A Exposição Antropológica Brasileira teve uma concepção museológica inovadora para os padrões da época, pois o público poderia vivenciar aspectos da vida indígena em um cenário a partir dos objetos etnográficos e arqueológicos capazes de atender a narrativa em sua museografia definida por aqueles que a idealizaram. Entretanto, não significa que o discurso pretendido tenha sido assimilado pelo público. A ausência de dispositivos como textos escritos, acumulação de objetos de tipologias distintas e a falta de identificação e seleção por etnias, grande quantidade de objetos disposta em um mesmo ambiente pode ter

conduzido o visitante a apenas admirá-la por seu caráter inovador e sua cenografia, sem reflexão crítica de conteúdo.

Respeitando os diferentes contextos sociais, políticos e econômicos, culturais e históricos mostra-se a foto de uma vitrine da exposição visitada durante pesquisa de campo no MN em 2016 para fazer um contraponto com a museografia do século XIX. Possui itens somente da cultura marajoara, devidamente identificados com etiquetas. Objetos da mesma cultura, mas de tipologias diferentes ocupam o mesmo espaço separados por divisórias internas, com textos explicativos. Além do texto escrito, há a ilustração de um corpo feminino que acompanha as tangas no sentido de explicar o uso daquele objeto.



Figura 21 - Vitrine com itens da cerâmica marajoara que se encontrava em exposição no Museu Nacional no século XXI
Foto: Lilian Bayma

3.3 –Os suportes de divulgação

De volta à Exposição Antropológica, vários foram os suportes utilizados na dinâmica museológica para estabelecer a comunicação entre o público visitante e o conhecimento produzido no MN, pois o objetivo era valorar os objetos no sentido de identificá-los como parte constituinte do processo de construção da identidade nacional.

Percebe-se, por meio de consulta à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a participação de jornais como suporte para dar visibilidade ao evento. Foram detectadas 12 ocorrências diluídas no período pré-evento durante e pós-evento no Jornal Gazeta de Notícias⁴⁹. Durante os preparativos da mostra, a edição do dia 6 de junho de 1882, publica uma nota sobre a visita do Imperador ao espaço e seu comentário sobre a cerâmica marajoara.

⁴⁹ Periódico publicado no Rio de Janeiro. Circulou entre 1875 e 1942, foi um dos principais jornais da Capital Federal durante a Primeira República.

Sua majestade o Imperador visitou muito detidamente os salões em que se acham depositados e já em começo de coordenação, as numerosas e belas coleções destinadas à exposição antropológica, examinando minuciosamente e com o mais vivo interesse as *coleções cerâmicas da Ilha de Marajó* por sua aquisição felicitou por vezes o Sr. Diretor do Museu Nacional, dizendo-lhe que não fazia ideia que fossem tão curiosas (EXPOSIÇÃO..., 1882, p. 2, grifo nosso).

Outra nota, digna de registro, é sobre a chegada de um navio vindo do Norte com artefatos doados pelo Visconde de Santo Elias:

Por último vapor chegado dos Portos do Norte vieram para esta exposição numerosos objetos indígenas *constituindo um presente* como nunca o tinha recebido ainda de uma só vez o Museu Nacional para esta preconizada *feira*. O presenteador é o prestimoso e humanitário Sr. Visconde de Santo Elias, o mais *estimado e o mais popular negociante do Pará* um dos homens em quem mais confiou sempre o Sr. Dr. Ladislau Netto para a realização do seu árduo e arriscado empreendimento [...] (EXPOSIÇÃO..., 1882, p. 2, grifo nosso).

Fica evidente a formação de redes de aquisição de artefatos não somente entre pesquisadores, mas de “negociantes” canalizando objetos para os Museus numa relação recíproca entre o benfeitor e o destinatário, mantendo a propriedade simbólica. Em seguida, a nota se refere a outras doações feitas pelo Visconde e descreve os objetos:

[...] Este último presente do Sr. Visconde de Santo Elias pois que outros já tinham feito, compõe-se de cinco vestimentas completas de índios e índias do rio Purús de artefactos de várias substâncias e de diferentes usos, de alguns modelos de malocas indígenas e de ubá, com os respectivos instrumentos de pesca, de ornamentos elegantes e de grande porção enfim de outros objetos dos índios do Alto Amazonas (EXPOSIÇÃO..., 1882, p. 2).

No dia da abertura da Exposição, o mesmo jornal divulga matéria sobre a Exposição enaltecendo a figura de Ladislau Netto por seus trabalhos de pesquisa científica:

Inaugura-se hoje este esplêndido certame, em que está envolvido o nome laureado do Sr. Dr. Ladislau Netto, a quem, como se não bastassem os imensos serviços por ele prestado às ciências naturais do Brasil e em particular ao nosso Museu, deve agora o Brasil e o mundo científico uma das mais curiosas exposições até hoje realizadas entre as nações mais cultas [...] (EXPOSIÇÃO..., 1882, p. 2).

A matéria segue falando dos espaços expositivos, inclusive a sala Hartt, espaço de maior concentração de artefatos marajoara e seus expositores:

É também consagrada à arqueologia e nela se expõe produtos cerâmicos antigos, alguns dos quais expostos pelo *Museu Paraense* e pelo Instituto Arqueológico Alagoano, ambos colecionados pelos Sr. Ladislau Netto, Derby, Tocantins, Ferreira Penna e José Paranaíba (EXPOSIÇÃO..., 1882, p. 2, grifo nosso).

Nessa sequência de notas é possível inferir que o certame possibilitou o primeiro contato do visitante com os objetos expostos, haja vista o comentário do Imperador sobre a cerâmica marajoara. Para Lopes (2009) e Sanjad (2010) a Exposição Antropológica Brasileira foi um marco na história do MN e uma das principais iniciativas de Ladislau Netto como diretor dessa instituição.

Devido à repercussão positiva da Exposição Antropológica nos meios acadêmicos internacionais, Ladislau Netto ficou como responsável pela representação brasileira no Congresso de Antropologia em Berlim, 1888. Em 1890 foi condecorado com a ordem honorífica alemã e representou o Brasil na Exposição Universal de Chicago, realizada em 1893 (NASCIMENTO, 2009).

3.4 – A repercussão para a construção da identidade nacional

A Exposição Antropológica apresentou coleções - em sua maioria enviada das províncias brasileiras - que denotaram a identidade da nação. Desempenhou seu papel de representar, comunicar histórias e conhecimentos, acompanhando o contexto político e histórico, o público e o conteúdo a ser exposto. O evento foi acompanhado de produção de artigos científicos publicados na edição da Revista da Exposição Antropológica, impressos em diversos fascículos, sendo distribuída ao público visitante.

Junto às comemorações da Exposição, a Revista da Exposição Antropológica é lançada. Dos seus 112 artigos publicados, somente dois estavam diretamente relacionados ao evento: “Tanga de Barro Cozido” e “Os povos antigos da Amazônia”. O primeiro, de autoria de Charles Hartt, anteriormente publicado na Revista *Archivos* do Museu Nacional, versava sobre um estudo das tangas, no qual Hartt faz uma análise do objeto quanto ao material usado para a sua confecção, seu formato e utilidade. O segundo, “Os povos antigos do Amazonas” de Orville Derby que faz uma série de considerações sobre a pré-história da Amazônia. Temas como “Botocudos” e “Observações relativas à Teoria da Evolução”, escritos respectivamente por Lacerda e Ladislau Netto também fizeram parte dessa coletânea de artigos científicos. Segundo Langer e Rankel (2006), a Revista pode ser considerada como a primeira publicação de divulgação científica. Posteriormente, os fascículos foram encadernados em um único volume e distribuídos às províncias.

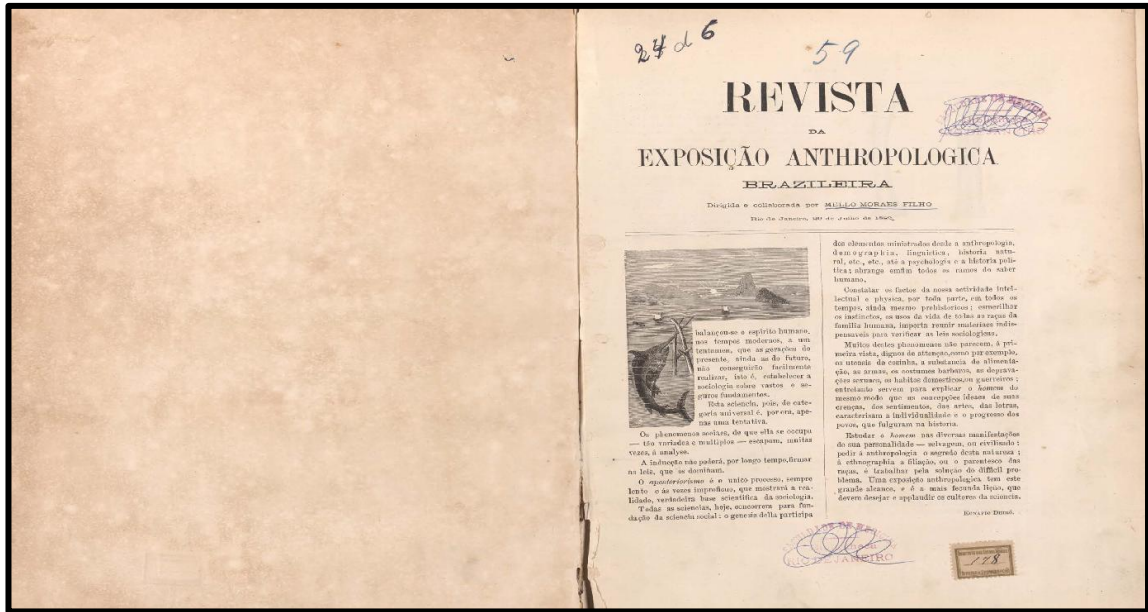


Figura 22 - Texto sobre a importância da Exposição Antropológica
 Fonte: REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTHROPOLOGICA BRAZILHEIRA, 1882.

Outra importante publicação é o volume *Vida Archivos do Museu Nacional*⁵⁰ de 1885, consagrada à Exposição Antropológica Brasileira. Assim como na exposição, a Arqueologia, Antropologia e Etnologia estão presentes por todo o conteúdo do periódico. No prefácio, Netto relata a importância da Exposição para o mundo da ciência, portanto seria necessária uma publicação com artigos científicos sobre os objetos que estiveram presentes no evento:

Para tão brilhante jubileu científico pareceu-me então insuficiente o catalogo que eu lhe preparava. Fazia-se mister mais solemne ou mais larga commemoração; exigia-se um novo testemunho escripto d'esse auspicioso certâmen, e assim ficou assentado em lhe ser também consagrado o VI volume dos Archivos do Museu (NETTO, 1885).

Ladislau Netto é membro da comissão da Revista juntamente com Orville Derby e João Baptista de Lacerda. É autor do artigo dedicado à Arqueologia Brasileira, “Investigações sobre a Archeologia Brasileira”, mais precisamente sobre a Ilha de Marajó. Nesse artigo, Ladislau Netto discorre sobre os construtores da cerâmica marajoara, atribuindo sua origem “[...] à migrações dos povos que se passaram da América Setentrional e central para os extensíssimos vales do Amazonas e do Prata” (NETTO, 1885, p. 262). Ele também faz uma descrição detalhada dos objetos cerâmicos, destacando as formas, as cores, suas representações (animal, humano) e utilidades (urna, vaso, alguidar). Na figura 24, Netto faz uma comparação com os vasos peruanos, talvez sugerindo influência de contato com a civilização peruana.

⁵⁰ Primeira Revista Especializada em Ciências Naturais do Brasil criada em 1876 por Ladislau Netto, enquanto diretor do Museu Nacional (LOPES, 2009).

Fig. 1- Vaso gravado, tendo em baixo relevo uma espécie de Cariathide. Marajó.

Fig.2- Vaso delicadamente gravado. Marajó.

Fig. 3- Pequeno vaso ornado com a face humana. Marajó.

Fig. 4- Pequeno vaso ornado com caras humanas. Marajó.

Fig. 5- Vaso representando um pássaro anthrocephalo, com dous orifícios à imitação dos antigos vasos peruanos. Este vaso é gravado e pintado muito artisticamente. Marajó.

Fig. 6- Urna funerária ornada de gravuras simbolicas de fino lavor. Marajó.

Fig.7- Vaso gravado e pintado de cores vermelha e escura sobre fundo branco. Marajó.

Fig. 8- Vaso gravado, tendo por adorno linhas paralelas em volutas. Marajó.

Fig.9- Pequeno vaso gravado, de fabricação grosseira. Marajó.

Fig. 10- Fragmento de vaso delicadamente gravado, representando duas caras humanas, uma em cada face. Marajó.

Fig. 11- Grande alguidar admiravelmente gravado exteriormente e pintado na face interna. Sobre a borda ligeiramente alada apresenta relevos decorativos e uma cabeça em saliência que tem relação com o corpo do animal symbolico (Chéu?) pintado na face superior do vaso.

Fig. 12- Fragmento de alguidar pintado de caras humanas e ornado de relevos representando 4 cobras bicephalas enrodilhadas e colocadas em 4 pontos equidistantes da borda do vaso.

Fig. 13- Alguidar gravado e pintado de cor vermelha sobre fundo branco. Marajó.

Fig. 14- Alguidar pintado de cores vermelha e escura sobre fundo branco. O desenho geral representa uma figura de insecto na forma convencional da cerâmica de Marajó. Pacoval.

Conforme podemos observar, Amorim (2010), em seu “Catálogo Cerâmica Marajoara: a comunicação do silêncio”, fruto de sua dissertação, apresenta objetos que são muito parecidos com os da ilustração a seguir (Figura 25). Os objetos fazem parte da coleção do Governo do Estado do Pará sob guarda do MPEG.



Figura 23 - Urna funerária com apliques em relevo de boca, nariz e olhos; vaso zoomorfo
Fonte: Catálogo Cerâmica Marajoara: A comunicação do silêncio (AMORIM, 2010, p. 54-89).

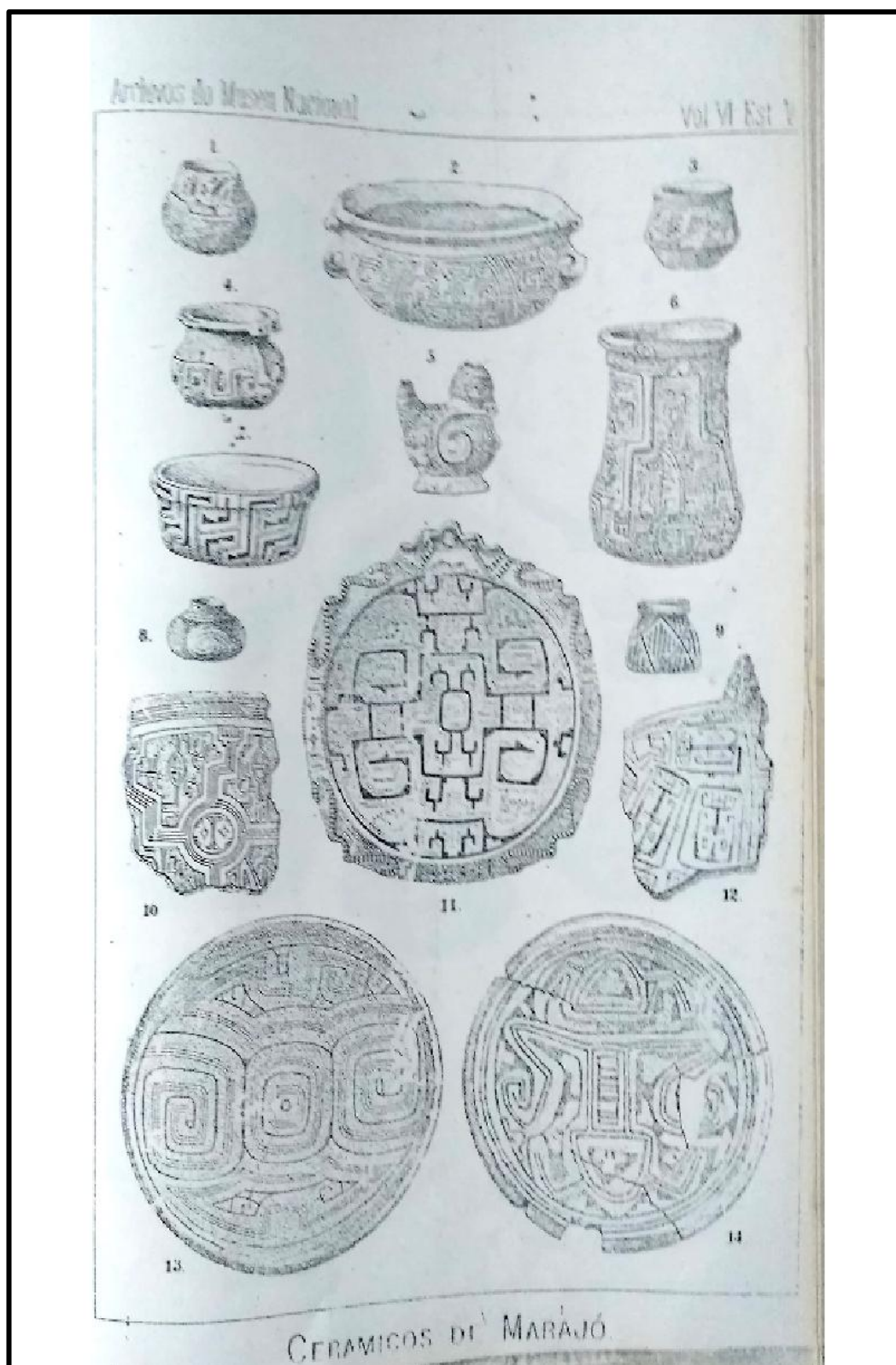


Figura 24 - Ilustração em Ladislau Netto, "Investigações sobre a Archeologia Brasileira" *Arquivos do Museu Nacional* (VI) 1885
 Fonte: Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi

São muitos os estilos e as formas de decorações encontradas na cerâmica marajoara, conforme é possível identificar na ilustração acima. Os artefatos foram organizados de acordo com sua utilidade para ser analisados. Nesse sentido, Ladislau Netto procura fazer uma descrição dos artefatos revelando sua forma, material e uso, decifrando os desenhos contidos em vários objetos, como se observa em sua descrição sobre as tangas marajoara em uma das quatro páginas dedicadas a descrição desse objeto:

São placas triangulares, curvilínea, ou melhor são triângulos esféricos, ligeiramente irregulares nas extremidades e no encurvamento, quanto necessário foi a se poderem há um orifício, pelo qual se depreende imediatamente o modo pelo qual eram atados estes adornos. Chamo-lhes adornos, porque eram, segundo penso, o único objeto com que as morenas insulares procuravam velar a sua nudez (NETTO, 1885, p. 433-444).

A descrição de objetos numa revista científica, no contexto do desdobramento de uma exposição, é reveladora da forma de conexão entre coleção e pesquisa a partir do Museu como produtor de conhecimento existente no século XIX.

Outros artigos são de autoria de Charles Hartt sobre Etnologia no Vale do Amazonas e João Batista de Lacerda e José Rodrigues Peixoto que exploraram o tema sobre estudos físicos da Antropologia. As publicações seriam um complemento da exposição para explicar, por meio da análise dos objetos da cultura material escritas por especialistas para dar clareza aos eventos. Além da materialidade evidenciada na Exposição, os artigos também ajudaram a divulgar pesquisas para diversos “mundos”, tornando a ciência brasileira mais conhecida.

OMP, por intermédio dos objetos marajoara, contribuiu sobremaneira para o sucesso do grande evento museológico de 1882. Certamente os objetos não foram selecionados de forma aleatória, sua disposição no espaço expositivo e todo o seu aparato de divulgação como o *Catálogo*, a *Revista da Exposição Antropológica* com artigos que tentavam explicar o significado científico apresentado na mostra e os periódicos *Archivos*, bem como as notas publicadas na imprensa nacional, contribuíram para reafirmar o processo de construção da identidade nacional calcada na dicotomia entre o indígena “bárbaro”, representado pelos Botucudos, e o indígena “perfeito”, já extinto, autor dos objetos marajoara. Nesse sentido, Andermann (2004) nos fala que: “[...] a identidade que emerge a partir de sua passagem pela diferença: o Brasil, para Netto, se havia tornado moderno na medida que poderia sonhar com a sua própria antiguidade” (ANDERMANN, 2004, p. 150).

Também se conclui que a Exposição Antropológica, em sua concepção, “montou” um mosaico das diversas culturas do estado brasileiro com respaldo do conhecimento científico, edificado por pesquisas efetuadas no âmbito das instituições museais, promovendo a articulação entre as ciências naturais e sociais e os Museus. É possível reconhecer que os

Museus Nacional e Paraense, para além de lugares de guarda de objetos e exposição, também atuaram como espaços legitimadores dos que nele praticavam o ofício da construção do conhecimento científico. Esse trabalho, de acordo com ideias evolucionistas da época e tendo como objeto de estudo a cultura material, permitiu elaborar teorias na tentativa de produzir fundamentos para a busca da origem comum do homem americano e dar sustentação ao processo de construção da identidade nacional.

A formação da identidade nacional é um processo conflituoso que envolve disputas entre projetos e grupos das esferas política e social, interessados na manutenção do poder e na integração da sociedade para mantê-la sob controle. Nesse campo de disputa⁵¹ entre MN e MP, ambos reivindicavam o protagonismo nas propostas de formação da identidade nacional – sendo que o MP era mais propriamente expressão de projetos de afirmação regional – que interagiam na busca pelo reconhecimento como entidades que estavam se firmando na pesquisa científica, bem como pretendia sua autonomia administrativa.

Compartilhando da análise de Dantas (2012), em sua tese sobre a participação do MN na Exposição Universal de Paris em 1889, a Exposição Antropológica Brasileira seria um mostra preparatória para a exposição realizada em Paris. Nessa perspectiva, busca-se refletir sobre a participação dos objetos da Cultura Marajoara na Exposição Universal de Paris (1889) e na Exposição Universal de Chicago (1893).

3.5 – Paris e Chicago na rota da cultura marajoara

Para além da Exposição Antropológica Brasileira, a cultura marajoara também participou das mostras internacionais, realizadas no século XIX, reforçando a ideia do grafismo e da técnica dos artefatos indígenas brasileiros como importantes símbolos da identidade nacional ora nascente(NASCIMENTO, 2009).

As Exposições Universais foram eventos de grande importância no cenário internacional como expressão de progresso e da modernidade. Tinham como foco ampliar vendas e aumentar o consumo. O desenvolvimento da indústria, novas descobertas no campo científico e a ascensão da burguesia propiciavam a realização de eventos que pudessem dar maior visibilidade a atividade humana. Eram exposições de bens materiais aliadas à ideia de modernidade. As mostras universais apresentavam uma gama de produtos relacionados à ciência aplicada, representantes da modernidade provenientes de vários lugares do mundo, sem esquecer-se de estabelecer uma “ponte” com o passado. Sendo assim, as exposições universais seriam:

⁵¹No que se refere ao pedido de devolução dos objetos cedidos para a Exposição Antropológica por parte do Governo Provincial.

Verdadeiros espetáculos da evolução humana traziam um pouco de tudo: de negros africanos em pessoa à arte francesa, indígenas com seus artefatos e a mais recente das invenções. Compactuando com um ideário evolucionista, nas feiras se realizavam imensos exercícios de classificação e catalogação da humanidade, em que o mundo ocidental representava o topo da civilização, e as culturas indígenas “o passado da humanidade” (SCHWARCZ, 1999, p.389).

A linguagem expositiva dos objetos era a mesma praticada pelos Museus, “[...] com sua representação visual e seus sistemas de objetos, uma museografia” (BARBUY, 1996, p. 212). As exposições universais tiveram início com a Grande Exposição de Trabalhos Industriais ocorrida em Londres em 1851 (PESAVENTO, 1997; RANKEL, 2007). A partir de então, no século XIX foram realizadas exposições em cidades consideradas símbolos da modernidade: Paris, 1855; Londres, 1862; Paris, 1867; Viena, 1873; Filadélfia, 1876; Amsterdã, 1883; Antuérpia, 1885; Paris, 1889 e Chicago, 1893.

Como ficar de fora de eventos que estabeleciam o contato com o olhar estrangeiro tão importante para legitimar discursos da nacionalidade, além de mostrar o progresso da indústria e da técnica nacional? O governo imperial brasileiro, interessado em afirmar a nacionalidade e no rastro da expansão capitalista pela qual passava o mundo, via nas exposições universais um espaço para a divulgação do progresso do país por meio de produtos representativos da cultura brasileira. Nas palavras de Barbuy:

O próprio fato de se fazer esse tipo de representação correspondia a que em função da expansão capitalista, o mundo, estava, agora todo ligado em redes de interdependência econômica. Tornava-se um só e assim era representado nas exposições universais, apenas que totalmente edulcorado, é claro como um mundo ideal. E estas representações eram feitas o mais materialmente possível, isto é fisicamente construídas, tridimensionais, palpáveis e visíveis, em forma de exposição (BARBUY, 1996, p. 212).

Por meio dos produtos, selecionados para representar a riqueza do país, era articulada uma narrativa para exibir êxito econômico, cultural e político. O Brasil, durante o século XIX, esteve presente nas exposições de 1862, em Londres; 1867 e 1889 Paris e Chicago em 1893. Em preparação às exposições internacionais, o governo imperial promovia eventos de menor porte, como as exposições provinciais e nacionais. Nessa pesquisa, destacam-se exposições universais de Paris, 1889 e de Chicago, 1893 na tentativa de compreender a participação da Cultura Marajoara em eventos que tinham como objetivo apresentar produtos que representassem o progresso da nação brasileira, os quais iam desde produções artísticas e intelectuais até as industriais, no sentido de perceber suas particularidades identitárias como parte integrante de construção da nação. A fonte de

pesquisa foi o livro José Coelho da Gama e Abreu⁵², 1832-1906, o Barão de Marajó, *As Regiões Amazônicas* e o Relatório do Presidente da Comissão de 1890, sobre a participação do Pará na mostra de Paris e Chicago. O Barão de Marajó foi nomeado delegado pela Comissão Parcial do Pará e, por isso, designado para elaborar o relatório sobre a participação do Brasil na mostra de Paris. Diante do exposto, segue breve abordagem sobre as duas exposições.

3.5.1 – A cultura marajoara na Cidade Luz

As exposições universais e expressões do progresso estiveram relacionadas à datas comemorativas. A Mostra francesa teve como foco a comemoração dos 100 anos da Revolução Francesa, ciclo revolucionário que deu início aos movimentos de libertação de regimes autoritários. Para a historiadora Coelho (2012) pondera que:

A participação do Brasil na Exposição de 1889 teve um significado especial por ser um momento onde a elite monarquista vivia grave crise e, talvez para minimizar as críticas, procurava apresentar no exterior uma imagem dos avanços conquistados durante o segundo reinado (p. 101).

Portanto, a participação brasileira foi oficiosa, ou seja, o Governo Imperial não participou diretamente da organização da mostra, apenas apoiou o Comitê Franco-Brasileiro na organização do evento, o qual pode ser confirmado por meio do documento de abertura do Relatório da Exposição- 1890 - escrito por Miguel José de Almeida Pernambuco⁵³, 1839-1898 ao Conselheiro Tito Franco de Almeida⁵⁴, 1829-1899, presidente da Comissão do Pará, solicitando apoio da Província do Pará.

O Governo Imperial, solicitado por essas comissões para auxiliá-las na realizações do seus patrióticos desejos, não podendo tomar parte oficial na mesma Exposição, mas reconhecendo ser de grande utilidade para o Brasil a sua concorrência n'essa festa de civilização e progresso, dirigio-me por intermédio dos Exmos. Snrs. Presidente do Conselho e Ministro do Império, recomendações no sentido de empregar os meios officiosos ao meu alcance afim de que a Comissão organizada na Corte, obtenha n'esta província o auxilio necessário para o bom desempenho do encargo que tomará (PARÁ, 1890).

Em relação ao espaço brasileiro na Exposição Universal de Paris, o Brasil ocupou dois pavilhões: Brasileiro e o Amazônico (Inca). O primeiro apresentava amostras de minerais, café, borracha, produtos alimentícios, entre outros. Bem longe do Pavilhão do Brasil, ficava

⁵²Divulgador de assuntos referentes à Amazônia abordando questões de grande relevância para as definições da nacionalidade brasileira Província e dos interesses específicos da região como: *A Amazônia, As Regiões amazônicas um Protesto, Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bosphoro e Danúbio – Apontamentos de Viagem*. Importante figura pública do Estado do Pará. Foi presidente das Províncias do Pará e do Amazonas e deputado (COELHO, 2015).

⁵³ Presidente da Província do Pará de 6 de maio de 1888 a 1889.

⁵⁴ Deputado Provincial do Pará.

o Pavilhão da Amazônia⁵⁵ organizado por Ladislau Netto e utilizado para os objetos representativos da região amazônica, entre eles, os da cultura marajoara. O Espaço dedicado à Amazônia estava localizado na exposição organizada por Garnier intitulada “Exposição Retrospectiva da Habitação Humana” (COELHO, 2012, p. 105).

Segundo Dantas (2012), dos 190 objetos expostos na mostra arqueológica e etnográfica brasileira no Pavilhão Amazônia, 129 pertenciam à região amazônica, principalmente à cultura marajoara. Em determinado trecho do Relatório, o Barão de Marajó destaca a participação dos artefatos marajoara:

[...] na parte ocupada pelos monumentos históricos da habitação humana se encontrava a habitação Amazônica, primitivamente destinada a um pavilhão dos Incas, depois aproveitada para uma exposição de ídolos, monumentos vestuários, utensílios dos nossos selvagens do Amazonas, *chamando muito a atenção os produtos cerâmicos dos nossos indígenas da Ilha de Marajó*; o grupamento fora feito pelo Sr. Ladislau Netto que reuni o que possuía ao que por outros brasileiros, lhe foi facultado especialmente pelo Sr. Sant’Anna Nery; era n’este pavilhão que chamava a atenção dos estudiosos a cabeça mumificada de um índio do Alto Amazonas que me fora mandada (MARAJO, 1890, p. 17, grifo nosso).

Como é possível observar, a preferência e a quantidade de objetos apresentados na exposição remontam o passado e continuam a chamar a atenção do público visitante num espaço dedicado à exibição de produtos oriundos do desenvolvimento industrial e tecnológico. Objetos marcados por estilos próprios e confeccionados por povos não mais existentes mexiam com o imaginário dos visitantes, visualizando-os como “exóticos” em meio a produtos tão presentes em seu cotidiano. Conforme Nascimento (2009), “[...] ao pensarmos no século XIX, podemos imaginar que os efeitos visuais dificilmente caminham para uma não exotização dos indígenas” (NASCIMENTO, 2009, p. 87).

Portanto, assim como na Exposição Antropológica Brasileira, os artefatos indígenas marajoara apresentados na Exposição Universal de Paris, poderiam ser vistos como estilização da imagem brasileira através do destaque de particularidades exaltadas no culto à diferença pelo seu apelo exótico, como no exemplo das tangas, já destacadas na exposição brasileira e que voltam a aparecer em Paris.

Quanto à percepção do público sobre a diversidade da mostra brasileira - minerais, gêneros alimentícios, representantes da flora brasileira – apresentada em dois ambientes diferentes: Pavilhão do Brasil e Pavilhão da Amazônia, Pesavento (1999) destaca que:

[...] os franceses se viam atraídos pelas belas madeiras, pelos enormes diamantes, pela qualidade do tabaco, pelo aroma do café no pavilhão de degustação. Como se não bastasse, ainda o país apresentava plantas

⁵⁵ Inicialmente destinado à cultura Inca, mas devido a quantidade insuficiente de objetos o Brasil passa a ocupar o espaço (COELHO, 2012, p. 104).

raras, coleções de insetos, curiosas cerâmicas, macacos, araras, pássaros desconhecidos, licores de estranho sabor! (PENSAVENTO, 1999, p. 196).

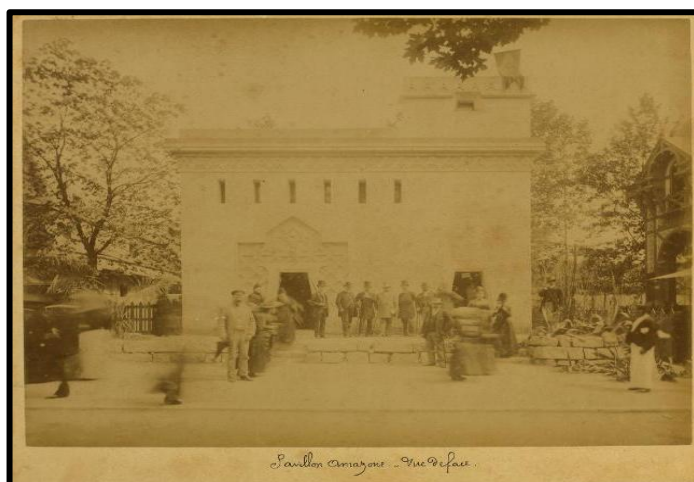


Figura 25 - Exposição Universal de Paris, Pavilhão Amazonas
Fonte: Acervo Museu Nacional. (EXPOSIÇÃO..., 1889)



Figura 26 - Exposição Universal de Paris, 1889. Interior do Pavilhão Amazonas. Vitrine com objetos da cerâmica marajoara com destaque para as tangas marajoara.
Fonte: Acervo Museu Nacional. (EXPOSIÇÃO..., 1889)



Figura 27 - Tanga marajoara
Foto: (EXPOSIÇÃO..., 1889) Acervo Museu Nacional (ANEXO 11)

3.5.2 – Exposição de Chicago

No final do século XIX é realizada a Exposição Universal de Chicago (1893) em comemoração ao quarto centenário do descobrimento da América. A primeira em que o Brasil participava sob o regime republicano e, portanto, uma nova imagem deveria ser “vendida” no exterior, uma nação civilizada. Em meio a obras de artes como pinturas, material literário e café, principal produto a ser comercializado na mostra, artefatos marajoara também estiveram presentes na Exposição de Chicago. Em sua obra “Regiões Amazônicas”, onde faz uma descrição da Ilha de Marajó sob aspectos geográficos, o Barão de Marajó, que substituiu Ladislau Netto, por motivo de doença, faz uma citação de seu Relatório apresentado ao governo como Comissário do Brasil na Exposição de Chicago, de que a coleção do MN constava de 41 vasos de diversos tamanhos. O Barão destaca que esses objetos também estiveram na Exposição Antropológica Brasileira e acrescenta as viagens que foram realizadas ao Marajó para a coleta dos artefatos indígenas para divulgar nas exposições no Brasil e no mundo:

Sobre a maior das necrópoles do Marajó, a do Pacoval no Rio Arary, disse eu, no meu relatório apresentado ao governo como Comissário do Brazil na Exposição de Chicago, o seguinte: Que me conste, apenas cinco explorações, mais ou menos importantes, tem sido feitas no cemitério do Pacoval em benefício da Siencia; a primeira pelo Sr. Bernard, sob a direção do Sr. Fred. Hartt em 1870, a segunda pelo Sr. Derby, em 1871, a terceira pelo Sr. Ferreira Penna um ano depois; e as duas últimas, uma pelo Sr. Ladislau Netto, cujos belos resultados figuraram na Exposição Antropológica que se realizou no Rio de Janeiro e ultimamente em Chicago, e outra pela Comissão encarregada no Pará de obter productos para a Exposição de Chicago, onde figuraram; essas duas últimas creio terem sido as que deram as duas maiores coleções obtidas naquele local (MARAJÓ, 1895, p. 316).

Sobre a coleção enviada pelo Estado do Pará, o Barão de Marajó relata que:

[...] compunha-se de 35 urnas em tudo semelhantes as da coleção do Museu Nacional, algumas antropomorfas, alguns machados assaz grosseiros e uma coleção curiosíssima de objetos miúdos de barro cozido encontrados dentro das urnas, ou junto a elas no espaço preparado para as receber [...] (MARAJO, 1895, p, 318-319).

Na citação acima, é importante destacar que o autor se refere aos expositores de forma distinta: coleção do MN e a coleção do Estado do Pará. Vale ressaltar que ao ser referir ao Estado do Pará, o Barão de Marajó dá ênfase à região amazônica, o que corrobora com a comparação feita por Pesavento (1997) entre a exposição de Chicago e de Paris. A autora declara que houve maior participação dos estados em detrimento da União, isto é, na exposição de Paris o país apresentava a evolução como um todo, enquanto em Chicago os estados se empenhavam em fazer divulgação de suas riquezas de forma individual (PESAVENTO, 1997). OMP esteve presente na Exposição de Chicago por meiodos artefatos marajoara representando o Estado do Pará, conforme constatado por meio do Ofício de Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, 1854-1942, então governador do Pará ao diretor do MPEG:

Tendo vindo do Rio de Janeiro 11 caixões, contendo objetos que figuravam por parte deste Estado na Exposição de Chicago, recomendo-vos que providenciais para que sejam esses volumes recolhidos a esse estabelecimento afim de serem abertos e conferidos em presença do Barão de Marajó, presidente da Comissão parcial da mesma exposição, para terem oportunamente o conivente destino. Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de outubro de 1894 (ARQUIVO GUILHERME DE LA PENHA, 1894)

Não encontramos na bibliografia disponível fotos referentes aos objetos de cerâmica marajoara no ambiente da exposição. Os registros fotográficos poderiam auxiliar na análise comparativa de ambas as exposições.

3.6 – Exposições universais no século XX

As exposições universais foram grandes eventos com objetivos de evidenciar os campos da ciência vinculados à tecnologia, às artes e aos costumes, bem como à arquitetura, favorecendo a divulgação do conhecimento por meio de material simbólico como forma de cultuar as nações mais desenvolvidas e tendo como efeito despertar em países a busca pela afirmação das identidades nacionais. Os objetos marajoara, ao participarem de diversas dinâmicas museológicas nacionais e internacionais, foram ressignificados de forma distinta, para dar suporte ao Estado Brasileiro na construção de sua identidade. Segundo Oliveira, “[...] as exposições universais foram pensadas para firmar o espírito universal e acabaram por fortalecer o nacional, já que apresentavam suas nações como as mais evoluídas na escala evolutiva do gênero humano” (2008, p.145).

As Exposições Universais foram como “vitrines do mundo” desenvolvido, estabelecendo uma narrativa cultural articulada entre diversos mundos. Em breve busca no Arquivo Documental do MPEG sobre a participação dos objetos Marajoara nas exposições universais do século XX para uma análise sobre o processo de seleção de objetos musealizados conforme os contextos políticos e culturais da época, considera-se que as relações entre objetos e pessoas são reveladoras de uma intencionalidade discursiva em favor dos mais variados interesses.

3.6.1- O Museu Paraense e a exposição de Paris

Em meados do século XX, já sob a direção do zoólogo Emílio Goeldi⁵⁶ (1859-1917), o MP participou da Exposição Universal de Paris, em 1900. Na passagem do século XIX para o XX, se fez necessário um balanço dos avanços alcançados nas áreas de ciência e da indústria. A partir desses objetivos, Paris pretendia reafirmar a liderança no campo das artes e da civilização. Nesse contexto, objetos arqueológicos estão presentes, mas, dessa feita, em forma de um livro com ilustrações sobre a cerâmica Cunani e Maracá, localizadas no Amapá, fruto das expedições de Goeldi ao Amapá (MELO, 2017) na disputa territorial pela antiga Guiana, atual estado do Amapá. A missão de Goeldi, além de política, também seria de realizar o inventário científico da região. Portanto, foram coletados objetos arqueológicos, vegetais e animais. A preferência de Goeldi por esses objetos pode ser vinculada a sua participação no Contestado Franco Brasileiro na querela territorial pela antiga Guiana. A exposição de Paris seria ideal para representar não somente a soberania nacional como bem diz Ferreira: “O valor que os objetos adquiriram para o Estado Brasileiro, principalmente no que se refere à construção da identidade nacional, à idealização do passado, à objetificação das populações indígenas e ao controle do território brasileiro [...]” (FERREIRA, 2007, p. 68) bem como o conhecimento científico.

Em 1992, o MP participou da Exposição de Sevilha, Espanha, mais conhecida como Expo 92, coordenando a Exposição Temporária “A Diferença: diversidade cultural e Indígena na Amazônia”. Segundo o curador da Exposição, o antropólogo Roberto Cortez, do MPEG, em seu Projeto, teve entre seus objetivos “[...] apresentar por meio da exibição da diversidade cultural indígena na Amazônia, por outro lado propondo ao público refletir sobre a Diferença” (CORTEZ, 1992, p.2). Os objetos selecionados para representar a diversidade indígena foram do acervo etnográfico do MP. Dessa vez, os marajoara não estiveram presentes na exposição universal. Não foi possível identificar os critérios utilizados que

⁵⁶A convite do então governador Lauro Sodré (1839-1894), Emílio Goeldi assume a direção do Museu Paraense com objetivo de estudar, desenvolver e difundir a ciência na Amazônia.

deixaram tais artefatos arqueológicos de fora, já que a mostra comemorava o V Centenário de Descobrimientos da América.

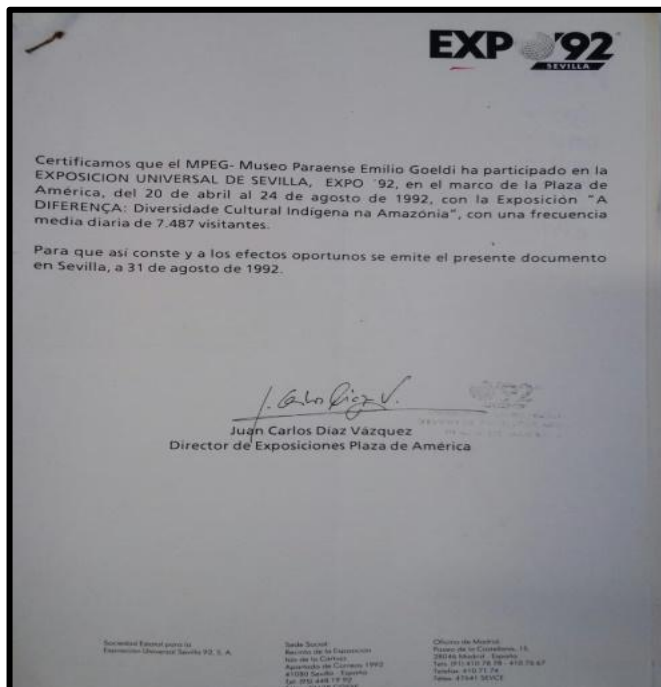


Figura 28 - Certificado de participação em Sevilha
 Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/ Museu Goeldi

O interesse na citação das duas exposições do século XX acima é evidenciar as mudanças de paradigmas ao longo dos anos sobre a participação de objetos materiais em narrativa expositiva. As escolhas estariam relacionadas aos contextos sociais e ideológicos, atendendo os mais diversos interesses (GONÇALVES, 2007). Sendo assim, os Museus são instituições que acompanham as dinâmicas sociais e, por meio de seus objetos e exposições, vão tecendo histórias disponíveis para a interpretação dos expectadores. Portanto, buscam tornar “visível” o mundo “invisível” por meio de suas narrativas museais.

3.7 – Testemunhos em cinzas

No ano em que completou 200 anos de existência, um incêndio de grandes proporções destruiu o MN, considerada a maior tragédia museológica do Brasil, o sinistro aconteceu no dia 4 de setembro de 2018. Nele estava depositado o maior acervo natural da América Latina com 20 milhões de itens, além de objetos etnográficos e arqueológicos do Brasil e do mundo, a maioria nunca mais poderá ser vista pessoalmente. Vale registrar que os objetos arqueológicos e etnográficos cedidos pelo MP e os documentos pesquisados no Setor de Memória e Arquivo do MN (SEMEAR), aqui mencionados, infelizmente, talvez

tenham sido quase todos destruídos no incêndio. A Comissão de Resgate do MN promoveu uma mostra do material que foi resgatado dos escombros e outros que não foram atingidos pelo fogo no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) no período de fevereiro a abril de 2019. A mostra “Arqueologia do Resgate Museu Nacional Vive” apresentou cerca de 180 itens, dos quais 103 foram resgatados após o incêndio. Foram exibidos alguns objetos Marajoara, cuja coleta data do ano 2000 e que escapa do recorte do presente trabalho. Por meio desse conjunto representativo de objetos, o MN pretende demonstrar à sociedade que o MN continua vivo e produzindo conhecimento.

Em contato com a Professora Rita Scheel-Ybert, do Departamento de Arqueologia e Paisagem do MN/UFRJ, a mesma assegura que os objetos encontrados estão sendo limpos, organizados e catalogados, porém não há como fornecer listagem sobre os objetos marajoara. Os registros materiais retornaram ao pó, mas estão presentes em narrativas materiais nas diversas publicações dos Museus, em dissertações, teses e do conhecimento científico do século XIX, destacando-se a pesquisas da arqueologia de antigas culturas e, de modo geral, da história do país. As chamas destruíram para além dos bens culturais, parte da história do povo brasileiro.

CAPÍTULO 4
GRAFISMOS, FORMAS E CORES SOB
GUARDA

4 - A CULTURA MARAJOARA E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS MUSEUS

Onde ficam guardados os objetos arqueológicos quando não estão em exposição? Pergunta muito frequente pelo público visitante de exposição e também por repórteres em cobertura jornalística ao MPEG. Nesse último capítulo, enfatiza-se a importância dos Museus como local de guarda, interpretação, preservação e comunicação do patrimônio cultural. Para tanto, abordam-se as interfaces entre as áreas de Museologia, Arqueologia e Coleção.

Para entender a importância da coleção arqueológica e a guarda de objetos em ambiente destinado a garantir a preservação dos objetos museológicos que estão fora do circuito da sociedade, mas que aguçam a curiosidade e fascínio por serem portadores de memórias é necessário falar um pouco sobre Arqueologia. As interpretações arqueológicas, que permitem perscrutar as circunstâncias de eventos passados, vão muito além de pesquisa em obras monumentais e objetos exóticos. A arqueologia é uma prática científica diversificada que atua na interpretação das pinturas e gravuras rupestres, cerâmica, entre outros vestígios arqueológicos repletos de simbolismo que oferecem pistas de um passado remoto.

É uma ciência que rompe a barreira do tempo para reconstruir o passado da humanidade com vistas ao entendimento da sociedade atual, usando como fonte de pesquisa objetos manufaturados, deslocados do seu tempo e de sua utilização. De acordo com Funari (1988), “[...] a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (p.11). Nesse sentido, além de fazer a leitura dos objetos, ela não renega os aspectos imateriais para entender as relações sociais nas quais estes foram produzidos e apropriados, no passado ou no presente. Ainda segundo o mesmo autor, os objetos não são “[...] fatos ou informações em estado bruto [...]”, mas devem ser interpretados a partir do contexto onde foram encontrados (FUNARI, 1988, p.22). Partindo do princípio de que são impregnados de códigos, os objetos devem ser analisados como instrumentos de interação entre os homens, exercendo, portanto, função de mediação na sociedade. Dentro dessa perspectiva, destaca-se a importância da documentação museológica que, segundo Ferrez é definida como:

A documentação de acervos museológicos é conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por

meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos Museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em transmissão de conhecimento [...] (FERREZ, *apud* FÓRUM NORDESTINO DE MUSEU, 1991, p.1).

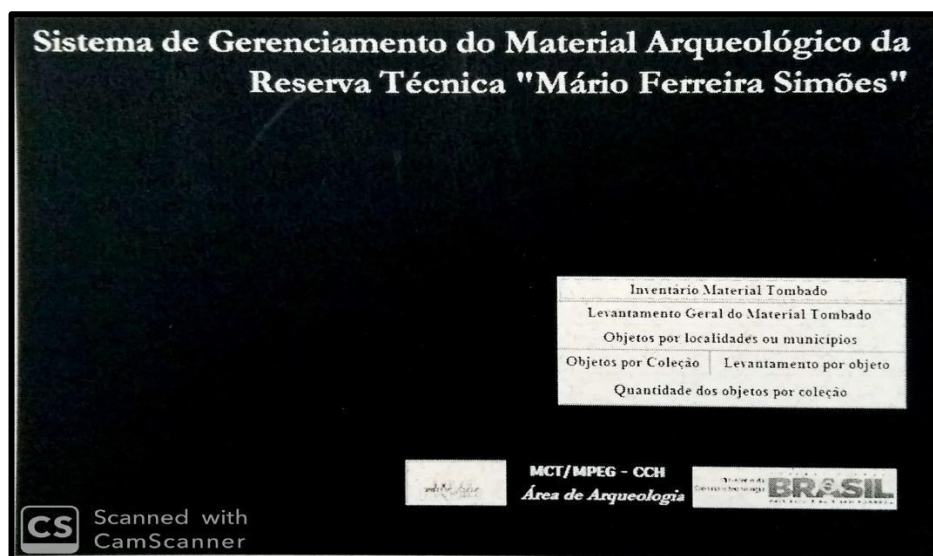


Figura 29 - Ficha catalográfica informatizada usada na RTMS
Fonte: Cedida por Camila Fernandes da RTMS/MPEG

Domingos Soares Ferreira Pena, idealizador do MP, como dito anteriormente, foi o primeiro a contribuir para a formação do acervo arqueológico, no período de 1871 a 1879. Porém, com todos os percalços de descontinuidades do MP, já relatados, talvez pela falta de conhecimento sobre a importância de documentar os objetos, ou mesmo a perda dessa documentação ao longo dos anos, não foram localizados livros de registros dos objetos coletados à época. Desse modo, segundo o Relatório da RTMS, período de 1997 a 2002, os primeiros objetos registrados foram coletados por Emilio Goeldi e Aureliano Guedes em 1895.

4.1 – Vestígios de uma história

A RTMS, do MPEG possui aproximadamente 120 mil objetos entre inteiros e fragmentos. São provenientes de pesquisas acadêmicas e preventivas, de doações em regime de Comodato, como a do Governo do Estado (GE), formada por mais de um mil itens. Parte da coleção arqueológica, reunida até a década de 1950 foi registrada em 1940 no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No contexto da Reserva Técnica, os objetos são analisados e identificados para resgate dos fragmentos de uma história.



Figura 30 - Artefatos Marajoara acondicionados na RTMS em base deslizante para melhor manejar o acervo
Foto: Lilian Bayma



Figura 31 - Estantes onde são preservados fragmentos cerâmicos e objetos inteiros
Foto: Lilian Bayma

As coleções do MPEG, como um instituto de pesquisa, são fontes de conhecimentos produzidos por seus pesquisadores, cujo retorno ao público é feito de diversas formas: artigos científicos, dissertações, teses e principalmente em forma de exposição. As coleções científicas são formadas por objetos constituídos de evidências que permitem adquirir conhecimento histórico-científico, são testemunhos de um mundo não mais existente. Por meio desse conhecimento é possível garantir a preservação da memória e do estilo de vida de um grupo humano ou população.

As iconografias das coleções são documentos materiais que ajudam a desvendar significados para compreender sociedades indígenas extintas que viveram em um passado remoto. Os estudos acadêmicos das coleções de um Museu são parte de um “quebra-cabeça” que podem revelar a identidade material de uma nação.

Dessa forma, as reservas técnicas, lugares onde são guardadas as coleções que fazem parte do acervo de um Museu: “[...] são guardiãs de objetos que são preciosos depósitos de memória, material impregnado de informações que esperam por uma interpretação acurada capaz de resgatar os pedaços de uma história perdida”(AMORIM, 2010, p. 35).

As reservas técnicas seguem as normas da Conservação Preventiva para garantir a integridade dos objetos guardados em uma Reserva Técnica. Segundo Viñas: *“Preservación, o conservación ambiental (o indirecta, o periférica) que es la atividade que consiste em adecuar las condiciones ambientales em que se halla um bien para que éste se mantenga en su estado presente”*(2010, p. 23).

Sendo assim, as reservas técnicas são ambientes de guarda de memória e patrimônio, pois os objetos marajoara têm importância histórica e científica sobre o passado dos povos que habitaram a Amazônia em tempos pretéritos.

Ao explanar sobre a Reserva Técnica do MPEG,^a intenção é apontar a importância da preservação do patrimônio arqueológico que teve sua formação no século XIX com colecionamento dos objetos, essencial para a preservação da memória e cultura, pois conforme Oliveira (2008, p. 114): “A função dos patrimônios históricos e artísticos têm como função na atualidade representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação”. A iconografia marajoara ainda é muito presente em Belém/Pará, acionada para valorizar a identidade regional através do culto a formas identificadas arqueologicamente diferenciando-as de outros locais com menos impacto do estudo desse passado.

O simbolismo marajoara é fortemente identificado com a cultura local sugerindo que as intenções do século XIX em transformar a cerâmica marajoara como um dos símbolos da formação da identidade nacional repercute na identidade regional do paraense. Em Belém, a cerâmica marajoara é produzida principalmente pelos artesãos do Distrito de Icoaraci⁵⁷, localizado a 20 km do centro da capital do Pará. É reconhecido como polo de referência na reprodução de objetos marajoara.

⁵⁷ Ver a Dissertação: “Cerâmica Marajoara: caminho para compreender a Pré-História da Amazônia”. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/browse?type=title&value=Cer%C3%A2mica+Marajoara%3A+caminho+para+compreender+a+pr%C3%A9-hist%C3%B3ria+da+Amaz%C3%B4nia>>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

4.2-Museus regionais como territórios do tempo pretérito

Regionalmente, no Pará, há três instituições museológicas que possuem em seus acervos objetos marajoaras: MPEG, Instituto de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Museu do Encontro, pertencente ao Governo do Estado do Pará, localizados em Belém; e Museu do Marajó, na cidade de Santa Cruz do Arari, Ilha de Marajó.

O Museu do Marajó foi idealizado informalmente pelo Padre Giovanni Gallo, 1927-2003, em 1972, mantido por doações de particulares. Seu acervo foi constituído por meio de doações ao pároco: “[...] parte do material arqueológico foi proveniente de doações de moradores da região que as encontravam aleatoriamente por fazendas na região ou pelos sítios arqueológicos de doações realizadas pelos próprios fazendeiros, além das incansáveis buscas feitas por Gallo.” (LINHARES, 2007, p. 45). Encontra-se fechado desde dezembro de 2018 por falta de segurança em suas instalações.

O incêndio no MN e o fechamento do Museu do Marajó limitam o acesso a esses bens culturais e põem em questão a importância dada ao patrimônio arqueológico brasileiro. Os Museus, como lugares onde se guardam as “coisas”, são importantes para a preservação da história e memória de seu povo, dessa forma, cumprem a sua função social de garantir o elo entre o passado e o presente para a preservação do futuro.



Figura 32 - Localizado na Ilha de Marajó, o Museu é um espaço de memória e identidade local
Foto: O MUSEU, c2003

4.3 – As disputas e os deslocamentos no século XXI

Ainda que sob proteção Legal desde 1937, o Decreto Lei no 25, Lei Federal 3.924, de 1961, bem como a Constituição Brasileira, aponta que o patrimônio arqueológico brasileiro sofre ameaças constantes de posse ilegal, compra e venda de artefatos marajoara. Na internet há *sites* de venda de objetos marajoara como, a da *Sotheby's*⁵⁸, Paris. Segundo informação da marca d'água no *site*, os objetos pertenciam à coleção do suíço Barbier-Mueller⁵⁹.

Os objetos marajoara expostos à venda leva a crer que, para além do simbolismo da cerâmica marajoara em torno da construção da identidade nacional e regional os bens arqueológicos da cultura marajoara, “[...] foram integrados no rol de objetos de arte e que eles ultrapassaram as barreiras do território nacional” (LINHARES, 2015, p. 246). Portanto, os *sites* de venda desses objetos revelam que esses deixaram de ser representativos de cultura e passaram a ter valor de mercadorias.

Conforme diz Kopytoff (*apud* APPADURAI, 2008):

Do total de coisas disponíveis numa sociedade, apenas algumas são apropriadamente sinalizáveis como mercadorias. Além do mais, uma coisa pode ser tratada como mercadoria numa determinada ocasião, e não ser em outra. Finalmente a mesma coisa pode ser vista por uma pessoa como uma mercadoria, e como outra coisa por outra pessoa (p. 89).

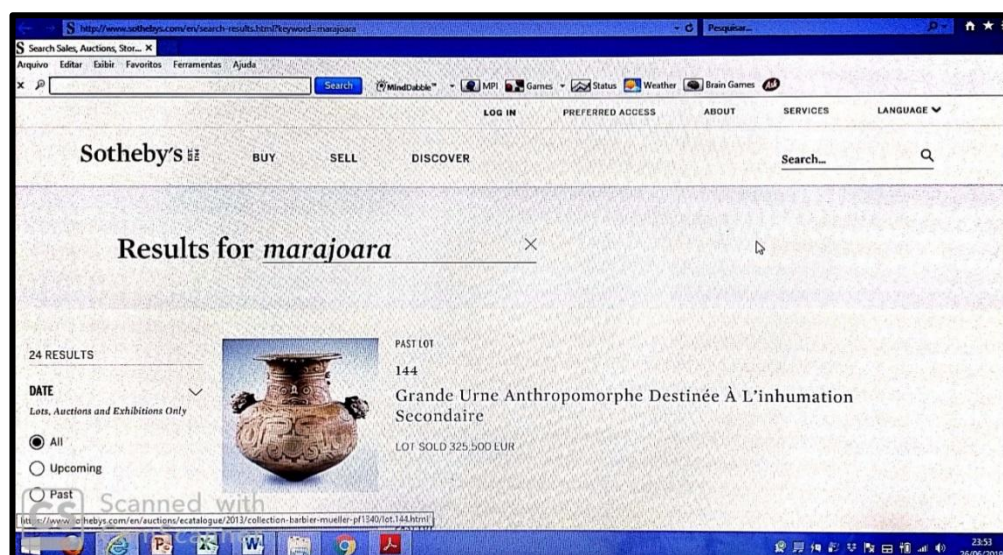


Figura 33 – Objetos marajoara como mercadoria
Fonte: Reprodução.

⁵⁸ Sotheby's. Disponível em: <<http://www.sothebys.com/en/search-results.html?keyword=marajoara>>. Acesso em 13 de março de 2019.

⁵⁹ Museu Barbier-Mueller localizado em Genebra, Suíça. Sua coleção contém mais de sete mil peças e inclui obras de arte da antiguidade tribal e clássica.

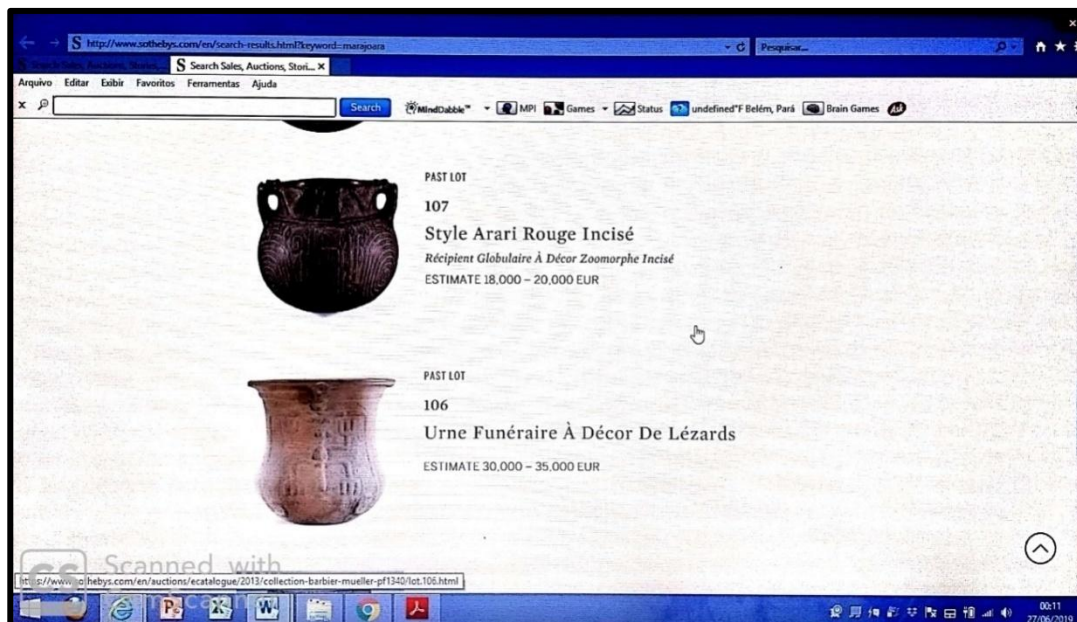


Figura 34 – Objetos marajoara para a venda em site internacional
Fonte:Reprodução

Os objetos estão em constante movimento, como expõe Loureiro: “Ainda que pareçam inanimadas, as coisas materiais que nos envolvem participam da regulação das relações sociais e dotam de sentido a atividade humana” (2018, p. 185). Como se tivessem vida própria, as coisas possuem em sua “invisibilidade” significados que estabelecem conexões variando ao longo do tempo e espaço e sua mobilidade seria partede uma trama para torná-las uma “entidade” dinâmica, sempre à procura de novas interpretações.

Em 2005, 765 objetos de cerâmica marajoara foram alvo de disputa entre o MPEG, MAE da USP e Museu do Marajó. Essas instituições buscavam o direito de posse dessa coleção de valor inestimável que estava sob a guarda de uma instituição privada, Banco Santos, de propriedade de Edmar Cid Ferreira.

Em se tratando de bens arqueológicos a legislação brasileira determina que só o Estado tem direito à posse e o IPHAN resolve suspender a licença concedida ao Instituto que pertencia ao Banco Santos. O MPEG e o Museu do Marajó entendiam que a coleção deveria voltar para a sua região de origem, a Amazônia, porém a guarda foi para o MAE e a coleção foi incorporada ao seu acervo.

Mais uma vez se observam as disputas entre instituições e também de regiões que agregam valor a suas coleções por meio de objetos que, em determinado momento da história, foram escolhidos para representar a nação.



Figura 35 - Objeto marajoara
Fonte: Lilian Bayma. Acervo Museu Nacional



Figura 36 – Urna Marajoara
Foto: Lilian Bayma. Acervo Museu Nacional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois Museus, instituídos no século XIX, que têm em comum a pesquisa, a conservação e a comunicação de objetos constitutivos da cultura nacional que, em determinado período da história, são entrelaçados para construir um fio que busca conectar os que vivem no momento atual com suas origens e raízes, tendo como justificativa identificar o caráter nacional brasileiro e promover assim, a integração da diversidade cultural do imenso país por meio de símbolos culturais de formas de civilização pretérita.

Desvios e deslocamentos de objetos e sentidos foram os meios utilizados para moldar processos de identidades étnicas, regionais ou nacional em um ambiente museal, lugar que dá sentido ao mundo por meio do saber estabelecido no exame de suas coleções e divulgado através de exposições. Os deslocamentos dos objetos de cerâmica marajoara, desde sua proveniência (Ilha de Marajó), para o MN e dispostos na Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882, produziram a fragmentação do sistema sociocultural presente no ambiente de onde foram retirados. Inicialmente, separado do ambiente original para uma nova contextualização (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998), possibilitando o acesso de inúmeras pessoas interessadas em conhecer o patrimônio arqueológico, contribuindo assim, para a constituição do contraste e complementaridade das identidades nacional e regional.

Os deslocamentos provocaram ruptura na história da coleção arqueológica marajoara do MP, já que os primeiros objetos da cultura marajoara foram apropriados pelo MN e passaram a fazer parte da coleção dessa instituição, cujo âmbito extrapola o regional. Porém, os deslocamentos desses objetos para os Museus no século XIX despertaram o interesse de pesquisadores em desvendar aspectos relacionados à origem do homem americano e contribuíram para a valorização do simbolismo marajoara para forjar a identidade da nação e região. Para Ferreira (2007):

Os Museus como veículos do nacionalismo, salvaguardaram as representações da nacionalidade: as exposições arqueológica e antropológica coesionaram identidades com narrativas materiais que definiram o cânone cultural de uma nação (p. 84).

Sendo assim, o caminho percorrido desde a dissertação até a presente tese sobre os objetos da cultura marajoara, induz a constatar que os protagonistas de tais pesquisas, Domingos Soares Ferreira Penna e Ladislau Netto, contribuíram efetivamente, por meio de objetos arqueológicos de uma determinada região do país, para a formação das identidades regional e nacional, respectivamente.

Também constata-se, ao longo desta pesquisa, que as circunstâncias atuais sobre a salvaguarda do patrimônio arqueológico, apesar da legislação e do esforço dos Museus em sua preservação, ameaça a existência desses bens culturais.

Os dados aqui levantados não encerram a discussão sobre o tema, apenas abrem novas frentes de trabalho que podem gerar novas pesquisas, as quais escapam ao escopo do presente estudo, como o mapeamento de objetos marajoara em Museus no exterior.

Sendo assim, conclui-se esta tese expressando que os caminhos percorridos pelo MP e MN, em processos de construção da identidade nacional, contribuíram também para a gênese da museologia no Brasil; evidenciaram a participação de Ferreira Penna como visionário da importância da Arqueologia para o desenvolvimento da ciência no Brasil, bem como apresentaram a diversidade da Amazônia para o mundo.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Transbordamento do Nacional: vestígios de memórias coletivas nos museus fluminenses. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p. 75-88.

AGASSIZ L.; AGASSIZ E. C. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2000.(Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

AGOSTINHO, M. B. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 41, 2017, Caxambu – MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2017. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4551277/mod_resource/content/1/Michele%20Agostinho%20A%20Exposi%C3%A7%C3%A3o%20Antropol%C3%B3gica%20Brasileira%20de%201882.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. A Revista Arquivos do Museu Nacional e a divulgação das ciências naturais: um estudo sobre os prefácios. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. **Anais...** Natal: SNH/ANPUH, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/271370293544_ARQUIVO_ANPUHtextoversaofinal.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

ALBERTI, S. J. M. M. Objects and the Museum. **Isis**, v. 96, n. 4, p. 559-571, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/498593>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

AMORIM, L. B. **Cerâmica Marajoara**: a comunicação do silêncio. Catálogo. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

_____. Cerâmica Marajoara: **Caminho para compreender a Pré-História da Amazônia**. 2005. Fundação. 85 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2005.

ANDERMANN, J. Espetáculos da Diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p.128-170, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2004000200128>. Acesso em: 12 abr. 2015.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 312p.

APPADURAI, A. **A Vida Social das Coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2008.

ASSOCIAÇÃO FILOMÁTICA PARAENSE. **Estatuto da Associação Filomática Paraense**, 1866. Documento datilografado, cedido pelo Arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi.

BARBUY, H. O Brasil vai a Paris: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, p. 211-261, jan./dez. 1996.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, n. 44, p. 32-51, dez./fev. 1999-2000.

BAUDRILLARD, J. **O Sistema dos Objetos**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BERTHO, A. M. M. As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi em fase de formação e consolidação (1886-1914). In: FAULHABER, P.; TOLEDO, P. (Org.). **Conhecimento e Fronteira**: História da Ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

_____. Museu Paraense: a antropologia na perspectiva de um saber sobre e na Amazônia (1866-1921). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia**, Belém, v. 9, n. 1, p. 55-101, 1994.

BLOM, P. **Ter e Manter**: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOURDIEU, P. Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

_____. **Por uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 2004.

_____. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EdUSP, 1996.

BUSTAMANTE, J. Museos, memória y antropología: América y otros espacios de colonización. **Revista de Indias**, Madrid- Espanha, v.72, n.254, p. 15-43, 2012.

Disponível em:

<<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/viewFile/885/957>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CAMARGO, T. **Colecionismo, Ciência e Império**, 2006. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Colecionismo-Ci%C3%Aancia-e-Imp%C3%A9rio-T%C3%A9a-Camargo.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CARVALHO, J. M. As Marcas do Período. In:_____. (Cord.). **A construção Nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Fundação MAPFRE, 2012.

CENTER for Research Libraries Global Resources Network. 1949. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazilOut>>. Acesso: 27 jul. 2018.

CHAGAS, M. S; SANTOS, M. Sepúlveda dos. A Linguagem do Poder dos Museus. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. S.; SANTOS, M. S.. **Museus, Coleções e Patrimônio: Narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007. p. 18-19 (Coleção Museu/Memória e Cidadania).

CHOAY, F. **A Alegria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

COELHO, A.C. A. **Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906)**. 2015. 258 f. Tese (Doutorado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7220>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

_____. O Pará na Exposição Universal de Paris em 1889: um lugar na retrospectiva das habitações humanas. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2012.

CONSIDERA, A. F. **Uma História dos Fazeres Museais no Brasil entre a Segunda Metade do Século XIX e as Primeiras Décadas do século XX**: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paraense e Museu Paulista. 2015. 274 f. Tese (Doutorado em História)–Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18474/1/2015AndreaFernandesConsidera.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CUNHA, O. R. **Talento e Atitude**: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

_____. O Centenário do Museu Paraense Emílio Goeldi. **A Província do Pará**, Belém, n.7, out. 1965. Primeiro caderno. p. 4.

DANTAS, R. M. M. C. **Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia?**: A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de 1889. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em História e das Técnicas e Epistemologia)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Tesesdissertacoes_tcc/Tese_DANTASREGINA.pdf. Acesso em: 7 jan. 2019.

DANTAS, R. M. M.; KUBRUSLY, R. S.; SILVA, P. V. A. Os Registros de Ladislau Netto impressos na história científica do Museu Nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. **Anais...** Natal: SNH/ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364868764_ARQUIVO_trabalhocompletoANPUHReginaRicardoPaulo2013.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

_____. (Dir.). **Concepts clés de la muséologie**. Paris: Armand Colin et ICOM, 2010.

EXPOSIÇÃO Antropológica Brasileira. **Jornal Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1882, p.2. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

EXPOSIÇÃO Antropológica Brasileira. **O Liberal do Pará**, Belém, 3 maio 1882. p. 1.

EXPOSIÇÃO Universal de Paris: exposição brasileira. Interior do Pavilhão Amazonas. **Site Brasileira Fotográfica**. 1889. 1 fotografia, p&b, 21 X 17 cm em álbum de 39 X 28 cm, albumina. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5695>. Acesso em: 27 out. 2018.

FERREIRA, L. M. **Território Primitivo**: a Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). 2007. 336 p. Tese (Doutorado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_af472ab9083bd8edeadd17cda91002939. Acesso em: 23 jan. 2018.

FERREIRA, L. M.; FUNARI, P. A. Em Busca dos Crânios Perdidos: museus, repatriação arqueológica e o valor da diversidade. **Revista Museu**, v. 1, p. 1-4,

2008. Disponível

em:<<http://revistamuseu.com/18demaio/artigos.asp?id=16232>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

FERREIRA, R. S. Henry Walter Bates: um viajante naturalista na Amazônia e o processo de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, dez. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1047/1119>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: FÓRUM NORDESTINO DE MUSEU, 4., 1991, Recife. **Anais...** Recife: IBPC; Fundação Joaquim Nabuco, 1991. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=Exposi%C3%A7%C3%A3o%20Antropol%C3%B3gica>. Acesso em: 13 dez. 2017.

FERREZ, M. [**Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena**]. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1882. 1 foto, papel albuminado, pb, 16 x 21cm a 23 x 19. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8245>. Acesso em: 25 mar. 2018.

FERRO, M. **A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação**. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1983.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FREITAS, M. V. **Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

FUNARI, P. P. Os historiadores da cultura material. In: PINSKY, C. B.(Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-110.

FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. Cultura Material e Patrimônio Científico: discussões atuais. In: GRANATO, M.; RANGEL, M. (Org.). **Cultura Material e Patrimônio de C&T**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. Disponível em: <<http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%C3%B4nio%20de%20C&T/2%20ARTIGO%20Pedro%20Paulo%20Funari.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Ática S, 1988.

GALLICA. **Ladislau de Souza Mello Netto**. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84533754/f1.item.r=botaniste>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

GODOI, F. D. L. Os Sambaquis do Brasil: uma análise das diferentes interpretações destes vestígios durante a segunda metade do século XIX. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. 1, n. 2, p. 1-12, dez. 2012. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/publicacoes/lancamentos/item/2167-revista-eletronica-cadernos-de-historia>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GOELDI, E. Prefácio. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi de Historia Natural E Ethnographia**, Typografica de Alfredo Silva &C.-a – Pará- Brazil. 1, n. 1, 1894.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos Objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007. 256 p

_____. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In.: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

_____. O Templo e o Fórum: Reflexões sobre museus, antropologia e cultura. Continuidade e Ruptura na Constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. In: CHUVA, M. (Ed.). **A Invenção do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. . p. 55-56.

GRAÇA, A. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17^a**. Pará: Typ. do Diário do Gran-Pará, 1871.

GUIA da Exposição Antropológica Brasileira. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1882.

HERNANDÉZ, F. H. **Los Museos arqueológicos y sumuseografia**. Gijón: TREA, 2010.

_____. **Manual de la Museologia**. Madrid: Síntesis, 1998.
 INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Código de Ética para Museus**, São Paulo, 2004. Disponível em:
 <<http://www.ufpa.br/museufpa/images/c%C3%B3digo%20%C3%A9tica%20ICOM.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2006, p. 19-32.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. **Destination Culture, Tourism, Museums, and Heritage**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1998.

KOPYTOFF, I. A Biografia Cultural das Coisas: a Mercantilização como Processo. In: APPADURAI, A. (Org.). **A Vida Social das Coisas**: as Mercadorias sob uma Perspectiva Cultural. Niterói: EdUFF, 2008. p. 7-120.

KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8 (suplemento), p. 863-880, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a04v08s0.pdf>>. Acesso em: 5 de agosto de 2016.

LANGER, J.; RANKEL, L. F. Cultura Material e Civilização: a exposição antropológica de 1882. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 19, n.24, jul.2006. Disponível em:
 <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2072/1149>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

LANGER, J. Vestígios na hiléia: a arqueologia amazônica durante o Segundo Império. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia**, Belém, v. 18, n. 1, p. 59-87, 2002.

LANGER, J. **Ruínas e Mito**: a Arqueologia no Brasil Império. 2000. 327 f. Tese (Doutorado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000. Disponível em:
 <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28598/T%20%20JOHNNI%20LANGER.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

L'ESTOILE, B. O paradigma do Museu Nacional. O caso do “museu nacional dos outros”. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Org.). **Museus nacionais e os**

desafios do contemporâneo. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p. 32-52.

L'ESTOILE, B. "O gosto do passado", **Terrain [Online]**, v. 37, p. 123-238, set. 2001. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrain/1344>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

LINHARES, A. M. A. **Um Grego Nu**: índios marajoara e a identidade nacional brasileira. 2015. 286 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7014>>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **De Caco a Espetáculo**: a produção cerâmica de Cachoeira do Arari (Ilha do Marajó, PA). 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5265>>. Acesso em: 15 maio 2019.

LIMA, T. A. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v.6, n.1, p.11-23, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1>>. Acesso em: 5 maio 2017.

_____. A Arqueologia na Construção da Identidade Nacional: uma disciplina no fio da navalha. **Canindé - Revista do Museu Arqueológico de Xingó**, n. 10, p. 1-16, dez. 2007. Disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/03/lima-arqueologia-identidade-nacional.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a Pesquisa Científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: Ed. UnB, 2009.

LOPES M. Sociedades Científicas e Museus na América Latina, no século XIX. **Saber y Tiempo Revista de Historia de La Ciencia**. Cidade, 7, v. 2, 1999, p. 51-72. Separata 161.07.

LOUREIRO, Maria L. N. M. Objetos em Museus: acompanhando trajetórias, mapeando conceitos. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 171-188, 2018. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/705/656>>. Acesso em: 13 out. 2018.

_____. Fragmentos, Modelos, Imagens: processos de musealização nos domínios da ciência. **Datagramazero - Revista da Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, paginação irregular, abr. 2007.

MARAJÓ, Barão de (José Coelho da Gama e Abreu). O Pará na Exposição Universal de Paris em 1889. **Breve Relatório sobre a Exposição Brasileira**. Pará: Typ. de Pereira & Faria, 1890.

MARAJÓ, B. **As Regiões Amazônicas**: Estudos Chorographicos dos Estados do Gran Pará e Amazonas, 1985. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/191943#page/4/mode/1up>>. Acesso em 12 nov. 2018.

MARCOLIN, N. “Selvagens” no museu. **Revista Pesquisa Fapesp (online)**, set. 2010. Edição 175. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2010/09/02/selvagens-no-museu/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

MELO, J. M. **Objetos em Trânsito**: musealização de artefatos arqueológicos no Museu Paraense Emílio Goeldi (1866-1907). 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <<http://pphist.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Objetos%20em%20Tr%C3%A2nsito%20FINAL%20Josyane.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

MENESES, U. T. B. Identidade Cultural e Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-36, 1984.

_____. **O Objeto material como documento**. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 1980. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404484/mod_resource/content/1/BEZERRA%20DE%20MENESES%20C%20U.%20T.%20O%20objeto%20material%20como%20documento.pdf>. Acesso em 15 dez. 2018.

MUSEU NACIONAL. **Guia da Exposição Antropológica Brasileira**, 1882. Exposição realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, a 29 de agosto de 1882. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1882. 71 p.

MUSEU paraense. **Jornal do Pará**, Belém, 25 abr. 1867. Parte Oficial, p. 1. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219339&pasta=ano%20186&pesq=Museu%20Paraense>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

O MUSEU do Marajó. Fachada do Museu do Marajó. c2003. Disponível em: <museudomarajo.com.br/galeria.html>. Acesso em: 27 jan. 2019.

NASCIMENTO, F. R. **A Formação da Coleção de “Indústria Humana” no Museu Nacional, século XIX.** 2009. 271 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Teses_dissertacoes_tcc/Tese_NASCIMENTO.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

NETTO, L. Investigações sobre a Archeologia Brasileira. **Archivos do Museu Nacional.** Consagrado á Exposição Anthropologica Brasileira, realizada no Museu Nacional a 29 de julho de 1882.v. 6,Rio de Janeiro, 1885.

_____. **Investigações historicas e scientificas sobre o Museu imperial e nacional do Rio de Janeiro:** acompanhadas de uma breve noticia de suas collecções e publicadas por ordem do Ministerio da Agricultura. Instituto Philomatico, Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221729>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

OFFICIOS. **O Liberal do Pará,** Belém, 3/4/5 maio 1882, p. 1.

OLIVEIRA, L. L. **Cultura é Patrimônio.** Um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OS GABINETES de curiosidade e o Renascimento. *Museus e Museologia.* 2016. Disponível em: <https://medium.com/museus-e-museologia/os-gabinetes-de-curiosidade-e-o-renascimento-d85eb3f34ff3>. Acesso em: 17 ago. 2017.

PARÁ. **O Pará na Exposição Universal de Paris em 1889.**Relatório do Presidente da Comissão, 1890. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/o-para-na-exposicao-universal-de-paris-em-1889>>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

PEARCE, S. M. Pensando sobre Objetos. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. (Org.). **Museus:**Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2005. p. 11-20.

PENNA, D. S. F. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

_____. Archeologia e ethnographia no Brazil. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**, Belém, v. 1, n. 4, p. 29-31, 1894/96.

_____. Archeologia e Ethnographia no Brazil. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, v. 1, n. 1, p. 29-31, 1894.

PESAVENTO, S. J. **Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX**. São Paulo: HUCIT, 1997.

POMIAN, K. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p.51-86.

POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Scientia; UFMG, 2013. p. 159-170.

PRATT, M. L. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EdUSC, 1999.

RANKEL, L. F. **A construção de uma Memória para a Nação: a participação do Museu Paraense na Exposição Antropológica brasileira de 1882**. 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em História)–Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/dissertacoes/8rankel_dissertacao.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTHROPOLOGICA BRAZILEIRA. Dirigida e colaborada por Mello Moraes Filho. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882. Setor de Obras Raras da Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi.

RIVET, P. **As origens do Homem Americano**. Tradução Paulo Duarte. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

SANJAD, N. "Ciência de potes quebrados": nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 133-164, jun. 2011. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SANJAD, N. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SARGES, M. N. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHAER, R. **L'invention des Musées**. Paris: Gallimard, 1993.

SCHAAN, D. P. **The Camutins chiefdom: rise and development of complex societies on Marajó island, brazilian Amazon**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de Pittsburgh, Pittsburgh, 2004.

_____. Evidências para a permanência da cultura marajoara a época do contato europeu. **Revista de Arqueologia**, v. 12-13, p. 23-42, 2000. Disponível em: <<https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/146>>. Acesso em: 5 maio 2016. É uma revista eletrônica.

_____. **A Representação Humana na Arte Marajoara**. Texto escrito para a exposição Marajó: Retratos de Barro, Museu de Arte de Belém, 1999.

SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Org.). **Muito Além dos Campos: Arqueologia e História na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNoronha, 2010.

SCHEINER, T. Cultura Material e Museologia. In: GRANATO, M. (Org.). **Coleção MAST: 30 anos de pesquisa**, v.1. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013.

_____. Museu, Museologia e a “Relação Específica”: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 3, p.358-378, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1368>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

_____. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND PHILOSOPHY / MUSÉOLOGIE ET PHILOSOPHIE / MUSEOLOGIA Y FILOSOFIA / MUSEOLOGIA E FILOSOFIA / MUSEOLOGIE UND

PHILOSOPHIE, 1999, Munich. **Anais...**Munich: ICOM; ICOFOM; ICOFOM STUDY SERIES – ISS 31, 1999, p. 103-173.

SCHWARCZ, L. M. Os Museus Etnográficos Brasileiros: polvo é povo, molusco também é gente. In: _____. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos Trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 623 p.

SCHWARTZMAN, S. **Um Espaço para a Ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

SEMEAR. SERVIÇO DE MEMÓRIA E ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL, Rio de Janeiro. BRMN MN.DR. CO, AO, pasta 23, documento 39, 25 de fevereiro de 1882. (ANEXOS) Seção de memória e Patrimônio.

_____. Museu Nacional. **Livro de Registros de Avisos Recebidos (RA) 1869-1875**. Paginação irregular.

SILVA, M. P. F. **Museu**: entre o visível e o invisível. Um estudo acerca da Casa de Cultura Christiano Câmara e Fortaleza, Ceará. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio)–Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://ppgpmus.mast.br/dissertacoes/michel_platini_fernandes_da_silva.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2016.

TEIXEIRA, D. M.; PAPAVERO, N. **Os Primeiros Documentos sobre a História Natural do Brasil (1500-1511)**: viagens de Pinzón, Cabral, Vespúcio, Albuquerque, do Capitão de Gonneville e da Nau Bretoa. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira).

THIESSE, A. M. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 9, n. 5, p. 7 – 23, 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/628/showToc>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____. **La création dès identités nationales**. Europe XVIII e XX esiècle. Paris: Editions du Seuil, 1999.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VIÑAS, S. M. **Teoría Contemporánea de La Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

WICHERS, C. A. M. **Museus e Antropologia do Patrimônio Arqueológico: (Des) caminhos da Prática Brasileira**. 2010. 247 f. Tese (Doutorado em Museologia)– Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1- DECRETO DE CRIAÇÃO DO MUSEU NACIONAL. 1818.
MN. SEMEAR

1818
Folha 6

Quando propagar os conhecimentos e estudos das
 Sciencias Naturaes no Reino do Brasil, que ensem-
 em de milhares de objectos dignos de Observação e exa-
 me, e que podem ser empregados em beneficio do
 Commercio, da Industria, e das Artes, que muito
 d'elles favorecer, como grandes mananciaes de Mi-
 gaja. Hey por Heu, que nesta Corte se estabeleça
 um Museu Real para onde passem, quer antes,
 os Instrumentos, Magazines, e Gabinete, que ja' exis-
 tem dispersos por outro lugares, ficando tudo a
 cargo das Pessoas que se assignarem para o futuro. Nomar
 o Sr. D. M. de Almeida, que amovada de Casas, q.
 no Campo de Santa Anna occupa o seu Pro-
 prietario J. M. P. de Almeida, reunas as proprias coiza
 e commandos e monumentos a dito Estabelecimento, e
 que amovada de Proprietario voluntariamente
 se presta a vende-las pela q. ta de 32:000\$ por
 Me. Fara Servico: Sou Servido aceitar a refer-
 da oferta, e que procedendo se a competente Descrip-
 ra de Coiza para ser depois enviada ao Conselho
 da Fazenda e incorporar-se a mesma Casa pros
 Primos da Coroa, se entregue pelo R. T. com toda
 brevidade ao Sr. D. M. de Almeida amovada
 import. de 32:000\$. T. A. do M. N. C. do M. N.
 Com. M. de Almeida do Reg. do Reino, Encarregado
 da Presidencia do M. N. C. tenha assim entendido
 e ocaza executar tanto os Despesas necessarias. P. do
 R. T. de 1818. V. 1.

ANEXO 2 - RELAÇÃO DE OBJETOS DE HISTÓRIA NATURAL REMETIDOS POR FERREIRA PENNA AO MUSEU NACIONAL. 1866. MN.SEMEAR.

Relação dos objectos de historia natural á que se refere o officio de S. Ex.^a o Sr. Presidente d'esta Provincia, e que são nesta data remettidos com destino ao Muséu Nacional.

1 Tucano de papo branco.	27 Engourent
2 Marrecas	28 Bicarada
3 Inambú-assu	29 Ticus
4 Caracarahi	30 Grimpie
5 Tucano de papo amarello.	31 Cotinga Tompradour
6 Ticus	32 Tyrán Savaná
7 Papagaios-curica	33 Tamalia
8 Licoi esverdeado	34 Tamalia
9 Mot mot houton	35 Tangara
10 Butor	36 Ramphocete
11 Ticus	37 Manakin à tête blanche
12 Cacique-Japiú	38 Manakin goatreus
13 Jetinie - cor de chumbo.	39 Beija flor
14 Anú-miri	40 Colibri
15 Ourú	41 Beija flor. Jacobin macho a. dulto.
16 Cotinga	42 Beija flor. ensipenné
17 Falcão Diodon	43 Cortagua de bico preto
18 Coprimulgas - Bacurán.	44 Tavas do Pará
19 Falcão Diodon	45 Corocoro verde
20 Aracary	46 Ará-Militar
21 Inambú	47 Cortagua de bico preto
22 Cotinga	48 Bomba galga
23 Thuvier	49 Tamarupará
24 Tangara	50 Japi
25 Scops	51 Tangara
26 Coprimulgas	

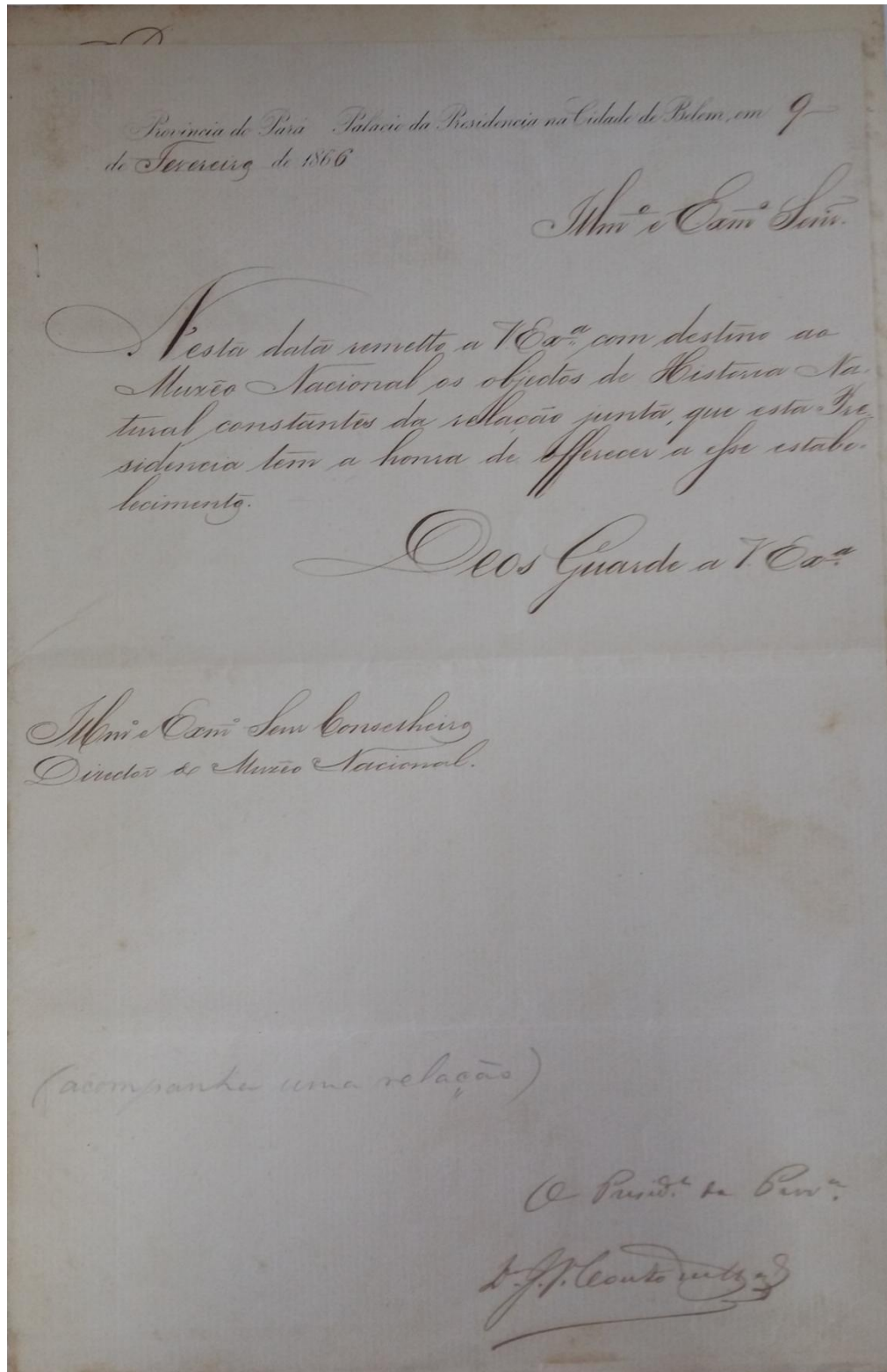
ANEXO 2 - RELAÇÃO DE OBJETOS DE HISTÓRIA NATURAL REMETIDOS POR FERREIRA PENNA AO MUSEU NACIONAL. 1866. MN.SEMEAR (CONT.)

52 Socco - Bori	67 Cutipurú
53 Tato do mato	68 Guariba
54 Maguari ou garça parda	69 Mucúra
55 Urubú Rei	70 Ara de gavião real
56 Cigana	71 Lontra
57 Carapua	72 Gavião
58 Carará	73 Um papo
59 Maracanã	74 Urubú Rei
60 Timachua	75 Gavião
61 Aracari	76 Macaco
62 Japú - Cacique	77 Idem
63 Arapapá	78 Idem
64 Gaviota	79 Echantillon d'une excel. lente pierre de taille qui abonde sur la rive gan. che Du Rio Negro.
65 Cutia	
66 Macaco da noite	

Secretaria da Presidencia da Provincia do Parã
em 9 de Fevereiro de 1866.

Domingos Soares Ferreira Penna

ANEXO 2 - RELAÇÃO DE OBJETOS DE HISTÓRIA NATURAL REMETIDOS POR FERREIRA PENNA AO MUSEU NACIONAL. 1866. MN.SEMEAR (CONT.)



**ANEXO 3 - OFÍCIO ENCAMINHADO A FERREIRA PENNA POR LADISLAU NETTO.
LIVRO DE REGISTROS DE AVISOS E OFÍCIOS RECEBIDOS. 1869-1875. MN.SEMEAR
SEMEAR, 1882**

de Los Negocios de
— Ladislau Netto, Director interno do Museu Nacional —

Officio ao Sr. Domingos
S. F. Penna louvando-o pelo modo
como ha desempenhado sua comissao
Museu Nacional do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1873.

M. Sr. O Governo Imperial, informado por mim sobre
os objectos por V. S. remittidos do valle do Amazonas a este
Museu, manda louvar o pelo modo como ha desempenhado a
sua comissao de Adjuncto Naturalista Viajante de que se acha
incumbido nessa regioao. Deus Guarde a V. S. M. Sr. Do-
mingos Soares Ferreira Penna, Adjuncto Naturalista Viajante
do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

— Ladislau Netto, Director interno do Museu Nacional —

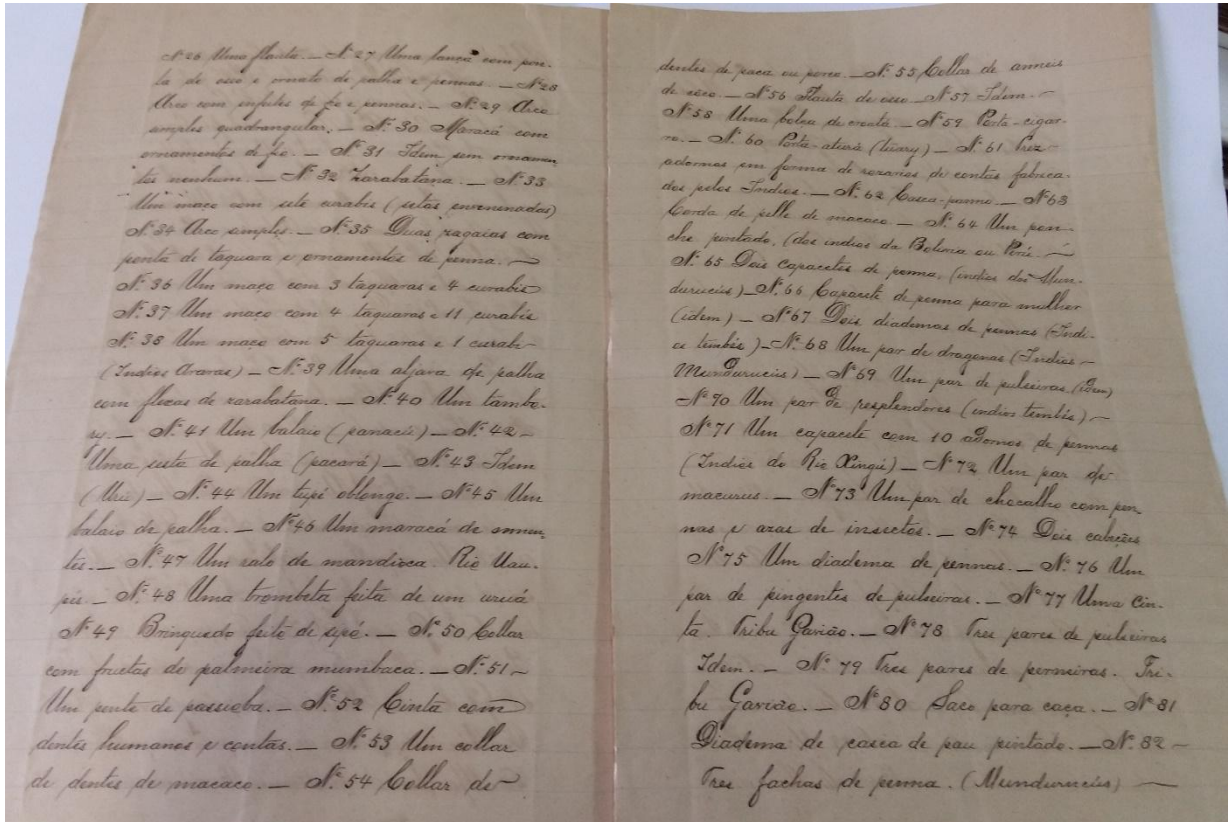
ANEXO 4 - OFÍCIO ENCAMINHADO POR FERREIRA PENNA PARA LADISLAU NETTO
 SOBRE OBJETOS COLETADOS NO VALE DO AMAZONAS E REMETIDOS AO MUSEU
 NACIONAL. LIVRO DE REGISTROS DE AVISOS E OFÍCIOS RECEBIDOS. 1869-1875.
 MN. SEMEAR

Offício communicando que
 pelo Naturalista Ferreira Penna foi re-
 mettido um caixote com artefactos indigenas
 Museu Nacional do Rio de Janeiro em 5 de Maio de 1875.
 M. e Top. Senr. Tenho a honra de communicar a V. Ex. que
 pelo Naturalista viajante do Museu Domingos Soares Ferreira
 Penna que nos importantes serviços ha já prestado a este
 estabelecimento foi-me remettido um caixote contendo nume-
 rosos artefactos de argila dos primitivos habitantes do valle
 do Amazonas a primeira habitacao das tribus que povo-
 raõ depois o Brasil interior. Devo Guardar a V. Ex.
 M. e Top. Senr. Conselheiro José Fernandes da Costa
 Pereira Junior, Ministro e Secretario dos Negocios da Agri-
 cultura, Commercio e Obras Publicas.
 = Ladislau Netto, Director do Museu Nacional =

ANEXO 5 - LISTA DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO E ETNOGRÁFICO CEDIDO PELO
MUSEU PARAENSE AO MUSEU NACIONAL PARA A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA
DE 1882. MN. SEMEAR.

Relação numerica e descriptiva dos objectos en-
tre os do Sr. Sr. D. Ladislau Netto pelo
Museu Paraense para figurar na Exposição
Anthropologica do Rio de Janeiro conforme as
ordens da Presidencia. — N.º 1 Urna quebrada
na parte superior. — N.º 2 Urna tubular quebrada
nas bracos e pernas. — N.º 3 Urna em
forma de jaboty, quebrada, sem cabeça e tampa
— N.º 4 Urna simples. — N.º 5 Cabeça
de uma urna. — N.º 6 Idem idem
— N.º 7 Idem idem. — N.º 8 Idem idem. — N.º
9 Idem idem. — N.º 10 Idem idem. — N.º
11 Idem idem. — N.º 12 Cacabinha com gra-
mas. — N.º 13 Banco entérico de madeira. —
N.º 14 Idem idem. — N.º 15 Um guarda flecha
pontado. — N.º 16 Tacapi pequeno. — N.º 17 Um
cacete de matar peixe. — N.º 18 Um cacete gran-
de (laragema) Instrumento de guerra. — N.º 19 Idem
com trança de palha. — N.º 20 Tacapi com or-
natos de fios de algodão. — N.º 21 Tacapi com
ornato de fio e palha pontado de ponta. — N.º 22
Remo grande (jacumaubá) servindo de lenço.
N.º 23 Cacete Instrumento de guerra. — N.º
24 Um cacete com ornamento de palha idem
25 Um porri. Instrumento de musica. — N.º

ANEXO 5 - LISTA DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO E ETNOGRÁFICO CEDIDO PELO MUSEU PARAENSE AO MUSEU NACIONAL PARA A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA DE 1882. MN. SEMEAR (CONT.)



ANEXO 6 - DOCUMENTO ENVIADO PELA PROV. DO GRAN PARÁ SOLICITANDO A DEVOLUÇÃO DOS OBJETOS CEDIDOS AO MUSEU NACIONAL PARA A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA DE 1882. MN. SEMEAR.

opua. N.º 3. - Directoria do Museu da Provincia do Pará. - Belém, 21 de Fevereiro de 1885. -
 Illm. e Ex.º Sr. - Devolvendo a V. Ex.ª a minha carta do Director do Museu Nacional, Ladislau Netto que me foi enviada por intermedio do Secretario d'essa Presidencia, cumpre-me expender a V. Ex.ª, a minha opiniao a respeito da proposta do mesmo Director de serem permutados com productos mais numerosos e scientificamente classificados os objectos archeologicos e ethnographicos d'este Museu que para a Corte foram remittidos afim de figurarem na Exposicao Anthropologica que ultimamente alli teve lugar. - Como que o devolvimento d'aquelles objectos e o melhor expediente a tomar-se; entretanto a proposta do Director Geral do Museu Nacional tal como se acha na carta dirigida a V. Ex.ª não deixa de ser aceitavel sob as seguintes condiciones: - 1.ª De serem as collecoes que elle promette enviar, recolhidas por elle em numero e valor scientifico iguaes as das collecoes ethnographicas que d'aqui foram. - 2.ª de ficar ao Museu Paravaense o direito de devolver os objectos ou specimens que

ANEXO 6 - DOCUMENTOS ENVIADO PELA PROV. DO GRAN PARÁ SOLICITANDO A DEVOLUÇÃO DOS OBJETOS CEDIDOS AO MUSEU NACIONAL PARA A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA DE 1882. MN. SEMEAR (CONT.)

por qualquer motivo não lhe convier, afim
 de serem trocados por outro, cobrindo as despe-
 gas de frete por conta do Ministerio da
 Agricultura. - Deus Guarde a V. Exa. Illm.
 e Ex. Sr. Conde. Conde João Silveira de
 Souza M. P. Presidente da Provincia,
 O Director servindo de Presidente Abelst.
 Bezar de Araujo // Conforme, Bappep

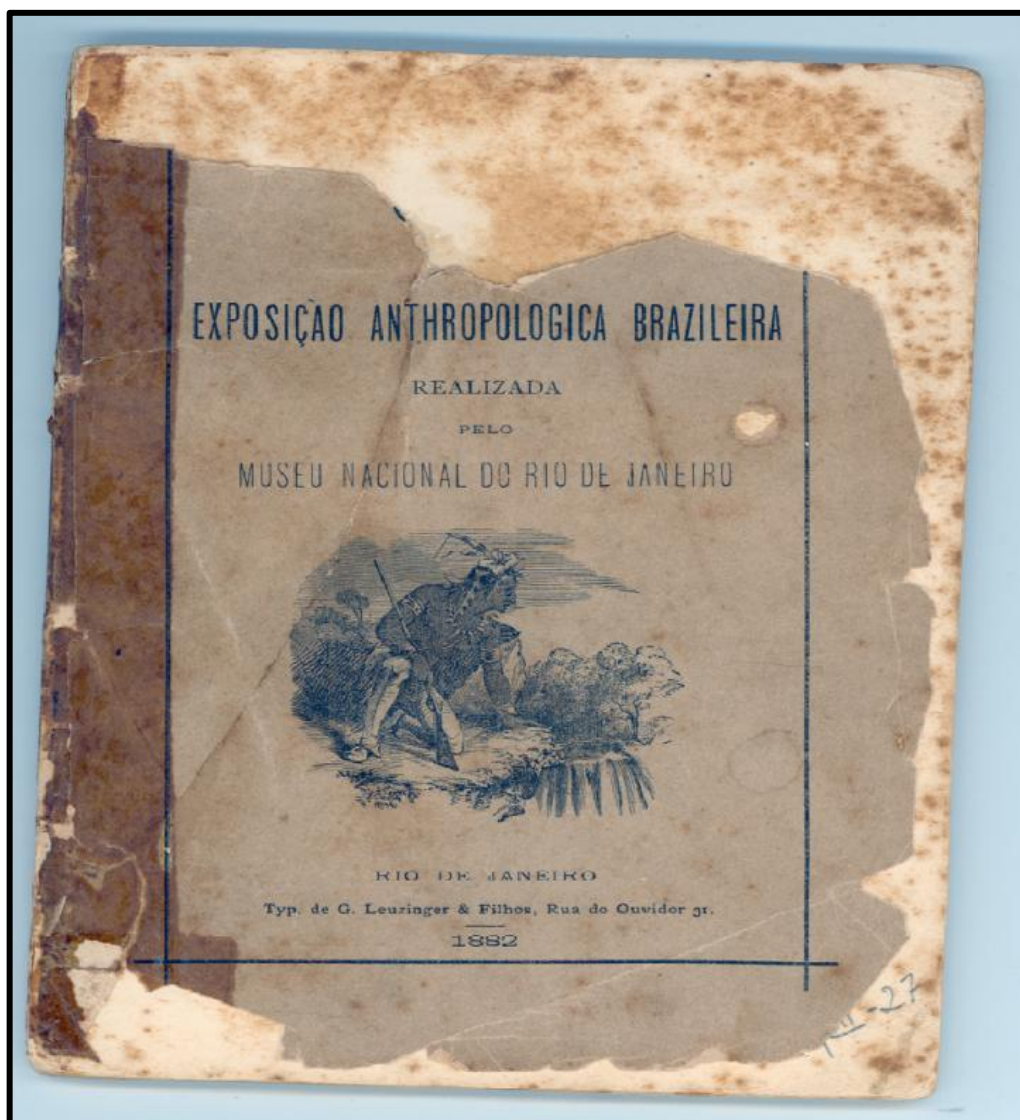
ANEXO 8 - URNA FUNERÁRIA IDENTIFICADA POR COIROLO COMO COLETADA POR FERREIRA PENNA E QUE ESTEVE NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE CHICAGO



**ANEXO 9 - ESTATUETA ANTROPOMORFA IDENTIFICADA POR ALICIA COIROLO
COMO COLETADA POR FERREIRA PENNA**



ANEXO 10 - PUBLICAÇÃO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS OBJETOS EM
EXPOSIÇÃO. MN. SEMEAR



ANEXO 11 - TANGA MARAJOARA. ACERVO DO MUSEU NACIONAL

